Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Patrícia Pereira Xavier

Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na Comunidade do Cumbe – Aracati-CE

Rio de Janeiro

2013

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Patrícia Pereira Xavier

Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na Comunidade do Cumbe – Aracati-CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Dra. Alejandra Saladino

Supervisor e Coorientador: Jeferson Tadanori Hamaguchi

Rio de Janeiro

2013

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Ceará.

X3v Xavier, Patrícia Pereira.
Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na Comunidade do Cumbe – Aracati-CE / Patrícia Pereira Xavier – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013.

141 f.: il.

Orientadora: Alejandra Saladino

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

1. Arqueologia. 2. Arqueologia pública. 3. Memória. 4. História. I. Saladino, Alejandra. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 930.1

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Patrícia Pereira Xavier

Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na comunidade do Cumbe – Aracati/CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2013

Banca examinadora

_____
Professora Dra. Alejandra Saladino (orientadora)

_____
Jéferson Tadanori Sobral Hamaguchi (supervisor) – Superintendência do IPHAN no Ceará

_____
Professor Ms. Adler Homero Fonseca de Castro – IPHAN

_____
Professor Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Dedico esse trabalho ao meu companheiro Pedro Ivo.

Agradecimentos

A escolha do objeto de estudo ocorreu após aprovação no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/Iphan. Os técnicos da superintendência do Iphan/CE sentiram a necessidade de refletir a respeito da intensa demanda na área de arqueologia. O técnico da área, meu coorientador, nas primeiras semanas de trabalho alertou a respeito de um processo que havia gerado grande repercussão, e que segundo ele, poderia suscitar uma boa discussão. A pesquisa sobre os impactos gerados ao patrimônio arqueológico e a comunidade do entorno dos sítios, foi um grande desafio para uma historiadora de formação, que carregava na bagagem um mestrado em História Social. No entanto, meu interesse pelo campo da preservação do patrimônio e o empenho de todos os sujeitos aqui citados garantiram que esse trabalho fosse possível.

Aos moradores da comunidade Sítio Cumbe, onde fui recebida com muito carinho, especialmente à Zé Correia, que me ofereceu abrigo em todas as ocasiões em que foi preciso passar a noite na comunidade. Muito obrigada pela hospedagem, pelas conversas e por me apresentar praticamente a todos os entrevistados, sem você esse trabalho teria sido muito mais difícil, além de um depoente você se mostrou um grande amigo.

Agradeço a Coordenação do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural – PEP/Iphan, principalmente à Lia Mota e Adriana Nakamuta, pela dedicação e serviço visando o bom funcionamento do programa, e pela disposição em acolher e responder minhas dúvidas, inquietações e críticas.

Ao meu supervisor e coorientador Jeferson Tadanori Hamaguchi, pela atenção a mim dispensada durante esses dois anos de trabalho e pesquisas na superintendência do Iphan-CE. Sem sua companhia nas viagens ao Cumbe, suas dicas de leitura e empréstimos de gravador, dentre outros favores, nada disso seria possível. Sou grata a sua paciência para me ouvir e para ler e reler meus textos, obrigada.

À minha orientadora Dra. Alejandra Saladino, pela prontidão com que aceitou me acompanhar durante a realização dessa pesquisa. Muito obrigada pelo cuidado e atenção, mesmo a distância, e pela enorme rapidez com que respondia os e-mails, diminuindo consideravelmente a ansiedade de uma pepista que correu contra o tempo. Obrigada pelas indicações de leitura valiosas, seu conhecimento a respeito do patrimônio arqueológico no Iphan contribuiu bastante para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também a toda equipe do Iphan Ceará com vocês (Igor, Ítala Byanca, Jacó, Alexandre Veras, João, Verônica, Veloso, Denise, Beti, Maria do Carmo, Ramiro, João, Célia, Luciene e tantos outros que cruzei durante minha jornada) aprendi um pouco sobre o funcionamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ceará. Aprendi também que os cafés, comemorações e horários de intervalo são momentos importantes para a formação de um pepista, jamais me esquecerei desses momentos. Um agradecimento todo especial a Kelvia pelas transcrições das entrevistas realizadas no Cumbe, sem você não teria tido tempo para transcrevê-las.

Agradeço imensamente à turma do PEP 2010 pela convivência. Com vocês aprendi como me virar no Rio de Janeiro em um mês. Com vocês foi possível suportar 8 horas quase ininterruptas de aulas e ainda rir no fim do dia, nunca vou esquecer esses dois módulos de aulas, obrigada a todos.

Às amigas Jana Rafaela e Aline Lima, por compartilharem esses dois anos de PEP, muito obrigada pela paciência em ouvir tantas e tantas vezes sobre o patrimônio arqueológico do Cumbe.

Por fim, agradeço aos meus queridos pais pelo amor, carinho e atenção constantes. A minha querida vovó Pipiu (in memorian), pelas orações e pelo amor incondicional. Finalmente, porém não menos importante, ao meu companheiro, a quem dedico esse trabalho, obrigada pelo apoio, incentivo e compreensão sempre.

Resumo

A presente pesquisa parte de um caso específico, decorrente da implantação de um parque eólico na região do Cumbe, no município de Aracati-CE. No local foram identificados cerca de 70 sítios arqueológicos, com diversos vestígios de populações pretéritas que ali habitavam (artefatos líticos, lascados e polidos, vestígios malacológicos e cerâmicos), testemunham a presença dos grupos coletores e pescadores que viviam na região antes da chegada do colonizador europeu. Além desse material, também foram encontrados sinais da ocupação de colonizadores que remontam ao século XVIII como louças finas, vidros, moedas, etc. Considerando os sítios arqueológicos como locais portadores de memória das populações extintas, mas também, como um lugar capaz de construir identidades e valores para as comunidades locais, a pesquisa tem como objetivo principal a reflexão a respeito da atuação dos diversos atores (empresários, arqueólogos, comunidade local, Iphan) responsáveis pela pesquisa, preservação e valoração dessas descobertas, a fim de contribuir na definição de estratégias de democratização do conhecimento, gerado através da documentação arqueológica.

Palavras Chave: Arqueologia, Arqueologia Pública, Memória, História.

Abstract

The present research is a specific case, due to the implementation of a wind farm in the region of Cumbe, in Aracati-CE. On site were identified about 70 archaeological sites, with many traces of people who lived there preterit (lithic artifacts, chipped and polished, traces malacológicos and ceramic), indicate the presence of groups gatherers and fishermen who lived in the region before the arrival of the Europe colonizers. In addition to this material, were also found signs of the occupation of colonizers dating back to the eighteenth century as fine china, glassware, coins, etc. Considering the archaeological sites as a local carrying memory of extinct populations, but also as a place capable of constructing identities and values for local communities, the research has as main objective the discussion about the role of the various actors (entrepreneurs, archaeologists, local community, Iphan) responsible for the research, preservation and valuation of these findings in order to contribute to the development of strategies for the democratization of knowledge, generated through archaeological documentation.

Keywords: Archaeology, Public Archaeology, Memory, History.

Sumário

Introdução **10**

1º Capítulo Entre moinhos, canaviais, São Sebastião e camarões: histórias e narrativas da comunidade do Cumbe **20**

1.1.O Sítio Cumbe 20

1.2. Os engenhos de ferro e os moinhos de vento 25

1.3. Os morros de areia 31

1.4. As águas do Cumbe: a chegada da CAGECE e das fazendas de camarão 38

2º Capítulo "Novos ventos em Aracati": o parque eólico da Bons Ventos e as narrativas de empresários, arqueólogos e Iphan **45**

2.1.A preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil: breve panorama 45

2.2. A chegada dos "pássaros de ferro" 55

2.3. A polêmica dos diagnósticos 62

3º Capítulo "Machados, cachimbos, cacos e restos": os artefatos arqueológicos e a preservação do patrimônio do Cumbe **74**

3.1. "O apagão das dunas": moradores do Cumbe e os primeiros alertas 74

3.2. Manifestações e conflitos no Cumbe: o Patrimônio Arqueológico vira noticia 77

3.3. Arqueologia e patrimônio: para quê e para quem? 88

3.4. Soluções Possíveis: caminhos para a preservação local 102

Conclusões **107**

Fontes **111**

Bibliografia **113**

Anexos **118**

Introdução

Esse trabalho parte de um caso específico decorrente da implantação de uma usina eólica na região do Cumbe, no município de Aracati-CE em 2008. Nas dunas da localidade foram fixados 67 aerogeradores[1]. No mesmo espaço foram identificados cerca de 70 sítios arqueológicos, com diversos vestígios de populações pretéritas que habitaram a região em um período pré-cabralino (artefatos líticos, lascados e polidos, vestígios malacológicos e cerâmicos), testemunhos da presença dos grupos de caçadores, pescadores e marisqueiros que viviam na região antes da chegada do colonizador europeu. Além desses materiais, também foram encontrados vestígios da ocupação dos colonizadores que remontam ao século XVIII (louças finas, vidros, moedas, etc.).

Em 2008 foram iniciadas as obras de mais um parque eólico no litoral cearense. Os investimentos empregados na energia movida pelos ventos, apoiados no discurso da energia limpa (em detrimento das termoelétricas, usinas nucleares, etc.) têm crescido nos últimos anos em todo o país, com intensidade no estado do Ceará, que possui um grande potencial para produção desse tipo de energia, principalmente na extensa faixa litorânea de 570 km do estado[2].

Mesmo utilizando a retórica da energia limpa, as hélices gigantes estão causando uma série de impactos. Dentre as várias alterações produzidas pelos "pássaros de ferro", podemos citar: a visível modificação na paisagem e os vários danos ao meio ambiente, pois, é preciso escavar uma grande cavidade para fixação da torre e providenciar caminhos para o acesso aos postes. Além disso, esses empreendimentos estão sendo implantados em região de dunas, locais predefinidos como Áreas de Preservação Permanente (APP). Segundo o geógrafo Jeovah Meireles, a área ocupada pelo aerogerador é "terraplenada, fixada, fragmentada, desmatada, compactada, alteradas a morfologia, topografia e fisionomia do campo de dunas". [3]

---

[1] Aerogeradores são torres com até 80m. No topo a força do vento movimenta três pás, com cerca de 30m cada, que produzem energia através de um gerador ligado às hélices.

[2]. A reportagem publicada no jornal O Povo de 02/02/11 explica as condições do litoral cearense para a produção de energia eólica: "O Ceará é um bom local para se investir"(...) Cavalcanti enfatiza ainda que a localização do Ceará faz com que o potencial de energia eólica seja atrativo. "Esses ventos próximos ao Equador são os melhores do mundo", afirma. O fluxo de ventos nos hemisférios Sul e Norte, com a rotação da Terra para a direita, faz com que a Linha do Equador tenha bons ventos."

[3] **Antonio Jeovah de Andrade** Meireles, « Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais », *Confins* [Online], 11 | 2011, posto online em 03 Setembro 2011. Disponível em: <http://confins.revues.org/6970> Acesso em: 28 de Janeiro 2012.

Em 2001, foi criado o (Prodeene) Programa Prioritário de Energia Eólica do Nordeste, os investimentos em energia eólica fazem parte do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento)[4]. Esse programa concedeu uma série de incentivos para os empresários que quisessem investir na produção de energia eólica, dentre os estímulos estavam: isenção de recolhimento de impostos, obrigatoriedade da compra da energia gerada pela Eletrobrás, criação de linhas de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), além do prazo de até 12 anos para o pagamento do financiamento.[5] Em 2011, o BNDS aprovou o financiamento de 790,3 milhões de reais para a construção de nove parques eólicos, destes, oito serão implantados no Ceará.

Com os estímulos do Governo Federal, os parques de energia eólica ocuparam o litoral cearense. Conforme o estudo de Jeovah Meireles, 10 municípios do litoral já possuem usinas eólicas, e a tendência é que essa quantidade seja ampliada nos próximos anos[6].

A implantação dessas usinas, no entanto, não esta sendo um processo ausente de conflitos. As alterações na paisagem, no meio ambiente, e principalmente no direito de ir e vir - com a privatização de extensas áreas, que historicamente são utilizadas pelas comunidades litorâneas do estado - têm ocasionado disputas entre os empreendedores e as populações nativas.

No caso específico do Cumbe, essas discussões foram agravadas devido à descoberta de vários sítios arqueológicos nas dunas onde foram colocados os aerogeradores. Outro aspecto que intensificou as altercações a respeito desse acontecimento foi o fato da empresa responsável pelo empreendimento, amparada pela Resolução CONAMA nº 279/2001[7], ter providenciado apenas a RAS (Relatório Ambiental Simplificado). O relatório foi elaborado em dezembro de 2002, ou seja, seis anos antes do início da implantação da usina em 2008. No Relatório Ambiental

[4] O PAC é um programa do Governo Federal criado em 2007 que possui diversas medidas econômicas visando o crescimento nas áreas de infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, energia, etc.

[5] Noticia publicada no site "Ecoa", no dia 10 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Comissao+de+Minas+e+Energia+aprova+Programa+Prioritario+de+Desenvolvimento+da+Energia+Eolica+do+Nord/26>. Acessado em 30 de Janeiro de 2012.

[6] **Antonio Jeovah de Andrade** Meireles, « Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais », *Confins* [Online], 11 | 2011, posto online em 03 Setembro 2011. Disponível em: <http://confins.revues.org/6970> Acesso em: 28 de Janeiro 2012.

[7] A resolução CONAMA nº 279/2001 no Art. 1º estabelece: Os procedimentos e prazos estabelecidos nesta Resolução aplicam-se, em qualquer nível de competência, ao licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, aí incluídos: IV - Usinas Eólicas e outras fontes alternativas de energia. Fonte disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_federal/Resolucoes_CONAMA/RESOLUCAO_CONAMA_279_2001.pdf.> Acessado em 30 de janeiro de 2012.

Simplificado, não existe a exigência de um diagnóstico arqueológico na área do empreendimento, diferente no disposto no EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental).

A comunidade do Cumbe é formada por cerca de 150 famílias, compostas na sua maioria, por pescadores, marisqueiros e artesãos. Está localizada a 12 km da sede do município de Aracati-CE e a 172 km de Fortaleza-CE. É a última comunidade da margem direita do Rio Jaguaribe. O meio ambiente é formado por mangues, lagoas, dunas, carnaubais, e o próprio rio Jaguaribe[8], um dos principais recursos hídricos do estado. O acesso até o local é feito por estrada de terra de Aracati até o Cumbe, pelas Dunas da Beirada e de Canoa Quebrada ou pelo rio. A instalação da usina eólica no local transformou o cotidiano dessa população. Os moradores se dividiram entre os que acreditavam que a empresa traria novos postos de trabalho e mudanças infraestruturais para a comunidade, e entre os que viam o empreendimento como prejudicial, entendendo a construção como um risco a tranquilidade dos moradores, bem como ao patrimônio natural e arqueológico.

O processo de implantação desse empreendimento, desde a elaboração da RAS até o início dos trabalhos em 2008, foi conturbado e envolveu diversos atores sociais, com interesses que, em alguns casos, eram opostos. Assim, quais são os valores simbólicos atribuídos pelos moradores da comunidade do Cumbe aos artefatos arqueológicos ali encontrados, antes e depois da chegada da usina? Porque é tão importante para alguns habitantes que o material volte para o local de origem? Qual é a história do lugar e quais são seus lugares de memória? Como foi a atuação do Iphan diante das problemáticas enfrentadas pela população?

O objetivo geral do estudo, portando, é refletir sobre a valorização e o gerenciamento do patrimônio arqueológico na comunidade do Cumbe. Desta forma, compreender a narrativa histórica do sítio Cumbe e suas relações com o território ao longo do tempo, analisar o papel do Iphan e da arqueologia de salvamento, e finalmente perceber os significados atribuídos pelos moradores aos vestígios arqueológicos, são objetivos específicos da pesquisa.

---

[8] "A bacia hidrográfica do rio Jaguaribe está situada em sua quase totalidade dentro dos limites do Estado do Ceará, com ínfima parcela estendendo-se ao sul para o Estado de Pernambuco (...) A área total da bacia é de aproximadamente 75.669 km² (...) Com uma extensão de cerca de 610 km (...)". Diagnóstico ambiental da Bacia do Rio Jaguaribe.
Disponível:<ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/diagnosticos/jaguaribe.pdf.> Acessado em 24/07/11.

Tendo como ponto de partida os objetivos especificados acima, os conceitos e categorias de patrimônio, história, memória, cultura e identidade são significativos para a escrita do trabalho em questão.

O surgimento da noção de patrimônio, conforme aponta Françoise Choay, está atrelado ao nascimento da nação Francesa e suas ações de proteção aos monumentos históricos em meados do século XIX. O sentimento de perda, causado pela nova ordem instituída com a Revolução Francesa, provocou a necessidade da preservação. A industrialização potencializou ainda mais o fenômeno. "Como um processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção ao monumento histórico (...)"(CHOAY, 2009, p.127.)

No Brasil, esse processo também foi acompanhado pelo surgimento de uma nova ordem governamental. O Estado Novo de Getúlio Vagas investiu na criação do nacionalismo e de uma nação homogênea. A preservação do que era ou não considerado significativo para a história do país, era responsabilidade de alguns intelectuais funcionários do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). A partir do momento em que fosse considerado patrimônio nacional, o bem cultural já não se referia à memória de um indivíduo, mas sim ao passado de toda a nação. Contudo, esse processo de valorização dos bens patrimoniais é dinâmico e está permeado por constantes divergências. (FONSECA, 2009)

A definição do que deve ou não ser considerado patrimônio, portanto, passa necessariamente por uma disputa de poder. Essa disputa é definida pelas questões postas no presente, por isso, o que deve ou não ser preservado muda ao longo do tempo. Sendo assim, é preciso:

> (...) questionar esse processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. (FONSECA, 2009 , p.36)

É o que pretendemos observar no processo de patrimonialização dos vestígios arqueológicos encontrados nas dunas do Cumbe.

Outros dois conceitos fundamentais para pensarmos a respeito da apropriação do patrimônio cultural no Cumbe são os conceitos de cultura e identidade.

A identidade está relacionada ao sentimento de pertencimento a um determinado local, mas também a determinados grupos, religiões, etnias, dentre outros. Com o nascimento da nação e posteriormente do Estado Nação, foram criadas as fronteiras que limitam os territórios, as línguas nacionais, os hinos, as bandeiras, e uma série de representações que tinham como objetivo maior a identificação de um grupo de indivíduos com o seu local de origem.

A comunidade imaginada é o discurso coerente construído pela história do passado das nações. Essa narrativa é quase sempre permeada por vitórias e glórias do passado. A ideia de nação tem sido atualmente deslocada pelo processo de globalização. A facilidade e rapidez com que as informações são transmitidas de um ponto a outro do globo, permitem que as trocas culturais ocorram sem limites entre as nações. Como consequência desses acontecimentos, ao mesmo tempo em que as identidades nacionais estão em processo de desintegração, existe um movimento contrário de reafirmação das particularidades locais e regionais, e ainda, ao invés de uma única identidade nacional, o aparecimento de várias identidades hibridas.(HALL, 2005)

Sem dúvida, os moradores do Cumbe também constroem sua narrativa imaginada a respeito do lugar. Essa criação procura demarcar as diferenças e peculiaridades da história do Cumbe com relação a outros locais, isto é, a história contribui para a formação da identidade daquele grupo. Perceber de que forma os vestígios arqueológicos são incluídos nessa narrativa, e se eles também contribuem para marcar essa diferença, é uma das reflexões que devem ser realizadas ao longo do texto.

Com relação ao conceito de cultura, compartilhamos da definição proposta por Clifford Geertz. Segundo o autor, para compreender a cultura de um determinado grupo é preciso conhecer seus sistemas de signos, *"Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como ciência interpretativa, à procura de significado."* (GEETZ, 1989, p.4)

O método antropológico e o conceito de descrição densa foram utilizados nas visitas a comunidade, nas conversas com a população, e na análise dos depoimentos realizados para essa pesquisa. Contudo, sabemos que essas interpretações são sempre de "segunda mão", e admitimos, assim como fez Clifford Geertz, que nosso olhar a respeito da comunidade será sempre uma leitura passível de críticas e reavaliações. *"Creio que nada contribui mais para desacreditar a análise cultural do que a*

construção de representações impecáveis de ordem formal, em cuja existência verdadeiramente ninguém pode acreditar." (GEERTZ, 1989, p.13.).

Os conceitos de história e memória estão intimamente ligados ao campo do patrimônio, servindo de justificativa retórica para a definição do que deve ou não ser preservado. Há diferentes formas de conhecer e recordar o que passou. A memória e a história, tanto uma como a outra, por meio das experiências vividas no presente estabelecem com o passado um diálogo permanente. A história fundamentada em materiais documentais, leituras teóricas, método. Já a memória, de maneira vivida e experimentada.[9] Porém, existe algo em comum entre elas, memória e história sempre partem do presente para vislumbrarem o que passou. Portanto, é difícil estabelecer uma linha divisória precisa entre história e memória, pois ambas estão marcadas pelo elo do presente em direção a um futuro (CATROGA, 2001, p. 65).

Nesse sentido, a história e a memória da comunidade do Cumbe, bem como, a história e a memória e a respeito da patrimonialização dos vestígios arqueológicos encontrados nas dunas, foram apreendidas com o auxílio de várias fontes, dentre elas: o processo arquivado do Iphan, reportagens em jornais e revistas, entrevistas orais e livros publicados.

A utilização dos documentos pelos poderes instituídos o transforma em monumento. Cabe ao historiador identificar quais são essas forças do poder e quais são seus interesses ao criar, guardar, publicar determinadas fontes históricas. Isso quer dizer que nenhum documento, seja ele escrito ou não, é um documento inocente, objetivo ou puro. Para o historiador Jacques Le Goff, é preciso desmontar o documento, decifrar suas entrelinhas, não considerar apenas o aparente, mas, sobretudo o não dito, o não lembrado, o que foi esquecido ou subtraído[10].

Desta forma, os documentos "oficiais" do processo de diagnóstico, prospecção e resgate do patrimônio arqueológico da usina eólica instalada no Cumbe, devem ser lidos a partir de suas entrelinhas, levando em considerações as questões políticas e ideológicas contidas nesses escritos. Os ofícios, relatórios, comunicados e projetos contidos no processo, foram as primeiras fontes consultadas durante essa pesquisa, e a partir delas, foi possível chegar a outros documentos. O processo arquivado na

[9] "A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado." (NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993.).

[10] LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: **História e memória**; tradução Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas. SP. Editora da UNICAMP, 2003.

superintendência do Iphan ajudou a puxar o fio da complexa teia envolvendo grupos e interesses completamente opostos.

Por sua vez, as reportagens publicadas na impressa a respeito dos acontecimentos que envolvem essa pesquisa, também devem ser lidas levando em consideração os interesses de grupos específicos (arqueólogos, comunidade, empresários, Iphan). Os textos que circularam na impressa no calor dos fatos, contribuem significativamente para o entendimento dos personagens dessa trama, evidenciando quem detém o poder de decisão e os grupos marginalizados no processo.

Para a compreensão dos valores que a população atribuiu aos vestígios arqueológicos, antes e depois da chegada da usina, foi preciso recorrer à história e à memória da comunidade local.

Conforme indicou o sociólogo Maurice Halbwachs, o trabalho da memória seria um trabalho de releitura, isso significa que as lembranças são modificadas pela percepção do presente. A experiência da memória seria como ler novamente um livro. Segundo o raciocínio de Halbwachs, seria impossível reviver o passado, ou seja, lembrar-se de um acontecimento da forma como ele ocorreu.

A contextualização histórica do Cumbe está baseada nas fontes escritas, mas também, leva em consideração os depoimentos dos mais velhos do lugar, pessoas que geralmente são consideradas pelo grupo como guardiões da narrativa da comunidade, e que provavelmente conhecem dados que não estão nos livros e nos documentos oficiais. Por isso, recorremos aos depoimentos orais, apesar do curto período para realização das entrevistas, foi possível colher sete testemunhos da comunidade, a escolha desses informantes foi realizada com a ajuda de um dos moradores, José Correia, que indicou algumas pessoas que haviam participado ativamente das manifestações na época da construção da usina, e outros que foram contra as mobilizações. Além desse critério, procuramos pessoas que pudessem nos contar histórias do passado do lugar, por último buscamos diversificar as categorias profissionais desses moradores, ou seja, no grupo temos o funcionário de um museu, um professor, um operador da CAGECE, um artesão, uma comerciante, uma marisqueira e uma labirinteira.

É importante esclarecer que a distância da comunidade, as dificuldades de acesso e principalmente o contato com José Correia, condicionaram as escolhas dos entrevistados, de maneira que apenas um dos depoentes se mostrou a favor da instalação da usina eólica no local. Além disso, essa opção demonstra uma necessidade de dar voz a um grupo que, de certa maneira, não foi ouvido, já que a usina foi instalada no local.

Por último, os depoimentos não trataram somente do problema gerado pela chegada da Bons Ventos, mas de vários outros assuntos, podendo servir de base para outros trabalhos, inclusive para a concepção do museu da comunidade.

Elaboramos também um roteiro de entrevista, que nem sempre foi seguido à risca, no entanto, tentamos elencar alguns assuntos que não poderiam faltar. Pedimos que nossos entrevistados nos contassem sobre: infância no Cumbe, lugares que marcaram a infância, trabalho, a chegada da usina eólica, os artefatos arqueológicos encontrados nas dunas, o retorno desses vestígios, papel do Iphan no processo, Museu do Cumbe, por fim, perguntamos por que era bom e por que era ruim morar no Cumbe?

Para realizar a leitura e análise dessas entrevistas, contamos com as percepções de Ecléia Bosi em seu estudo a respeito das memórias de velhos. A autora analisa os depoimentos procurando entender de que forma seus informantes constroem suas lembranças, ou seja, para ela não interessa a veracidade dos relatos de seus informantes, mas sim perceber o que lembram e o que esquecem. "A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial." [11] Essa preocupação com a veracidade também não foi prioridade para a presente pesquisa, mais importante para essa reflexão foi perceber quais são as lembranças e lugares de memória da comunidade, e de que maneira esse passado pode e deve ser patrimonializado, de acordo com a percepção da própria população.

Além da questão da veracidade, as memórias não são nem inteiramente individuais e nem tão pouco totalmente sociais. Bosi procura comprovar, com ajuda dos entrevistados, que as memórias pessoais são ao mesmo tempo intercaladas com as memórias sociais de grupos familiares, sindicais, escolares, entre outros. Nesse sentido, foi possível compreender que um acontecimento importante para a comunidade, como por exemplo, a existência das fazendas de cana e a produção de cachaça, são lembradas a partir de episódios e histórias individuais, como o gosto que se sentia em beber a garapa. São as experiências pessoais do cotidiano que muitas vezes despertam o passado.

Entendendo a escrita da história como uma construção de um determinado período, as fontes bibliográficas são fundamentais para compreensão do processo histórico da localidade. Nesse sentido, relatos de viajantes, narrativas de cronistas e

[11] BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Pág. 37

historiadores, bem como imagens produzidas no passado, revelam as mudanças e permanências nos modos de vida, nas relações econômicas e na paisagem do lugar. Desde o período colonial, o lugarejo foi conhecido pela tradicional cachaça que era produzida nos engenhos ali localizados. Atualmente, o local não produz mais a famosa cachaça, as atividades econômicas estão em torno da extração de mariscos, criação de camarão e da pesca.

Pelo exposto até o momento, a análise a respeito da valorização do patrimônio arqueológico no Cumbe é pertinente, pois evidencia questões enfrentadas pelo aumento exponencial dos grandes empreendimentos em áreas com alto potencial arqueológico. Desta forma, refletir a respeito da convivência entre as comunidades locais, empresários Iphan e arqueólogos, pode ajudar na hora de definir estratégias de preservação para esse patrimônio cultural da nação. Essas são algumas questões que devem permear o desenvolvimento desse trabalho, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim, trazer a tona temas candentes e problemas atuais enfrentados por todas as superintendências do Iphan no país.

O primeiro capítulo, intitulado *Entre moinhos, canaviais, São Sebastião e camarões: histórias e narrativas da comunidade do Cumbe***,** tem como objetivo apresentar ao leitor o sítio Cumbe, seu território, suas histórias e ocupação, sua população, seus principais meios de sobrevivência, etc. Com a ajuda das fontes bibliográficas, acompanhamos o estabelecimento das fazendas de cana de açúcar na região da margem direita do Rio Jaguaribe já próximo a sua foz. São relatos de viajantes, cronistas e historiadores, acompanhados de um mapa do período colonial, e de duas aquarelas pintadas pela Comissão Científica do Império. Nesse período, o local era habitado por fazendeiros que produziam a famosa água ardente do Cumbe, e o vento já movia os cataventos feitos de carnaúba com a função de irrigar as plantações de cana.

Os depoimentos dos entrevistados estão presentes e narram histórias fantásticas como a lenda do Rei Sebastião. Fatos do passado, como o costume de lavar roupas nas lagoas nas dunas, e os antigos engenhos também estão presentes. Episódios como a chegada da subestação da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) e das fazendas de camarão são lembrados pela comunidade como momento de mudanças significativas no cotidiano no Cumbe. A relação com a paisagem, praia, dunas, lagoas e mangue são transformadas com a chegada desses empreendimentos no local.

O segundo capítulo, *Novos ventos em Aracati: o parque eólico da Bons Ventos e as narrativas de empresários, arqueólogos e Iphan*, trata dos impactos causados pela

usina eólica Bons Ventos Geradora de Energia S/A na localidade do Cumbe. Nessa parte do trabalho, abordamos o papel da instituição responsável pela preservação dos vestígios arqueológicos. O texto é iniciado com um breve panorama da legislação de proteção do patrimônio arqueológico, chamando atenção para a proteção desses bens desde a criação da SPHAN em 1937. Em seguida, fazemos uma explanação sobre a produção de energia eólica, levando em consideração os investimentos no Brasil e o discurso da energia limpa. Por último, os questionamentos e críticas a essa forma de produzir energia são levantados, além disso, a polêmica envolvendo o parecer contrário a construção da empresa, emitido pela arqueóloga responsável pelo diagnóstico, e o projeto do arqueólogo contratato para a fase posterior, são abordados nessa parte do texto.

No terceiro e último capítulo, nomeado *Machados, cachimbos, cacos e restos: os artefatos arqueológicos e a preservação do patrimônio do Cumbe"*, as manifestações da comunidade local com relação à construção da usina eólica são trazidas a tona. O objetivo principal do texto é compreender de que forma a comunidade se relaciona com os artefatos encontrados nas dunas antes e depois da chegada da empresa, e para quê e para quem o patrimônio arqueológico é pesquisado. Os primeiros avisos de que no local havia material arqueológico foram dados pela população, muito antes de serem informados que ali seriam instalados 67 aerogeradores, os moradores desde a infância conviviam com os vestígios e inclusive reutilizavam esse material, construindo teorias a respeito da sua chegada e permanência nas dunas.

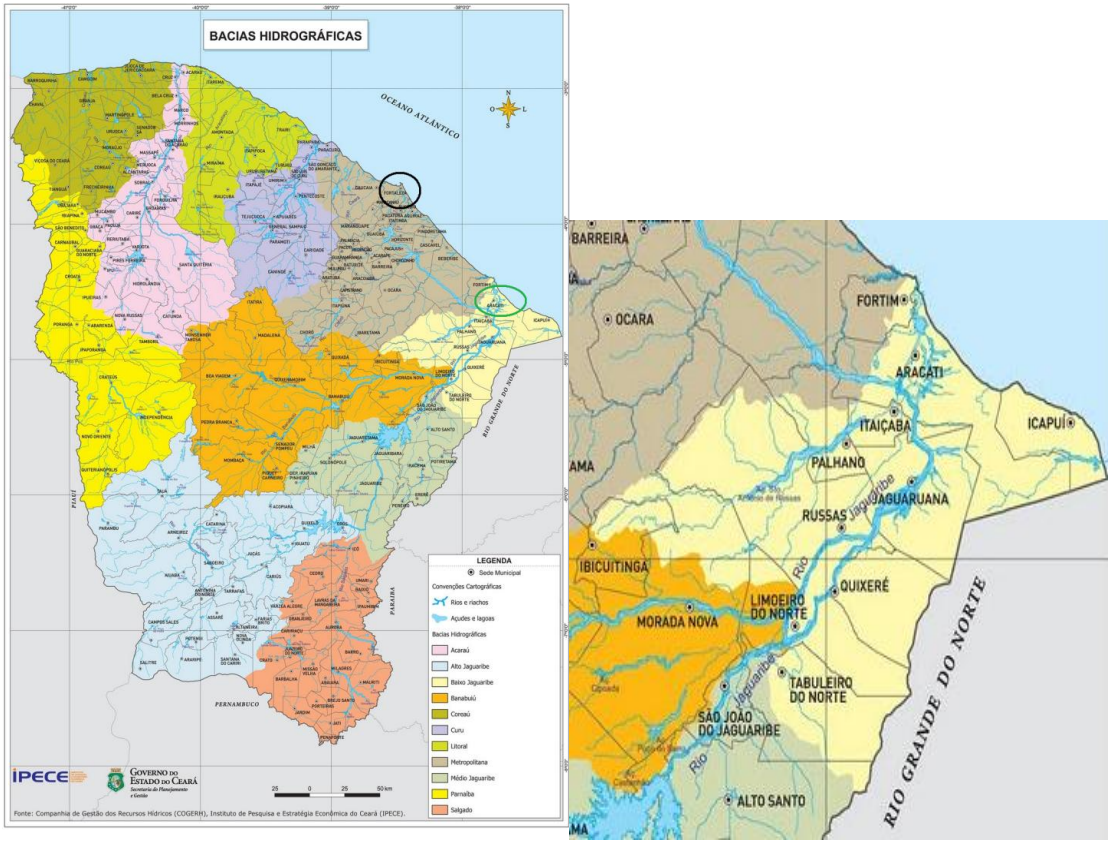
As manifestações organizadas pela comunidade, que fechou a estrada por 19 dias em virtude da situação provocada pela instalação da usina, e a repercussão do caso na impressa, são discutidas nesse capítulo. Os resultados apresentados pelo Relatório Final do projeto de prospecção e resgate, bem como, o alcance das ações de educação patrimonial, são abordados com o objetivo de compreender em que medida as pesquisas arqueológicas realizadas no local foram incorporadas pela comunidade. Afinal para quê e a quem serve o patrimônio arqueológico? Com a ajuda do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pensamos em caminhos e soluções possíveis para que o patrimônio arqueológico do Cumbe seja efetivamente apropriado pela população local.

1º Capítulo "Entre moinhos, canaviais, São Sebastião e camarões: histórias e narrativas da comunidade do Cumbe"

1.1. O Sítio Cumbe

> A aproximadamente 12 km do Centro do município de Aracati, depois de percorrer uma estrada de piçarra seca e poeirenta no verão, uma lama, com pequenas lagoas no inverno de enchentes impiedosas que impossibilitam o acesso de transporte terrestre e a pé. Ai encontramos uma comunidade de Aracati, chamada Cumbe.(DANTAS, 2009, p. 222).

A comunidade do Cumbe fica no município de Aracati/CE a 172 km de Fortaleza. É a última povoação da margem direita do Rio Jaguaribe[12]. O acesso ao local é feito por estrada de terra com 12 km de extensão entre a sede do município e o povoado.



Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará. No círculo preto está marcada a capital Fortaleza e no círculo verde o município de Aracati. Fonte Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Do lado direito mapa ampliado da Bacia do Rio Jaguaribe.

[12] O rio Jaguaribe é o maior do Ceará com 610 km de extensão. Sua nascente fica na Serra da Joaninha, município de Tauá, no sertão central do estado. A foz está localizada entre os municípios de Fortim e Aracati, bem próximo à comunidade do Cumbe, que é a última povoação ao lado direito do rio.

No local vivem aproximadamente 150 famílias que tiram seu sustento da pesca e da cata de mariscos e caranguejos. Além dessas atividades principais, alguns moradores trabalham nas fazendas de camarão, e outros se dedicam ao artesanato de madeira e a elaboração da renda de labirinto[13].

A natureza do local é composta por grande campo de dunas móveis e fixas, pelo mar, pela quarta maior área de mangue do Ceará, e pela barra do rio Jaguaribe (local em que o rio se encontra com o mar), esse meio ambiente propício atraiu vários habitantes ao longo do tempo. Segundo o relatório final do Programa de Prospecção e Resgate na área da usina Bons Ventos:

> (...) as primeiras ocupações em Aracati/Cumbe/Canoa Quebrada seriam anteriores à extinção da floresta de mangue que ali existia em uma cota de 5 a 2m abaixo dos terraços marinhos preexistentes. Conclui também que entre 12.000 e 7.000 anos Antes do Presente (A.P.) o ambiente na região apresentava condições ideais para a ocupação de grupos humanos e que diante da extinção da floresta de mangue (entre 7.000 e 5.000 anos A.P.) essas populações se deslocaram para áreas mais interiores e mais altas da região, provavelmente, nas imediações da área ocupada pela atual vila de Canoa Quebrada ou nas matas fechadas que existiam nas porções mais interiores. Posteriormente, diante do optimum climático na faixa de 5.000 anos o ambiente se tropicalizou, novas áreas de mangue apareceram e outras populações fixaram-se na área.[14]

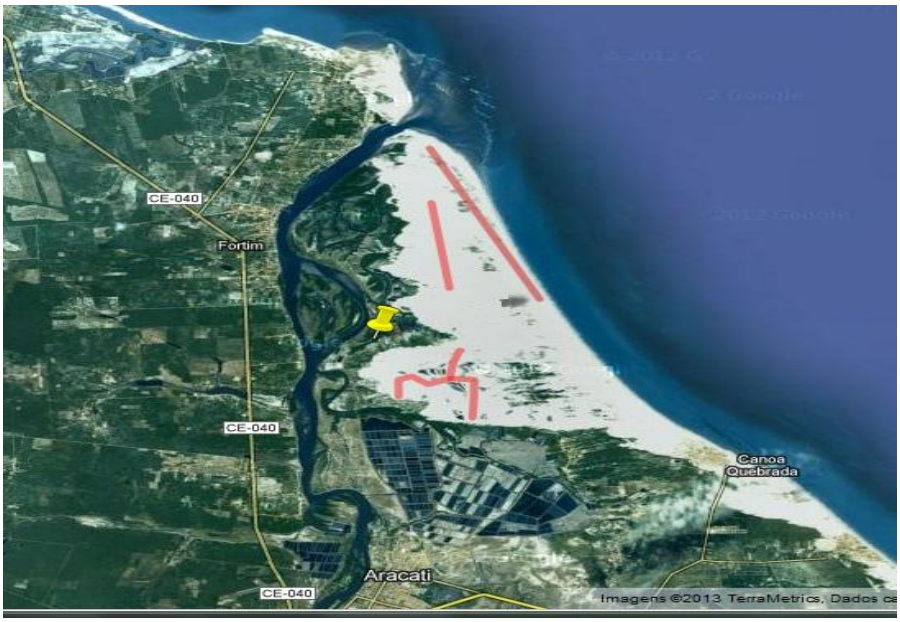


Foto aérea da comunidade do Cumbe – Na imagem é possível identificar a comunidade com ajuda do marcador amarelo, o Rio Jaguaribe à esquerda, o mangue na margem no rio, o campo de Dunas do lado

[13] A renda de labirinto é um bordado de fio cortado, distendido em uma armação de madeira quadrada ou quadrilateral, recoberto de bordados feitos à agulha. Seu complexo traçado lembra um labirinto.

[14] A.P., quer dizer Antes do Presente. Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel e UEE Canoa Quebrada, Município de Aracati, Ceará – Relatório Final de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico – Volume I – Tomo II Ilhéus/Ba.p.547.

direito e as grandes "piscinas" das fazendas de camarão que circulam toda a comunidade. Os destaques em vermelho em cima das dunas evidenciam o local onde foram instaladas as torres de energia.

A dinâmica dos ventos, da movimentação dos oceanos, e a presença da floresta de mangue tornam o ambiente favorável, seduzindo "grupos humanos para esta área desde épocas remotas, atraídos pela diversidade de recursos alimentares presentes na zona estuarina do baixo Jaguaribe" [15].

Mais tarde, com a ocupação da região jaguaribana a partir do final do século XVII, a localidade do Aracati, inicialmente denominada de São José do Porto dos Barcos, tornou-se uma das mais importantes vilas da capitania/província do Siará Grande.

Existem várias versões a respeito da etimologia da palavra Aracati. Segundo o historiador Raimundo Girão, o significado mais aceito vem do vocábulo indígena "aracati ou aracatu como tempo bom. Chamavam os índios de aracatu ao vento que soprava de norte e refrescava os ardores do estio." (GIRÃO, 1983, p.33). O dicionário Aurélio, por sua vez, dá a seguinte definição: "Vento que em regiões nordestinas (especialmente no CE) sopra de N.E. para S.O." [16].

A localização privilegiada da vila, situada à margem direita do rio Jaguaribe, propiciou que a localidade se constituísse como um importante núcleo mercantil, na medida em que Aracati possuiu o principal porto do Ceará até meados do século XIX, quando o porto de Fortaleza passou a ser o maior da província[17]. O nome dado a vila, portanto, já demonstra que o local, além de porto dos navios, era também, porto dos ventos, e que, ao contrário das embarcações, os ventos entravam pelo interior do Ceará, refrescando o início da noite[18].

Do porto saiam principalmente o couro e o charque produzidos pelo extenso rebanho cearense, e ao porto chegavam os produtos manufaturados vindos da Europa (louças, ferro, roupas, calçados, vinhos, etc.), distribuídos para o interior da capitania/província. Conforme aponta o historiador Gabriel Parente Nogueira:

> A indústria do charque, desenvolvida em uma região de ocupação recente como era a ribeira do Jaguaribe, conferiu destaque à localidade onde viria a

[15] Estudos Arqueológicos na área de intervenção das usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos 50MW, UEE Canoa Quebrada 57 MW e UEE Enacel 31,5 MW, Município de Aracati – Ceará – Etapa I – Prospecção – Volume I – Diagnóstico. Relatório apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Bons Ventos Geradora de Energia S/A. Fortaleza, Janeiro de 2008. p. 127.
[16] Novo Dicionário Eletrônico Aurélio. Versão 7.0, Editora Positivo, 2010.
[17] Para aprofundar o assunto consultar: (LEMENHE, 1991).
[18] Muitos moradores do interior até hoje têm o costume de sentarem-se nas calçadas para esperar o vento Aracati passar.

> ser criada vila do Aracati, que caracterizava-se como um ponto de encontro que ligava duas correntes que tinham – por motivos diferentes e complementares – o porto do Aracati como destino. A primeira destas correntes vinha dos sertões do Jaguaribe e de outras capitanias, como o Piauí, e tinham no Aracati o destino de suas boiadas que, criadas nas fazendas estabelecidas ao longo das ribeiras, convergiam ao Aracati para – depois de um pousio, cujo fim era a recuperação e engorda do rebanho – serem abatidas nas oficinas, estrategicamente estabelecidas ao longo da margem direita do Jaguaribe; próximas ao porto por onde o charque e as couramas eram exportados, principalmente para as praças do Recife e de Salvador; estes, os principais pontos de partida da segunda corrente que para o Aracati se destinava em embarcações carregadas por víveres e demais produtos que eram dados em troca das carnes e couros produzidos na vila, produtos esses que destinavam-se a abastecer, além da própria vila, as fazendas dispostas ao longo da ribeira do Jaguaribe e demais paragens nos sertões do gado. (NOGUEIRA, 2010, p. 87)

Por ser um importante ponto de convergência, em Aracati se estabeleceram ricos comerciantes, criadores e produtores de charque. A pequena localidade de São José do Porto dos Barcos foi gradativamente sendo ocupada por luxuosos sobrados, grandes igrejas e vistosos comércios, etc.[19].

Alguns desses abastados proprietários das residências e comércios em Aracati, eram também donos de sítios no povoado do Cumbe. Gabriel Parente aponta que o documento "REQUERIMENTO do sargento-mor Mathias Ferreira da Costa, morador na vila de Aracati, ao rei [D. José I] a pedir provimento no posto de capitão de Cavalaria da referida vila", datado de 1760, cita um local nas proximidades da vila de Aracati chamado Cumbe. Segundo o requerimento, o Sr. Mathias Ferreira da Costa seria considerado um dos homens mais ricos da região, possuía imóveis, mobília, escravos, e um grande sítio no Cumbe[20].

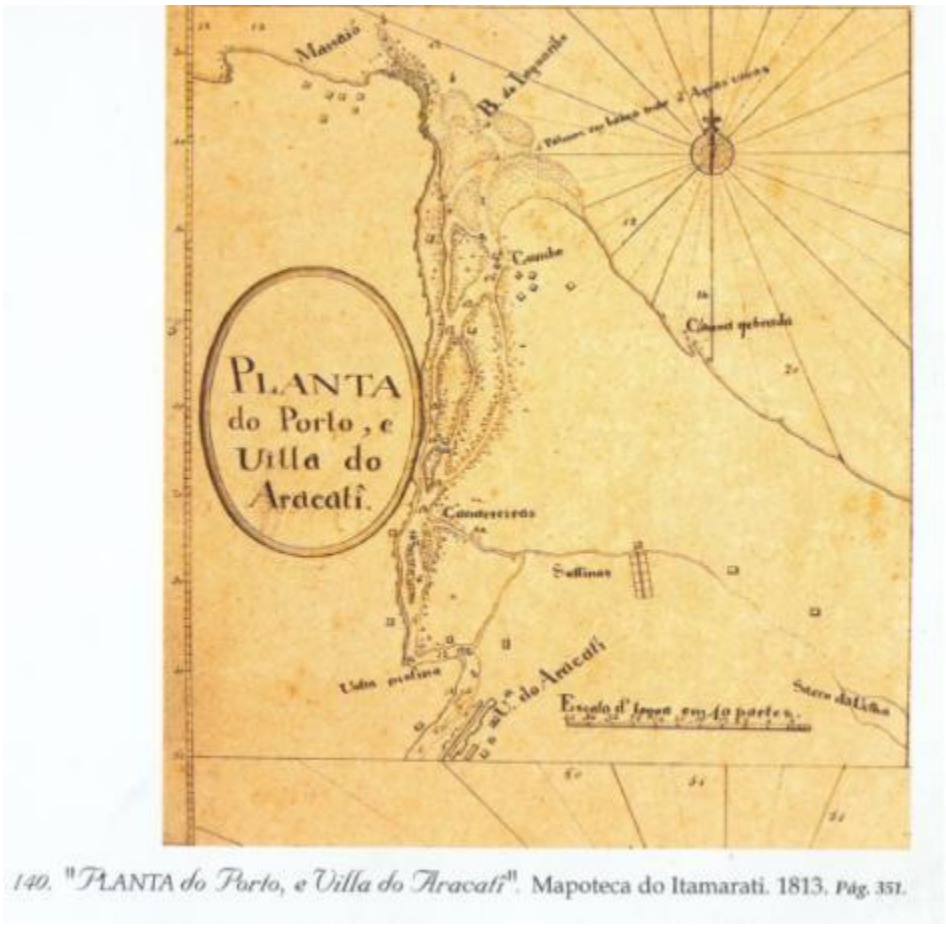
Existem vários relatos do século XIX, ainda no período colonial, que nos fornecem elementos para entendermos como era a povoação naquele período. O local recebeu o nome de Sítio Cumbe porque, na época, era ocupado por grandes sítios que cultivavam cana-de-açúcar para a produção de cachaça[21]. O mapa a seguir, "Planta do

[19] Grande parte das edificações da cidade de Aracati continua preservada. A cidade foi tombada como Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Aracati pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2000.

[20] (...) o homem mais afazendado que há nesta Villa [Aracati] tanto em bens de Raiz, como movilia, e escravos e elle Testemunha nenhuma duvida teria dar lhe doze mil cruzados pellas suas fazendas por que só por hua chamada do Cumbe lhe Davao quatro mil cruzados em meyas doblas e o não quis dar e aLem destas terras, que tem nesta Capitania, tem outras muitas muitas mais na do Rio Grande (...). (NOGUEIRA, 2010.p. 154).

[21] Alecsandro Ratts no texto "A fábula das três raças" trabalha com a hipótese do local ter sido habitado por escravos, pois, segundo ele a palavra Cumbe na Venezuela é o nome dado a Quilombos. RATTS, Alecsandro. A "fábula das três raças" no Vale do Jaguaribe. In: Propostas Alternativas: Vale do Jaguaribe Natureza e Diversidade Cultural – II, nº 7. Fortaleza: IMOPEC, 2000. p.22 –27.

Porto e Villa do Aracati", datado de 1813, aponta a existência da localidade. (REIS FILHO, 2000, p. 148.)



140. "PLANTA do Porto, e Villa do Aracati". Mapoteca do Itamarati. 1813. Pág. 351.

Mapa retirado do livro: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial.** São Paulo: Edusp : Imprensa Oficial do Estado, 2000. p.133.

No mapa, podemos observar a proximidade do Cumbe com a Barra do rio Jaguaribe, local onde entravam os navios que circulavam pela vila. Na imagem, está demarcado ainda, o local da "V ª do Aracati" e a localidade de Canoa Quebrada. O lugar chamado Salinas está à direita do rio e era o ponto onde havia a extração do sal, usado na produção do charque.

O Cumbe, que ficava vizinho a umas das vilas mais prósperas do Ceará no período colonial, tinha o terreno propício para o cultivo da cana, e ficou famoso por produzir uma das melhores cachaças da região.

1.2. Os engenhos de ferro e os moinhos de vento

Francisco Freire Alemão, estudioso que fazia parte da Comissão Científica do Império[22], esteve de passagem pelo Cumbe em 1859 e retratou o lugar com detalhes em dois textos: "Passeio ao Cumbe" e "Visita ao Cumbe" [23].

Em seu relato, o viajante descreve o caminho entre a vila de Aracati e o povoado, segundo ele penoso, feito no lombo dos cavalos que atravessaram rios e areias finas com muita dificuldade:

> Chegamos enfim à grande Gamboa, que bem que estivesse a maré vazia apresentava um rio de umas 20, a 30 braças de largo e com bastante fundo; passamo-la em uma pequena canoa levando os cavalos a nado, passagem dificultosa e aborrecida com a maré vazia por causa das lamas atoladiças que ficam descobertas. Passada a Gamboa continuamos o caminho, por terrenos já coberto de matos e carnaubais, e por sítios com plantações de canas de mandioca. Iamo-nos chegando aos morros da costa. Seriam talvez 10 horas quando nos apeamos em um Engenho, antes Engenhoca, que estava moendo; tem moendas de ferro e eram puxadas por duas juntas de bois reunidas. É engenho só de aguardente. Está êle situado bem na fralda do morro redondo (Cumbe), que é um grande e vistoso monte de areia fina, e clara sem nenhuma vegetação[24].

A comitiva saiu de Aracati no dia 25 de agosto de 1859, às sete horas da manhã. O grupo era composto por dez pessoas. Dentre eles, três faziam parte da Comissão Científica: Lagos (seção de zoologia), Reis (pintor da comissão) e Francisco Freire Alemão. Além destes, acompanhavam o grupo Manuel e Bordalo, dois ajudantes, um criado e o guia.

Segundo as descrições do viajante, o rio Jaguaribe e suas gamboas dificultavam o caminho que deveria ser percorrido. Às 10 horas, pararam em um dos engenhos, e por volta de meio-dia, o grupo decide retornar para a vila. Para evitar o caminho pelas

[22] A Comissão Científica do Império, idealizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e financiada por Dom Pedro II, tinha como principal objetivo conhecer as longínquas províncias do território nacional. Conforme aponta o historiador Paulo César dos Santos a comissão fazia parte "de um projeto nacionalista e científico para o Brasil (...). Saber e poder caminhavam juntos na tentativa de construção da nação. Conhecer e administrar pareciam verbos conjugados em um único intuito: produzir uma história para o Brasil independente.". (SANTOS, 2011.p.12). O autor explica ainda que o Ceará foi o primeiro destino da comissão que era formada por cinco seções de estudos (botânica, geologia e mineralogia, zoologia, astronomia e geografia, etnográfica e narrativa de viagens). Francisco Freire Alemão era o chefe da comissão e responsável pela seção de botânica. O cientista produziu um extenso diário contando a respeito do cotidiano da viagem, além de correspondências e outros artigos. A comitiva era composta também, pelos ajudantes e pelo pintor Reis de Carvalho, que registrou suas impressões em diversas aquarelas.

[23] Biblioteca Nacional (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81 (1961) – Rio de Janeiro. A. Biblioteca, 1964.

[24] Ibid.p.271

Gamboas, escolhem voltar pelos morros de areia. O sol e o vento forte prejudicavam o atalho pelas dunas. "Andamos por espaço de muito mais de 2 léguas rodeando a vargem, o vale e por cima, digo subindo e descendo montanhas de areia fina e solta, onde os animais se enterravam, e tão clara que o reflexo do sol deslumbrava a vista e causava dores nos olhos e na cabeça (...)."[25] Percebemos através do relato do pesquisador, ao qual recorreremos outras vezes, as dificuldades para chegar até o povoado. O autor chama atenção para o fato de o rio não estar cheio, ou seja, essas complicações deveriam duplicar em momentos de cheia do Jaguaribe.[26] Essa foi a primeira visita do grupo ao Cumbe, dias mais tarde, o grupo retornou ao povoado, e desta vez, pernoitaram no local.

Naquele período, a economia local era alimentada pela produção da cachaça. A fama da aguardente do Cumbe chegou ao século XX. Antonio Bezerra, em 1902, relata que no Cumbe havia "12 moinhos de vento para o serviço de irrigação, de 2 kilometros de terras optimas para a canna, em cuja zona trabalham 09 engenhos de ferro. É afamada no Estado a sua aguardente". (BEZERRA, 1902, p. 136)

Atualmente não existe mais nenhum sítio que cultive a cana ou produza aguardente no Cumbe, contudo, este capítulo da história do povoado permanece na memória de todos os entrevistados. As lembranças desse tempo vêm da infância ou das histórias contadas pelos pais e avós. Os relatos descrevem um tempo de fartura, em que os donos de sítios eram bons, e que os moradores que não tinham sua terra, arrendavam o terreno e plantavam banana, manga, coco, mandioca, etc. Contam que os caçoas saiam carregados de frutas e de outros gêneros que eram vendidos na feira em Aracati.

> Eu acho que se voltasse o passado, voltava os sítios que eram, novamente a agricultura que o pessoal plantava, que voltasse, ai era, eu achava que era uma boa, porque naquela época existia uma parte da pobreza, mas a gente nem notava a pobreza, porque era muita fartura, aí os sítios aí, porque se quisesse banana, colhia banana, pra comer madura, aquelas bananas mais menor os donos não tiravam, e lá amadurecia (...) os sítios onde eram os engenhos, aqueles menino com um bucho, a barriga chega espelhava, de barriga cheia de garapa, era o dia todinho, era os cortes de cana (...)[27]

[25] Biblioteca Nacional (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81 (1961) – Rio de Janeiro. A. Biblioteca, 1964. p.271.

[26] De fato o Cumbe viveu durante muito tempo um certo isolamento, devido a sua localização e configuração geográfica. Sobre isso Luciana Queiroz afirma: "Esse relativo isolamento se explica, em grande medida, pelas características ambientais da comunidade — que está encravada no centro de um complexo e importante mosaico de unidades morfológicas, formado por campo de dunas fixas e móveis, planície fluvial (Rio Jaguaribe), fluviomarinha e o tabuleiro litorâneo (...)". (QUEIROZ, 2007: 36).

[27] Depoimento de Zé de Chiquim, concedido a autora no dia 08/02/2012.

Não sabemos até que ponto esse momento da história do Cumbe foi um tempo de fartura, ou se as agruras do tempo presente acabaram transformando o período dos engenhos e da cachaça, em um momento idealizado. Essa segunda hipótese provavelmente seja a mais aceitável.[28] O que sabemos é que, além dos registros orais, no Cumbe podemos encontrar ainda hoje, os alicerces de antigas casas e os resquícios de um dos engenhos.



Peça de Ferro do Antigo Engenho – Foto de Patrícia Pereira Xavier

Essa utopia de que o Sítio Cumbe era um local abençoado, em que a terra era extremamente fértil e onde era possível aproveitar o dia entre os passeios a cavalo e banhos de rio e lagoa, não estão presentes somente nos depoimentos orais. Em 1898, um autor desconhecido publica um texto intitulado "Impressões de um passeio". Trinta e oito anos depois da Comissão Científica, o narrador descreve um domingo passado no Cumbe. Vejamos um trecho de sua descrição:

[28] No entanto, concordamos com Ecléia Bosi que ao analisar os depoimentos de idosos contendo seus relatos de vida afirmou: "A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida." (BOSI, 1994, p.37).

> As 5 horas da tarde de sábado seguimos em companhia do ilustre Coronel João Adolfo Gurgel do Amaral, em uma canoa por sobre as marulhosas águas do poético Jaguaribe, e 2 horas depois chegamos ao desejado Cumbe, onde já encontramos, com antecedência de ½ hora, a cavalgada que daqui havia seguido por terra, composta de 12 cavalheiros, isto é, da quase totalidade dos "convivas" e da qual éramos apenas fração muito insignificante.[29]

O narrador a convite do Sr. Abel Francisco Lopes, que era proprietário de um sítio no Cumbe, relata a noite de sábado e o dia de domingo passados em um local que em suas palavras era "de uma esplêndida e caprichosa natureza". Segundo o autor, nada faltou naqueles dias, todos os convidados foram servidos com fresca e abundante água de coco e caldo de cana, não faltando às bebidas alcoólicas, champanhe, vinho, conhaque, e a famosa cachaça do Cumbe. O jantar da noite de sábado e o almoço de domingo são descritos como verdadeiros banquetes. O repouso noturno foi no grande alpendre da casa em "alva e macia rede, tendo por companheiras de nossa noite as estrelas do firmamento e as travessas brisas, que brincavam nas varandas das nossas camas" [30].

Percebemos na narrativa uma clara idealização da vida no campo. Logo no início do texto, o autor revela: "feliz aquele que se passa longe do bulício das cidades completamente esquecido das lutas e fadigas da véspera". O relato, que foi publicado em jornal, sem dúvida foi o maior agradecimento do autor ao proprietário do sítio, que podia propagar que, além de sua residência em Aracati, possuía outra no campo onde poderia receber dignamente 12 convivas e ainda servi-los com as melhores iguarias locais.

Nesse tempo, os engenhos povoavam os terrenos do Cumbe, e o relato de 1898, ao contrário dos escritos de Francisco Freire Alemão, dão conta de um passeio agradável sem dificuldades no caminho. No entanto, o texto publicado no jornal "O Jaguaribe" não descreve como funcionavam os engenhos de cana, assunto que para ele não era tão importante quanto a informação de que o Cumbe era um dos melhores passeios de Aracati. Já para a Comissão Científica, pormenorizar a maneira como funcionavam os engenhos naquela região era uma tarefa que deveria ser realizada por dever de ofício. Vejamos o que nos informa o viajante em 1859:

> De manhã acordamos ouvindo gritos de quem tocava bois; era o engenho que movia. (...) O engenho consiste em uma máquina ou aparelho de moendas de ferro inglêsas, como são todas as que tenho visto aqui, exposta ao tempo e só

[29]Impressões de um passeio. Jornal O Jaguaribe, 10 de Fevereiro de 1898.
[30] Ibid.

> coberta por um teto de palhas assentada sobre as aspas, e que se move com as almanjarras e apenas cobre as moendas. Dois bois puxam o engenho e um mulatinho metia canas, e há muito tempo tocava os bois. (...) Uma bomba que tira água dum poço, ao pé da casa de destilo, é toda feita de carnaúba – esteios, travessos e bomba. O corpo da bomba, o êmbolo e válvulas tudo é de pau e tosco: mas serve. O que aqui achei curioso é que a bomba é tocada por um moinho de vento[31].

O texto de Francisco Freire Alemão cataloga o engenho, descreve todos os processos de extração da garapa, os materiais utilizados, os trabalhadores (bois e mulatinhos) e por onde passava a garapa até a casa de destilo. Ele informa também que os sítios ficavam "pela beira dos morros de areia", e que se distanciavam uns dos outros "100 ou 200 braças", medida que equivale a aproximadamente 200 a 400 metros. Eram engenhos produtores de cachaça.

O proprietário do engenho havia hospedado o grupo e o pesquisador inicia sua narrativa descrevendo a casa do sitiante, que em suas palavras era uma "verdadeira sanzala" [32]. A casa era coberta de telha, mas as paredes eram de palha "sustentadas por paus-a-pique de carnaúba", o piso era de terra, com um alpendre coberto de palha. Depois de descrever o engenho propriamente dito, o viajante conta que a cana era amontoada no chão próxima da moenda, e que a garapa seguia por um "tubo de carnaúba" para a casa de destilação, que, segundo o autor, era "pequena, tosca e suja". É perceptível o quanto aquela indústria, na visão do visitante, era tacanha e necessitava de melhoramentos, em suas palavras os engenhos eram "toscas engenhocas, onde só há de bom as moendas de ferro".

Por fim, Freire Alemão fica surpreso com os moinhos de vento, que eram totalmente fabricados de carnaúba, "esteios, travessos e bomba". O moinho, neste caso, seria para puxar a água utilizada no processo de destilação, mas, conforme o texto, as engenhocas também eram usadas na irrigação das plantações de cana.

[31] Biblioteca Nacional (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81 (1961) – Rio de Janeiro. A. Biblioteca, 1964 p. 273,274.
[32] Acredito que o autor se referia à senzala.



Gravura pintada por Reis. Legenda: Moinhos de vento nos arrabaldes de Aracati, 2 de setembro de 1859.

Na imagem, vemos a casa "pequena, tosca e suja" conforme as palavras utilizadas pelo viajante. É possível identificarmos também, o tubo de carnaúba, a bomba e o moinho. Tudo fabricado com a madeira de carnaúba, muito comum na região. Naquela visita, o grupo observou que em apenas um canavial havia cerca de oito moinhos de vento iguais ao retratado na aquarela do pintor da Comissão Científica. Visitando o Cumbe, em uma das pesquisas de campo, verificamos que ainda hoje os moinhos podem ser encontrados no povoado. Continuam sendo fabricados de carnaúba, no entanto, não são eles que predominam na paisagem. Atualmente, os moinhos de vento do Cumbe que se sobressaem pertencem à usina eólica que lá se fixou, e que não servem para puxar água, mas sim para produzir energia.



Moinhos de Carnaúba – Foto Patrícia Pereira Xavier – 2011.

O mecanismo realmente surpreendeu o grupo. Freire Alemão chega a comentar que, apesar de "tosco", o aparelho funcionava muito bem, e que, pelo serviço que prestava, não sabia por que motivo, a engenhoca não era "vulgarizada na província". O aproveitamento dos ventos naquela região vem de longa data, seja para puxar água ou para gerar energia, o vento é um patrimônio natural do Cumbe.

1.3. Os morros de areia

No relato de Freire Alemão, percebemos que além dos canaviais, havia naquele período outro elemento muito marcante da paisagem, que foi definido pelo pesquisador como "monte de areia fina e clara sem nenhuma vegetação" [33]. O conjunto de dunas do Cumbe prendeu a atenção do grupo de estudiosos. Das duas aquarelas produzidas pela comissão retratando o local, uma ilustra as dunas.



Morro do Cumbe, perto do Aracati, junto a costa. Aracati, 2 de setembro de 1859. A nota ao lado esquerdo diz o seguinte: "A alguma distância deste morro ouve-se vibrar um som à imitação de uma trompa de guerra e em cima de seu cume sente-se uma espécie de agitação. (BRAGA,1982, s/p)

A beleza cênica dos morros de areia do Cumbe é citada por vários outros documentos produzidos por visitantes do lugar, mas também pelos próprios moradores. "Hoje o Cumbe não tem nada/Todos vivem na pobreza/Mas tem as mais belas dunas/De toda essa redondeza/Pra você ver o quando é grande o poder da natureza."

[33] Biblioteca Nacional (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81 (1961) – Rio de Janeiro. A. Biblioteca, 1964.p.71.

(PINHEIRO,2006, p.08.). No texto, o cordelista nativo do Cumbe fala sobre a decadência dos engenhos[34] e reforça a beleza da paisagem proporcionada pelo campo de dunas. A paisagem pode ser apreciada da base do morro, mas o observador pode, também, subir no seu topo. Foi o que fez a Comissão Científica em 1859. Segundo Freire Alemão, "De cima desses enormes montes avistamos o mar e grande parte da costa, ficando-nos incuberta [sic] a foz do Jaguaribe. O panorama era magnífico o mar tranquilo estava de uma cor azul intensa" [35]. Da base ou do alto, as dunas do Cumbe são referências importantes para os habitantes e visitantes do povoado.

Os morros de areia, além de serem um motivo de orgulho para os que lá vivem, também causam medo à população. As dunas móveis estão constantemente se movimentando. A dinâmica do vento faz com que as finas areias encubram e descubram sítios, casas, lagoas, etc.

O texto "Impressões de um Passeio", já citado anteriormente, trata do fenômeno da movimentação das areias. Sobre as dunas o visitante comenta: "Tivemos ocasião de admirar o assombroso espetáculo de como um morro, sem boca nem goela, engole os sítios que estão colocados em sua marcha devastadora! É assim que já existe soterrado pelas areias um sítio destas paragens, outro começa ser invadido e, mais tarde, elas terão avassalado tudo quanto achar-se na direção de sua carreira" [36]. A movimentação dos morros, portanto, há séculos, está presente no cotidiano das comunidades litorâneas que habitam próximas a dunas móveis. Conforme aponta o estudo de Luciana Queiroz (QUEIROZ, 2007), atualmente as dunas caminham na direção do Cumbe e da foz do rio Jaguaribe, havendo inclusive o risco dos montes de areia acelerar o processo de assoreamento do rio.

O temor causado pelos morros, contudo, não é motivado apenas pela sua constante movimentação. Os escritos e a narrativa oral dos habitantes locais, até hoje falam a respeito do "toque do Cumbe" [37]. Abelardo Gurgel Costa Lima, no livro Pequena Corografia do Município de Aracati, publicado em 1956, explica o fato: "Nos morros do Cumbe e da Beirada, ouvem-se de tempos em tempos, fortes estrondos e ruídos confusos, acompanhados de ebulição e deslocamento das areias. O barulho que se escuta quando isso se verifica, assemelha-se ao tamborilar, surdo e desordenado de

[34] A partir da década de 70, grande parte dos sítios foi vendida ou desmembrada.
[35]Biblioteca Nacional (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81 (1961) – Rio de Janeiro. A. Biblioteca, 1964.p. 275.
[36] Impressões de um passeio. Jornal O Jaguaribe. 10 de Fevereiro de 1898.
[37] A expressão "toque do Cumbe" foi retirada do texto de Frei Alemão sobre o Cumbe.

caixas de guerra, ao longe."(LIMA, 1956, p.10). Vários são os relatos de moradores que juram já ter escutado os sons dos tambores do Cumbe.

> Mas o que eu ouvi certa vez, numa manhã, já há muito tempo, e... há... é uma marcação de tambores, mas uma coisa muito rápida quando você sintoniza, num é setembro, num tá havendo marcha nem nada, a coisa já passou e você acha curioso aquilo, né, tem um ritmo, tem uma marcação, aí eu digo: "Pronto, hoje eu ouvi a bateria do Dom Sebastião", né. [38]

A respeito do texto de Abelardo Lima, é importante destacarmos que o livro era uma publicação didática. Nesse sentido, é interessante que, dentre várias peculiaridades do Cumbe, o autor tenha escolhido abordar justamente o barulho das dunas. O autor tenta explicar o fenômeno cientificamente. Segundo ele, os barulhos são causados por uma acomodação no terreno. Conforme as dunas se movem, esbarram no solo do mangue, que acabam cedendo e afundando com o peso das areias, provocando assim os estrondos. No entanto, o título do tópico é "A Lenda do Morro" e, mesmo que o escritor tenha dado uma explicação racional, ele também cita outra versão "A tradição, porém, nos legou a lenda criada pelos antigos moradores do lugar, procurando explicar supersticiosamente a origem do fenômeno. Conta-se ela que, no morro do Cumbe, está encantado El Rei Dom Sebastião com seus soldados." [39]. O fato de a história estar retratada em um livro com fins didáticos na década de 50 demonstra a importância da narrativa, mas também pode indicar outro veículo, além da oralidade, que possibilitou que a lenda do Rei Sebastião chegasse até os dias atuais.

João Luís, morador do Cumbe, em entrevista concedida em 18 de janeiro de 2012, relata que escutou a história dos tambores pela primeira vez em uma roda de conversa dos adultos à noite no alpendre. Ele conta que a explicação dada para os barulhos ouvidos pelos caminhantes nas dunas era de que o Rei Sebastião estava encantado nas areias do Cumbe, e que em algumas ocasiões podia ser ouvido, e até mesmo visto, com sua cavalaria a vagar pelos morros.

O texto da Comissão Científica, preocupado em registrar todos os acontecimentos extraordinários que pudessem ser catalogados, e consequentemente, explicados cientificamente, nos dá notícia dos barulhos ouvidos nos morros. Freire Alemão e sua comitiva visitaram o Cumbe pela segunda vez para verificarem *in loco*, os fenômenos narrados por seus acompanhantes locais:

[38] Entrevista com Zé Correia cedida a autora no dia 26/03/2012.
[39] Ibid. p.12.

> Era realmente curioso o som que dava a montanha, ora mais brando, ou quase nulo, ora mais intenso, e perceptível, assemelhava-se ao som do tambor dos pretos no seu camdombe, ouvido a uma certa distância; e quando o som se tornava mais intenso, a areia corria pelos flancos da montanha e sentia-se um estremecimento na areia, no monte e nas árvores sobre que estávamos deitados ou sentados.[40]

O estudioso não faz menção sobre possibilidade dos barulhos serem causados pela tropa do Rei Sebastião.

Outro documento que menciona os "tambores do Cumbe" é o Álbum do Jaguaribe de 1922. O Álbum foi publicado em comemoração ao centenário da independência, em suas páginas são encontrados relatos e fotografias sobre as principais cidades ribeirinhas do Jaguaribe. Ao povoado do Cumbe é reservada uma pequena nota, dentro do capítulo sobre Aracati. O texto comenta rapidamente que o povoado possui terras férteis para a produção de cana e é famoso pela produção da aguardente. Contudo, o que realmente demanda atenção no Cumbe são os intrigantes barulhos ouvidos nas dunas. "É notável pelo ruído que se ouve sempre em baixo, e por vezes tem oscilado, revolvendo as areias que se compõem, supõe-se que é agitado por uma ação vulcânica"[41]. Ação vulcânica ou acomodação do terreno, não sabemos, são somente hipóteses, no entanto, são sempre conjecturas mais plausíveis, diante da explicação que os "supersticiosos dizem estar encantado o Rei D. Sebastião; esta superstição nasce do ruído que se ouve em certas épocas, semelhante ao rufar do tambor"[42].

O mito sebastianista está ligado à história do Rei Dom Sebastião que, no contexto histórico das cruzadas parte de Portugal, partiu com destino ao mundo árabe para travar guerra contra os mouros, considerados infiéis pelos cristãos naquele período. O fato é que o jovem rei, que representava a esperança para os portugueses que passavam por uma grande crise, morre na famosa batalha de Alcacér-Quibir. Surge daí a lenda (nascida, não se sabe se do desejo de que o rei não estivesse morto, ou de uma manipulação para que a população não entrasse em pânico com o ocorrido)[43] de que o

[40] Biblioteca Nacional (Brasil). Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81 (1961) – Rio de Janeiro. A. Biblioteca, 1964.p.277.
[41] (SOUSA, 1922. p. 42)
[42] Ibid.
[43] Sobre o assunto consultar: LUCETTE, Valensi. Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo. Tradução de Maria Helena Franco Martins – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. Segundo a autora, no Brasil, o mito do Rei D. Sebastião foi propagado por padres jesuítas e de outras corporações religiosas, que se correspondiam com seus pares em Portugal, onde a espera pela volta do rei era difundida. No entanto, ao atravessar o Atlântico, o mito sebastianista foi folclorizado, ganhando contornos nitidamente sociais, separando-se do seu conteúdo político, como acontecia em Portugal. Aqui,

rei estaria vivo e voltaria a qualquer momento para assumir seu posto. Conforme aponta a pesquisadora Márcia Freire Pinto: "Esse movimento e a lenda de Dom Sebastião, conhecida como o encantado El Rei D. Sebastião, se espalharam pelo Brasil nos movimentos de caráter messiânico, em várias comunidades, como no caso do Cumbe, em Aracati, onde, segundo a lenda, o rei se encontra encantado nas dunas" (PINTO, 2009, p.38).

A história contada pela narrativa oral ganha riqueza de detalhes e situações que foram passadas de geração a geração e ainda hoje são contadas. Como, por exemplo o relato de João do Cumbe sobre a aparição de Sebastião para um homem nas dunas, vejamos nas palavras do entrevistado:

> (...) um nativo andando 12 hora nas dunas, encontra um senhor num cavalo todo branco, aí esse senhor não se identifica e diz assim, fala pra ele: "ó, tal dia na Igreja do Senhor do Bonfim vai ter uma missa, então quando o padre tiver levando, o pão e a hóstia né (...) ele gritasse 'Viva o Rei Dom Sebastião' e aí né, esse cara não comentou isso com ninguém, foi para a missa e disse que né, assistindo a missa, e quando chega esse momento que hoje nós chamamos de ofertório né (...) e ai quando ele tava levando, ele diz que olha pro patamar, ele olha pra porta principal da igreja, então tava o, o cavalo, o, o Dom Sebastião com a sua cavalaria né, e... perdão, Dom Sebastião com toda a sua cavalaria que era imensa (...) resumindo a história, desmaiou entendeu, então o cara desmaiou, quando veio retornar né, já tinha passado esse momento e o padre pergunta o que foi que aconteceu e ai ele conta né, ai o padre disse pra ele, também que não sabe quem era o padre, meu filho ainda bem que você não gritou "Viva o Rei Dom Sebastião", porque se você tivesse gritado ele tinha desencantado e o mundo tinha se acabado (...)[44]

A lenda de D. Sebastião, assim como outras histórias contadas e recontadas pelos habitantes do Cumbe, faz parte do patrimônio imaterial da comunidade. Essas narrativas contam sobre a relação entre homem e natureza. Explicam que a maneira de enxergar o mundo vai além do aspecto material, envolve o mundo sobrenatural, a esfera do intangível, do invisível. Nesse sentindo, os morros de areia não são apenas locais de passagem, são lugares em que é possível entrar em contato com o mundo fantástico, e vivenciar experiências que deverão construir a trama do significado de nascer e morar no Cumbe, e os sentidos de pertença ao território.

---

a volta de Dom Sebastião foi pregada por vários líderes messiânicos que percorriam os sertões nordestinos. Dentre eles, o mais conhecido foi Antônio Conselheiro que, em Canudos no interior da Bahia, no final do século XIX, acreditava na volta de Sebastião com sua tropa. Depois de sua morte, a história continuou se espalhando pelo nordeste, alguns passaram a acreditar que Conselheiro ressuscitaria acompanhado de Sebastião. Assim, o mito foi se espalhando e ganhando novas versões.

[44] Entrevista com João do Cumbe cedida a autora no dia 17/12/2011.

Nos campos de dunas do Cumbe, mais especificamente em um dos morros mais altos da comunidade, foi colocado o cemitério do povoado. Os mais velhos relatam que, com medo das grandes cheias (período em que quase toda a extensão da comunidade fica submersa), os moradores decidiram fixar a necrópole em local alto, para que seus mortos não ficassem imersos nas grandes inundações do Jaguaribe.

Neste mesmo local foi colocada a Santa Cruz. O monumento foi fincado no topo do morro em 1900, em comemoração a passagem do século XIX para o século XX. O responsável pelo feito foi o Sr. Abel Francisco Lopes, o mesmo que promoveu fausto banquete para 12 convidados em 1898 em seu sítio no Cumbe. Parece que o Sr. Lopes desejava mesmo ser lembrado. A Cruz, com cerca de 20 metros, foi construída com a madeira de carnaúba e rapidamente se transformou eu um lugar de oração.

O cruzeiro, fixado no morro mais alto, bem no início da comunidade, tem uma visão privilegiada. Lá de cima é possível enxergar todo o povoado, o rio Jaguaribe e Fortim. A subida até o local pode ser considerada uma forma de penitência, a duna, muito íngreme e de areia solta, faz com que seja preciso parar algumas vezes para chegar até o monumento. As dificuldades deviam se multiplicar, quando na subida era levado um ente falecido ou uma enorme cruz feita de carnaúba.

O cruzeiro acabou se transformando em um local sagrado para os moradores. Além de enterrar os mortos, os habitantes passaram também a fazer e pagar promessas no cruzeiro, aos pés do monumento encontram-se alguns ex-votos[45]. Além disso, sempre que possível, a comunidade organizava missas, que eram rezadas todos os anos nos dias de finados. Esse costume, no entanto, foi acabando. Um dos motivos, segundo alguns moradores, foi a privatização do terreno contíguo a duna que leva ao cruzeiro por uma fazenda de camarão, que passou a impedir que os moradores utilizassem o caminho para chegar a Santa Cruz. Atualmente, a população está se organizando para voltar a realizar missas periodicamente no alto da duna.

No dia 13 de setembro de 2011, em visita à comunidade, participei de uma missa no local. Para a igreja católica, no dia 13 de setembro é comemorado o dia da Santa Cruz. A celebração contou com a participação maciça da comunidade, que aproveitou a ocasião para visitar e rezar pelos seus entes falecidos.

[45] O ex-voto é uma parte, ou imagem de alguma parte do corpo, geralmente feito de cera ou madeira. Deixado em uma igreja ou em local santo, em comemoração pela cura recebida de uma doença do órgão retratado.



Missa na Santa Cruz – 13 de setembro de 2011. Foto: Patrícia Xavier



Missa na Santa Cruz – 13 de setembro de 2011. Foto: Patrícia Xavier

A Santa Cruz, contudo, não é referência apenas espiritual, o monumento, além do caráter religioso, exerceu durante um vasto período, a função de localização. O marco pode ser visto por moradores de Fortim e por pescadores no mar. Com a chegada das torres gigantes, o cruzeiro que reinou por anos no topo do morro, fica quase imperceptível diante dos aerogeradores.



Vista da Santa Cruz e torre de energia eólica. Foto: Patrícia Xavier

A foto foi tirada da base da duna que dá acesso ao cruzeiro. Por meio da imagem, percebemos como as torres da usina eólica modificaram a paisagem do Cumbe. O cruzeiro, contornado pelo círculo negro, passa despercebido diante do cata-vento de 80 metros.

Valorizar o local, e tentar retomar as manifestações religiosas que eram realizadas há mais de cem anos, demonstra uma sensibilidade diante das modificações verificadas nos últimos anos. Voltar a ocupar a Santa Cruz é uma maneira de construir uma continuidade com o passado e fazer reviver, não da mesma maneira, as memórias dos que já não estão mais presentes para lembrar o que passou.

1.4. As águas do Cumbe: a chegada da CAGECE e das fazendas de camarão

Na vida do Cumbe há
Tanta água no Cumbe ê!
É maré baixa!
É maré cheia! (bis)

Água de beber!
Água de banhar!
Água onde a vida
Pede pra crescer! (bis)[46]

[46] Trecho da música "Cumbe", letra de Gigi Castro/Soraya Vanini. Áudio disponível no endereço eletrônico: http://mangue.radiolivre.org/audio/by/artist/gigi_castro_e_soraya_vanini. Acessado em 16/02/2012.

A água é outro elemento marcante da paisagem do Cumbe, e no período do inverno,[47] entre as dunas, formam-se lagoas. Alguns desses reservatórios surgem apenas no inverno, outros permanecem ao longo do ano, mas é no período de chuva que ficam cheios e são frequentados pela comunidade em busca de momentos de descontração. Segundo a pesquisadora Ana Cláudia Teixeira "Um aspecto positivo das chuvas, e que traz muita alegria para os moradores da comunidade, se deve ao fato de que se formam muitas lagoas entre as dunas. O Cumbe tem um grande e bonito campo de dunas! Neste período em que estive lá, as pessoas faziam luau, e nos finais de semana, especialmente, os moradores divertiam-se nas lagoas".(TEIXEIRA,2008, p. 35.)

Antigamente muitos moradores tinham o costume de utilizar as lagoas para lavar as roupas. João Luis conta que os sábados eram dias muito animados, pois, quando as lagoas estavam cheias, acompanhava e ajuda sua mãe na lavagem das roupas. Conforme narra João Luís, esses momentos de trabalho acabavam sendo também, oportunidade de diversão. Levavam o dia todo para lavar, enxaguar e secar as roupas, e entre uma tarefa e outra, as crianças e os adultos aproveitavam o ensejo para brincar e tomar banho nos espelhos d´água. Atualmente, apenas algumas pessoas seguem mantendo o costume de lavar roupas nas lagoas, esses moradores acreditam que as redes, por exemplo, só ficam bem alvas se lavadas nos reservatórios das dunas.

Com a chegada da água encanada, carregar o caçoa cheio de roupas, guiando o jumento por entre as dunas, passou a ser coisa do passado. Contudo, as lagoas continuam sendo uma opção de lazer nos finais de semana, e para lá se deslocam famílias, grupos de amigos e turistas todos os invernos.

Além das lagoas, a base das dunas do Cumbe forma um aquífero de grande vazão. Por isso, desde o final da década de 1970, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), mantém no local uma subestação de tratamento de água, que bombeia o recurso da base das dunas e distribui para a comunidade, para a sede do município de Aracati e para alguns arredores. Conforme o trabalho de Luciana Queiroz (QUIEIROZ, 2007, p. 91.), a estação tem a capacidade para bombear 220m³ por hora.

A subestação fica localizada no final da comunidade, na base de um morro, e faz divisa com um dos sítios do Cumbe. Segundo relatam alguns moradores, a retirada da água das dunas afetou a dinâmica dunar, interferindo na quantidade de água disponível.

[47] O inverno no nordeste significa a estação chuvosa, que , dependendo do ano, pode ir de janeiro a julho.

Além disso, o morador vizinho à CAGECE reclama do barulho da bomba, 24 horas em funcionamento. O fato é que, com a chegada da empresa, o cotidiano da comunidade foi alterado.

No momento em que a CAGECE se instalou no povoado, os sítios que produziam cachaça já eram escassos. No começo da década de 1980, os grandes senhores de engenhos do Cumbe já haviam falecido. As propriedades foram desmembradas pelos herdeiros e muitos venderam suas terras e foram construir a vida em outras paragens. Os que ficaram passaram a viver da pequena agricultura e principalmente da pesca, da cata de caranguejo e sururu.

Nesse sentido, grande parte dos moradores que já consumia o caranguejo, o peixe, a ostra, o sururu e o camarão, passou a necessitar desses produtos para sua sobrevivência. Ou seja, a busca desses recursos alimentares passou do consumo familiar para a venda.

Milhares de comunidades litorâneas retiram seu sustento do manejo desses recursos naturais. A influência da maré alta e da maré baixa, que deixa a água do rio Jaguaribe salobra, povoa a vida no mangue, e transforma as gamboas em estradas que carregam nutrientes e que fazem do manguezal um berçário de peixes, um viveiro de caranguejos, e um sustentáculo da vida de vários outros animais. Conforme salienta o estudo de Luciana Queiroz:

> Na Zona Costeira brasileira se estabeleceram grupos humanos que desenvolveram particularidades, conformando comunidades tradicionais que se caracterizam pela ligação com a natureza, devido ao imenso conhecimento e técnicas de manejo, pouca acumulação de capital, uso de tecnologias compatíveis com o meio ambiente e da importância da unidade familiar a partir da qual se constrói um "modo de vida" (QUEIROZ, 2007, p. 17.).

Nesse sentindo, a comunidade do Cumbe pode ser definida como uma comunidade tradicional [48].

É importante destacar que o termo comunidade não deve ser entendido como unidade homogênea, como um grupo onde não existem pontos de vista discordantes. Além disso, a visão utópica de que uma comunidade tradicional é um local

[48] Entendo comunidade tradicional como: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição". Decreto nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

perfeitamente harmônico, onde homem e natureza convivem sem conflitos em um paraíso na terra, é uma noção contaminada pelo idealismo do homem urbano moderno que, influenciado pela sua vivência cotidiana dos problemas da cidade, (poluição, trânsito caótico, mendicância, etc.), presume um mundo ideal, sem embates ou dificuldades a serem superadas.

Segundo Zygmund Bauman, no livro "Comunidade: a busca por segurança no mundo atual", comunidade é uma palavra que remete a segurança, grupo, local "confortável e aconchegante", contudo, segundo o autor, a palavra comunidade no mundo atual seria o mesmo que "paraíso perdido", pois essa comunidade una, coesa e perfeita estaria no plano da imaginação. Para ele, enquanto a comunidade for concebida como uma comunidade imaginada será preciso pagar um preço por sua efetivação. "Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade". (BAUMAN, 2003.p.10) E é justamente no limite entre segurança e liberdade que está a maioria dos problemas enfrentados pelas comunidades ditas tradicionais.

Outra questão que afetou consideravelmente a rotina no Cumbe foi o estabelecimento da carcinicultura. As fazendas de camarão se estabeleceram no povoado no final da década de 1990. No Ceará, a criação de camarão em cativeiro ganhou notoriedade, e desde 1980 desenvolveu vários projetos na costa cearense. Na época, os investidores da carnicicultura vendiam a ideia de que o cultivo de camarão fosse capaz de solucionar a fome mundial. Ademais, difundiram que as fazendas seriam capazes de diminuir o desemprego e fomentariam o desenvolvimento das regiões litorâneas gerando altos rendimentos.

Segundo informa o diagnóstico realizado pelo IBAMA, em 2005, sobre a situação da carnicicultura no estado do Ceará, dos 19 municípios visitados no estado, o que possuí o maior número de fazendas de camarão é o município de Aracati, com 31,5% do total do estado. Aracati é responsável pela produção de mais de 10% do camarão de cativeiro do país.

Os conflitos com as comunidades locais não demoraram a surgir. Essas fazendas, apesar de prometerem alta produtividade, em curto período de tempo, empregam poucos funcionários e causam vários danos ao meio ambiente, ocupando áreas antes utilizadas pelas comunidades cearenses ao longo da zona costeira.

Conforme aponta o estudo de Ana Cláudia Teixeira, os principais danos causados pela carcinicultura são: o desmatamento do manguezal e da mata ciliar do

carnaubal; o soterramento de gamboas e canais de maré, o bloqueio do fluxo das marés, a contaminação da água por metabissulfito de sódio[49]; salinização da água, fuga de camarão exótico para ambientes fluviais e fluviomarinhos; redução e extinção de numerosas espécies, extinção de áreas de mariscagem, pesca e captura de caranguejos; disseminação de doenças nos crustáceos (TEIXEIRA, 2008, p.20.). No caso da comunidade do Cumbe, o relatório do IBAMA adverte que em "(...) algumas áreas como o Cumbe, no município de Aracati, a ocupação de áreas de mangue ocorreu intensamente e de forma quase generalizada, isso sem considerar a ocupação de áreas de apicum/salgado. Desmatamentos de mangue (arbóreo) recentes e de grandes proporções foram observados durante as vistorias a esta localidade" [50].

Para o catador de caranguejo, assim como para o pescador ou a marisqueira, é preciso ter noções precisas sobre a melhor hora de ir para o mangue, é preciso conhecer as espécies de caranguejo (uçá, guaiamum, aratu) e saber a melhor época para encontrá-los. É necessário entender que as fêmeas não devem ser capturadas, pois elas ajudam na preservação da espécie, bem como, é preciso deixar de catar caranguejo nos períodos de reprodução. As marisqueiras conhecem as boas marés para a cata do sururu, sabem onde e como encontrá-los e, depois de pescados, conhecem o processo para extração da casca.

Com a chegada das fazendas de camarão na região, os conhecimentos ancestrais da pesca de crustáceos e mariscos foram ameaçados. Márcia Freire Pinto, em seu trabalho sobre os aspectos etnobiológicos na comunidade do Cumbe, aborda de forma interessante como as comunidades tradicionais se relacionam com o meio ambiente. Segundo a autora, o conhecimento acumulado que permite com que essas populações sejam capazes de classificar elementos da fauna e da flora das várias espécies, identificando as suas funções e formas, faz parte do patrimônio cultural dessas comunidades. É a partir desse aprendizado, passado de geração a geração, que as populações tradicionais tiram da natureza os recursos para sua sobrevivência (PINTO, 2009).

[49] É um composto químico utilizado para prevenir a formação da menalose (manchas negras) em camarões durante a fase de processamento, logo após a coleta. Esse composto após reagir com a água libera o gás dióxido de enxofre, e pode causar vários problemas de saúde para os trabalhadores que não usam equipamentos de segurança.

[50] IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diagnóstico da Carnicicultura no Estado do Ceará. Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO). Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental (DILIQ) e Gerência Executiva do Ceará (GEREX-CE). Vol.I; Vol. II (Mapas). Brasília/DF, 2005.p. 143.

As fazendas de camarão foram responsáveis pelo desmatamento de enormes áreas de mangue no Cumbe, o que fez com que muitos catadores tivessem que ir cada vez mais longe a procura por caranguejo. Além disso, em 2000, os restos dos tanques com metabissulfito de sódio, jogados nas gamboas, causaram a mortalidade de milhares de caranguejos e outros animais, obrigando os trabalhadores a viajar para o estado do Rio Grande do Norte para continuarem sobrevivendo da pesca do crustáceo. Outro problema enfrentando pelos catadores foi a privatização de áreas que historicamente eram caminhos utilizados para chegar até o manguezal, o que ocasionou muitos conflitos entre os proprietários das fazendas e os catadores. Por fim, as grandes fazendas de camarão existentes no Cumbe passaram a impedir o curso normal das águas, principalmente no período das chuvas, o que faz com que no inverno, a estrada fique intransitável, atrapalhando o percurso até Aracati.



Vista das fazendas de Camarão no Cumbe. Foto: Patrícia Xavier.

Nesse sentido, como aponta Ana Cláudia Teixeira, "(...) seria importante ver se o manejo – ou a intervenção de empresas aliadas à governação local e estatal – não está se dando à revelia das necessidades de conservação da vida, trabalho e ambientes das populações tradicionais."(TEIXEIRA, 2008, p. 119). Um dos maiores proprietários de viveiros de camarão da região do Cumbe é também o atual prefeito de Aracati, dono de vastos terrenos, filho de uma das famílias mais prósperas da região.

As disputas por espaços de pesca de caranguejo e mariscos na comunidade do Cumbe dividem opiniões. Alguns acreditam que as fazendas, apesar de oferecerem emprego com carteira assinada, empregam pouco, pagam pouco e exploram seus funcionários, além de colocarem em risco a saúde dos mesmos, devido aos restos do metabissulfito, que agride a saúde se aplicado sem a devida proteção. Contudo, outros moradores, principalmente alguns empregados das fazendas, ou parentes de empregados, acham que os viveiros são bons para a comunidade e trouxeram oportunidades para o local.

Diante da realidade vivida no Cumbe, da diminuição das áreas de mangue, da privatização de áreas públicas da comunidade, e principalmente das dificuldades encontradas para a continuidade do ofício de catador de caranguejo, de pescador e de marisqueira. É preciso relembrar as palavras de Ecléia Bosi, "Aquilo que se viu e se conhece bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal sustentou uma existência, passa (ou deveria passar), a outra geração como um valor". (BOSI, 1987.p.399)

Além das dunas, das águas, das histórias do passado, das lendas, e do manguezal; o modo de catar caranguejo e sururu, as várias técnicas de pesca, a leitura do meio ambiente que informa qual é a melhor maré para ir à busca do caranguejo uçá ou do guaiamum; são bens culturais dessa comunidade e devem ser entendidos como um meio de sobrevivência, mas também, como um elo entre homem e o meio natural, devem ser enxergados como um valor patrimonial.

2º Capítulo "Novos ventos em Aracati": o parque eólico da Bons Ventos e as narrativas de empresários, arqueólogos, comunidade e Iphan

2.1. A preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil: breve panorama.

> Sem um suporte legal que lhe dê sustentação, nenhuma política de preservação arqueológica se mantém. (LIMA, 2007, p.8).

Desde novembro de 1937, quando o Sphan[51] foi regulamentado pelo Decreto Lei nº 25/37, o patrimônio arqueológico era entendido como um bem material a ser preservado. O Art. 1º do decreto estabelece como patrimônio histórico e artístico nacional "(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos **memoráveis** da história do Brasil, quer por seu **excepcional** valor **arqueológico** ou etnográfico, bibliográfico ou artístico."[52] (grifo meu). Sendo assim, a conservação dos vestígios arqueológicos era realizada através do instrumento do tombamento.

O tombamento dos sítios arqueológicos pela vinculação a fatos memoráveis, baseado no valor *excepcional* atribuído ao vestígio a ser preservado, deixou sem proteção bens que estavam fora dessa classificação, mas que eram significativos do ponto de vista científico dos contextos em que eram encontrados. Essa questão da excepcionalidade está vinculada, sobretudo, ao entendimento de que somente fatos ligados à história oficial do país, e ao passado colonial das elites brasileiras eram prioridades para a inscrição nos livros de tombo.

Para os intelectuais que formularam as políticas de preservação nos primeiros anos de existência do Sphan, os bens eram escolhidos para ser inscritos nos livros de tombo, por remeterem ao passado da nação. Portanto, as justificativas para que um determinado bem fosse ou não tombado deveria seguir critérios "com base em valores nacionais".(FONSECA, 2008, p.23).Conforme aponta Lucia Lippi Oliveira (2008), esses valores nacionais, do que era genuinamente brasileiro, estava relacionado aos monumentos representativos do passado colonial, principalmente do barroco mineiro.

[51] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) institui o tombamento como medida de proteção ao patrimônio brasileiro. Os bens, a partir de então, passaram a ser inscritos em quatro livros: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

[52] BRASIL, Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Esses eram os bens de "excepcional valor" para os formuladores das políticas públicas de preservação que atuavam no Sphan.

As primeiras ações de preservação do Sphan privilegiaram a conservação dos edifícios que documentavam a ocupação administrativa da coroa portuguesa (casas de câmara e cadeia, grandes sobrados, mercados, etc.). O valor de excepcionalidade e fatos memoráveis para a história do país, também esteve presente na decisão de preservar a arquitetura religiosa, o que garantiu que muitas igrejas coloniais fossem tombadas nesse período.

Importante destacar que o patrimônio arqueológico, mesmo sendo reconhecido desde o início da instituição como algo a ser protegido, foi, durante muito tempo, preterido em meio a tantos outros monumentos a serem preservados. Cecília Londres (2009) chama atenção para o número de tombamentos realizados de 1937 até 1969; de um total de 803 bens, 368 eram da arquitetura religiosa, 289 da arquitetura civil, 43 da arquitetura militar, 46 conjuntos. 36 bens imóveis, 15 bens naturais e apenas 6 bens arqueológicos. Os bens arquitetônicos foram alvo de grande parte das ações do Sphan, e por isso, nesse período, o órgão e seu quadro de funcionários, composto por uma maioria de arquitetos, ficou conhecido como o Sphan da pedra e cal.[53] Essa escolha de preservação estava relacionada com o desejo de perpetuação da memória Luso-portuguesa[54] sobre a nacionalidade em detrimento da lembrança de índios e negros, nesse sentido, o patrimônio arqueológico, no período abordado, foi deixado em segundo plano.

Além da questão ideológica concernente a prioridade dada ao patrimônio arquitetônico naquele período, outro fator que contribuiu para a não utilização do tombamento na conservação dos sítios arqueológicos, foi o fato do tombamento não permitir nem um tipo de alteração que destruísse ou modificasse o bem inscrito em um dos livros de tombo. Desta forma, com passar do tempo, o tombamento foi entendido como uma forma ineficaz de proteção aos sítios arqueológicos, que precisavam ser alterados para que os objetos materiais ali presentes fossem capazes de revelar o modo de vida das populações pretéritas. Sobre o assunto, Regina Coeli esclarece:

[53] Sobre essa questão, Maria Cecília Fonseca esclarece: "(...) na prática, o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tiveram condições de atender as exigências para inscrição no Livro de Belas Artes". (FONSECA, 2009. p.114).

[54] Sobre a herança Luso-portuguesa consultar: FONSECA (2009), GONÇALVES (2002), sobre a valorização dos bens arquitetônicos em detrimento do patrimônio arqueológico ver: SILVA (2007), SALADINO (2010).

> O tombamento, entretanto no que se refere à arqueologia não conseguiu garantir a preservação de todos os sítios. (...) Outro ponto que também contribuiu para a não adoção do instituto do tombamento para a preservação arqueológica foi o entendimento de que coisas tombadas não poderiam ser destruídas, demolidas ou mutiladas(SILVA, 2007, p.60).

Para a arqueologia, é essencial que as peças e seus contextos estejam preservados, caso as referências sejam destruídas sem que seja feito um detalhado registro por um arqueólogo, é praticamente impossível compreender o contexto no qual os vestígios foram produzidos. (LIMA, 2007, p.10)

Com a publicação da Lei 3924 de 1961, conhecida como Lei da Arqueologia ou Lei do Sambaqui[55], ficou definido o que era patrimônio arqueológico:

> (...)sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias (...) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; (...) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos" (...)as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.[56]

Além disso, essa lei proibiu a destruição ou mutilação dos sítios arqueológicos e definiu uma série de regras para pesquisas nos sítios. Conforme aponta Alejandra Saladino:

> (...) a disposição legal legitimou a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)[57] como organização responsável pela proteção do patrimônio arqueológico. Sua atuação dava-se em torno de instrumentos e práticas específicas, como o cadastro de sítios, a concessão de autorização para pesquisas e estudos e ação legal nos casos de mutilação ou destruição desses bens. E seus procedimentos fundamentavam-se no cadastramento dos sítios em ficha-padrão e na comunicação ao proprietário do terreno onde foram encontrados (SALADINO, 2010, p.86).

A publicação da lei 3924/61 definiu competências e responsabilidades no campo da arqueologia, aplicando penalidades para os destruidores e regulamentando as pesquisas em sítios arqueológicos. A partir de então, o instrumento do tombamento não

[55] A Lei 3924 de 1961 ficou conhecida como Lei do Sambaqui, pois foi elaborada em um contexto em que os Sambaquis, localizados principalmente na região sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), estavam sofrendo grandes ameaças de destruição pela exploração do calcário presente nas conchas dos casqueiros, esse material era retirado dos sítios para ser utilizado na construção civil.

[56] BRASIL, Lei 3924 de 26 de junho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

[57] Na época em que a Lei 3924/61 foi criada, a instituição que hoje é nomeada como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) era uma Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

era mais necessário para a proteção dos bens arqueológicos, pois a Lei da Arqueologia exerce sobre os vestígios uma proteção *ex vi legis*, ou seja, por força da lei. Para que um artefato seja protegido basta que ele exista.[58]

Para atender a demanda de fiscalização e pesquisa após a publicação da referida lei, o Sphan sem arqueólogos no seu quadro de funcionários, precisou recorrer a outras instituições. Os pesquisadores dessas instituições (universidades, centros de pesquisa, etc.), eram os mesmos atores que deveriam submeter seus projetos ao órgão para a autorização de suas pesquisas, essa exigência causou um descontentamento por parte dos arqueólogos. "Foi um período de difícil implantação, mas já superado. Com o tempo esses pesquisadores entenderam que o trabalho da instituição não era policiar suas atividades acadêmicas, mas sim de proteger os bens arqueológicos"(SILVA,2007, p.64). Além de a instituição contar com poucos profissionais especializados[59], e com a ausência de uma regulamentação da lei 3924/61, as representações do órgão nos estados não tinham uniformidade nas suas práticas preservacionistas, ou seja, como não se sabia exatamente o que deveria ser cobrado e como cada superintendência agia segundo suas demandas e contexto local. [60]

No inicio e meados da década de 1980, com a consolidação da abertura política, as discussões sobre a preservação do meio ambiente estavam em pauta. Ao mesmo tempo em que o Brasil era signatário de convenções internacionais que determinavam a proteção do patrimônio cultural e natural, o país permitia a degradação de grandes áreas, o desmatamento e o extrativismo desenfreado. (SALADINO 2010). Nesse contexto, surge a resolução CONAMA 01/86, no Art. 6º inciso I, letra c, a resolução determina que o estudo de impacto ambiental, contemple um diagnóstico da área considerando:

> (...) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando **os sítios e monumentos arqueológicos**, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. [61]

[58] A Lei 3.924/61 confere uma proteção genérica a todos os bens arqueológicos. É a chamada proteção ex vi legis, ou seja, por força de lei. Não há necessidade de aplicação de instrumentos administrativos para a incidência desta proteção. É desnecessário declarar protegido um bem arqueológico; todos os bens já são protegidos pela referida norma.TELLES. Mário Pragmácio Ferreira de. Revista Direitos Culturais, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Direito da URI. v4, n.6, 2009. p.192.

[59] Vale lembrar que o primeiro curso de arqueologia do país foi criado somente em 1976, fato que demonstra a dificuldade de encontrar profissionais especializados na área.

[60] Cabe apontar que, depois de tantos anos da publicação da Lei 3924/61, e de outros instrumentos como, a Resolução 07/88 e a Portaria 230/02, que tiveram como objetivo regulamentar as práticas preservacionistas, o Iphan ainda não conseguiu uniformizar suas práticas.

[61] BRASIL.Resolução CONAMA nº 01 de 26 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental.

Com essa determinação da legislação ambiental, houve um aumento significativo das demandas para pesquisas arqueológicas. A partir de então, há uma intensificação da chamada arqueologia de contrato, ou arqueologia empresarial, ou ainda, arqueologia preventiva. Ficou conhecida como arqueologia de contrato por se estabelecer a partir de um contrato de trabalho entre o arqueólogo e o empreendedor que, para conseguir as licenças ambientais, necessitava da realização de estudos arqueológicos nos empreendimentos potencialmente impactantes em áreas que apresentavam vestígios arqueológicos. Com isso, surgiram empresas especializadas em prestar atendimento às grandes obras como linhas de transmissão, hidrelétricas, construção de estradas, gasodutos, que causavam impactos ambientais, e precisavam cumprir as determinações da Resolução CONAMA 01/86. "A consolidação da legislação ambiental promoveu a mudança de paradigmas no âmbito da arqueologia estimulando o desenvolvimento da arqueologia de contrato – (...) , pois a aquisição de conhecimento passava a significar também acúmulo de poder/dinheiro."(SALADINO, 2010, p.99)

Com o aumento significativo das demandas na área arqueológica, contando ainda com um número muito reduzido de técnicos especializados, e com ações que não eram unificadas nas representações estaduais, em dezembro de 1988, o Sphan[62] publica a portaria nº 7. O documento regulamenta a concessão de permissão e autorização de pesquisas arqueológicas, definindo os itens que devem compor o pedido, indicação do nome e currículo do arqueólogo responsável, delimitação da área, relação de sítios a serem pesquisados, plano de trabalho científico (contendo: objetivos, conceituação e metodologia, sequências de ações, cronograma, etc.), prova de idoneidade financeira, etc. Segundo a portaria, os pedidos de pesquisa devem ser analisados pelo órgão em até 90 dias, os trabalhos de campo devem ser orientados pelo arqueólogo responsável que também é o fiel depositário dos vestígios até que seja definido o local para a guarda. Além disso, a portaria determina ainda que, no final dos trabalhos de campo e laboratório, seja enviado ao Sphan o relatório final que deve conter a listagem com o cadastro dos sítios, meios utilizados durante o trabalho, medidas de preservação e proteção dos artefatos, plantas e fotos dos sítios, foto do material arqueológico,

[62] Nesse período o Iphan era Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

indicação dos meios de divulgação dos resultados, etc.[63] Portanto, a portaria 07/88 regulamenta as determinações da Lei 3924/61.

Mesmo com a consolidação da portaria 07/88, existiam algumas questões a serem solucionadas. A primeira delas diz respeito à definição de sítio arqueológico, segundo alguns arqueólogos, a Lei 3924/61 não prevê a proteção dos sítios históricos, ou seja, dos sítios pós-colonização. Ainda que abrangente, a definição de sítio arqueológico presente no Art. 2º não deu conta da variedade e complexidade dos sítios, fazendo com que a década de 1980 foi um momento de discussão sobre a interpretação da referida lei. Além disso, a gestão dos acervos gerados pelas pesquisas arqueológicas foi (e ainda é) um grande problema a ser enfrentado pelos vários atores envolvidos no processo de preservação: empresários, arqueólogos, Iphan e comunidades. Grande parte das empresas de arqueologia que surgiram após as exigências da legislação ambiental, não possuía (e muitas, ainda hoje, não possuem) locais adequados para análise laboratorial, guarda e inventário do material coletado. Além disso, o propósito da arqueologia de contrato se difere, em muitos casos, da instituição acadêmica. Seu objetivo principal é desocupar o mais rápido possível o local para que a obra possa seguir seu curso, nesse sentido, muitas pesquisas propostas pela arqueologia de salvamento acabam sendo mais uma grande catalogação de peças sem um propósito científico, ou seja, sem que seja possível obter algum conhecimento dos objetos que foram resgatados. O Iphan, por sua vez, devido principalmente ao reduzido quadro de técnicos, frente à demanda cada vez mais crescente dos processos na área de arqueologia, não tem capacidade para fiscalizar a realização de todos os procedimentos exigidos pela legislação, o que faz com que muitos artefatos estejam ilegalmente sob a guarda de arqueólogos anti-éticos[64], negociantes de antiguidades, das populações locais, e o que é ainda pior, amontoados em depósitos em universidades ou outros locais. (SALADINO 2010).

Outro importante instrumento de regulamentação das ações pela preservação do patrimônio arqueológico no país foi a Portaria 230/02. Surgida em um contexto em que a atuação da arqueologia de salvamento já era predominante, a portaria tem como

[63] BRASIL, Iphan. Portaria nº 7 de 15 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas previstas na Lei nº 3924/61.

[64] Conforme o Código de Ética da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB). É dever do arqueólogo "Desestimular qualquer forma de comercialização de bens arqueológicos móveis." e "Colocar o conhecimento produzido à disposição das comunidades locais, dos colegas e do público em geral.", isso significa que ficar sob a posse de qualquer artefato é privatizar um bem que por lei deveria ter acesso público.

objetivo compatibilizar as licenças ambientais (Licença Prévia L.P., Licença de Instalação L.I. e Licença de Operação L.O.) com os estudos preventivos de arqueologia, em empreendimentos de grande porte, e potencialmente capazes de destruição dos vestígios arqueológicos.

Esse instrumento de proteção regulamenta a Resolução CONAMA 01/86. O EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) deve apresentar estudos que comprovem a existência ou ausência de vestígios arqueológicos na área afetada pelo empreendimento. Portanto, na fase de obtenção da L.P., o empreendedor deve apresentar um diagnóstico arqueológico da área, na fase seguinte para a concessão da L.I., o empreendedor deve apresentar o programa de prospecção das áreas de maior potencial arqueológico. Nessa fase, são realizadas as prospecções de subsuperfície, e na última fase, a de obtenção da L.O., o empreendimento deve apresentar um programa de salvamento dos vestígios.

O resultado esperado, conforme o texto da portaria no Art. 6º § 2º "é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimentos sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos a Memória Nacional".[65]

Além do diagnóstico, da prospecção e do resgate, os empreendedores, através do trabalho dos arqueólogos contratados, deverão dar conta da análise laboratorial de todo material coletado, desenvolver um Programa de Educação Patrimonial[66] com a comunidade do entorno, e publicar os resultados das pesquisas. Por último, o empreendedor é responsável pela guarda adequada de todo o material resgatado, e para isso pode ampliar, modernizar e fortalecer unidades museológicas existentes ou, caso não exista um local para a guarda, deve ser construída uma unidade museológica, de forma que os vestígios permaneçam nos locais de origem.

As exigências da Portaria 230/02, portanto, estabelecem diretrizes para que a arqueologia de salvamento não perca seu compromisso com a qualidade do

[65]BRASIL, Iphan. Portaria nº 230 de 17 de Dezembro de 2002. Estabelece procedimentos para compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

[66] A Portaria Interministerial nº 419 de 26 de outubro de 2011, no Anexo III-D, com relação à Educação Patrimonial afirma: "A educação patrimonial é obrigatória, indispensável durante todo o processo de licenciamento ambiental e deve ser objeto de projeto específico, intitulado "Programa de Educação Patrimonial".

conhecimento. Além dessa obrigação pela produção do conhecimento acadêmico, a portaria também chama a atenção para a fruição das pesquisas produzidas. Ao exigir um Programa de Educação Patrimonial e a guarda dos sítios e vestígios coletados, a instituição está contribuindo para que as comunidades e populações atingidas pelos empreendimentos possam se apropriar e fazer uso do passado até então desconhecido, dando novos significados a memória e identidade do grupo em que estão inseridos.

Ficou claro até o momento que o Iphan é o órgão federal responsável pela proteção, valorização e socialização do patrimônio arqueológico brasileiro. Para melhor desempenho dessa função, a instituição foi se estruturando ao longo do tempo. Em 1979, na época do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/FNPM), foi criado por Aloísio Magalhães o Núcleo de Arqueologia, depois transformado em coordenadoria, durante esse período o setor de arqueologia permaneceu ligado à Presidência da República e tinha dotação orçamentária própria. Essa organização teve fim na década de 1990, época em que a instituição foi extinta pelo governo Collor.

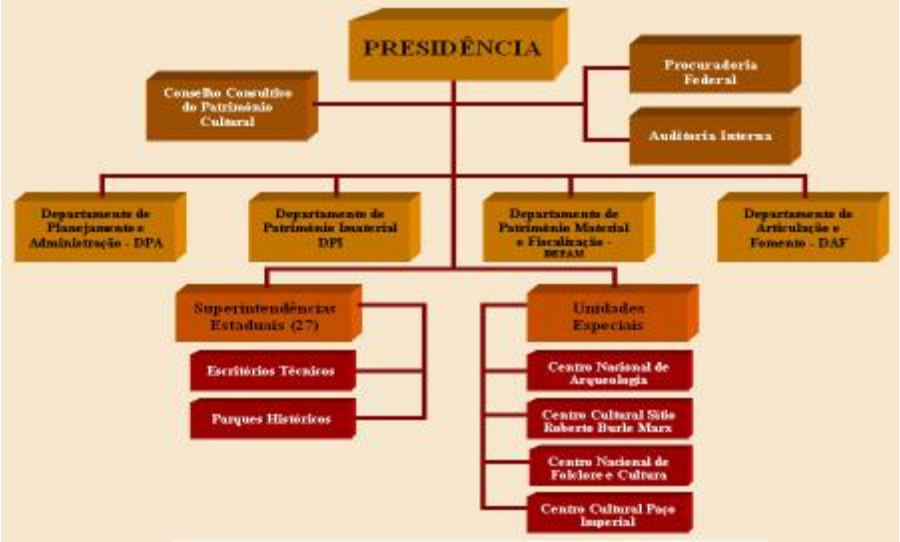
Com a reorganização do Iphan em 1993, foi criada a área de Patrimônio Natural e Arqueológico ligada ao Departamento de Proteção, que era responsável pela análise e acompanhamento dos projetos contando com apenas seis arqueólogos da instituição, profissionais estes que estavam lotados na área central e em algumas superintendências regionais.

> A partir da segunda metade da década de 1980, o aumento rápido e permanente da demanda dos serviços de gestão do patrimônio arqueológico advindo da política ambiental implantada no Brasil, aliada à legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, fez com que a maioria das Superintendências solicitasse, nos últimos concursos realizados pelo Iphan, técnicos e/ou arqueólogos para o trabalho de gestão do patrimônio arqueológico.[67]

Para atender a crescente demanda nos processos de arqueologia gerados pelos EIA-RIMAS, foi criada em 2001 a Coordenação de Arqueologia, substituída em 2003 pela Gerencia de Arqueologia e Patrimônio Natural (Gepan) que, em 2009, foi suplantada pela criação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), que corresponde à estrutura atual.

---

[67]. MINISTERIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Centro Nacional de Arqueologia. Relatório Anual 2011. Brasília, 2011.p.4.



Fonte: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14677&retorno=paginaIphan

Dentro do organograma do Iphan, o CNA é um órgão descentralizado do Departamento de Patrimônio e Fiscalização (Depam) e uma Unidade Especial que integra o Comitê Gestor do instituto. O CNA é composto por uma direção e três coordenações: a Coordenação de Normas e Acautelamento, a Coordenação de Pesquisa e Licenciamento e a Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico. Essa estrutura está relacionada aos três eixos que direcionam a gestão: a proteção, o conhecimento e a difusão do patrimônio arqueológico brasileiro.[68]

As principais funções do Depam por intermédio do CNA são: autorizar e avaliar pesquisas arqueológicas, cadastrar e registrar os sítios arqueológicos brasileiros. Segundo o Relatório Anual de atividades para o ano de 2011 do Centro Nacional de Arqueologia, nas 27 Superintendências do Iphan estão lotados cerca de 30 técnicos em arqueologia, sendo que desses, mais da metade são concursados e o restante está sob o regime de contrato temporário. No entanto, apenas um terço, ou seja, dez deles possui formação específica na área de arqueologia.

> Entre os anos de 1991 e 2010, o volume de pesquisas a licenciar, acompanhar e fiscalizar aumentou em cerca de duzentas vezes (de cinco/ano a quase mil/ano), enquanto os recursos humanos do Iphan, para atender a crescente demanda, aumentaram em escala bastante inferior, cerca de oito vezes, se contados os gestores lotados nas Superintendências.[69]

[68] Fonte: Apresentação do CNA. Disponível no site do Iphan: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15506&retorno=paginaIphan.> Acessado em: 28/08/2012.

[69] MINISTERIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Centro Nacional de Arqueologia. Relatório Anual 2011. Brasília, 2011.p.4.

A preservação dos bens arqueológicos no Brasil, como vimos, avançou muito nas últimas décadas, contudo, ainda é preciso reunir esforços no sentido de conseguir que as determinações legais realmente tragam benefícios para as populações diretamente atingidas pelos empreendimentos que causam danos ao patrimônio arqueológico. Consideramos que o principal benefício deverá ser o reconhecimento por parte das comunidades atingidas, do patrimônio herdado, ou seja, a apropriação do conhecimento gerado pelas pesquisas arqueológicas pela população local é fundamental para a manutenção, valorização e divulgação dos vestígios arqueológicos. Sem isso, as ações e determinações legais não serão suficientes para que o patrimônio arqueológico esteja a salvo.

Concordamos com o Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, elaborado pelo CNA em 2011 quando afirma que:

> Considerando este modelo de gestão do patrimônio arqueológico em que o papel do Estado limita-se a licenciar, a acompanhar e fiscalizar, intervindo apenas quando necessário de modo a estabelecer exigências, complementações e medidas mitigadoras e compensatórias, o Iphan necessita de estrutura e de instrumentos mais robustos e modernos para desempenhar de forma mais adequada as suas atribuições.[70]

É preciso, portanto, ir além das ações de licenciamento, fiscalização e acompanhamento, é preciso desenvolver atividades que busquem a participação da comunidade local e dos representantes legais (prefeituras e governos estaduais) em todas as etapas do processo A seguir, iremos entender melhor como os dispositivos legais estão sendo aplicados através do estudo de caso da implantação de uma usina eólica na pequena comunidade do Cumbe.

[70] MINISTERIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Centro Nacional de Arqueologia. Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico julho de 2010. Brasília, 2010. p.05

2.2. A chegada dos "pássaros de ferro".

> As fontes de energia não renováveis como petróleo, carvão mineral e gás natural, além de poluidores têm reservas limitadas. Por isso, a humanidade tem procurado desenvolver novas tecnologias para aproveitar os recursos renováveis, abundantes e não poluentes, como fontes alternativas de energia. [71]

O discurso da energia limpa tem cada vez mais ganhado adeptos e seguidores pelo mundo. No Brasil, o investimento em fontes renováveis de energia cresceu exponencialmente nos últimos anos. Por isso, o Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)[72], aplica recursos na construção e pesquisa das fontes de energia renováveis.

A energia eólica é obtida através do movimento provocado pelos ventos ao atingir as pás dos cataventos que giram produzindo energia elétrica. "Ao girar, essas pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que produz a eletricidade." [73]. Segundo o *Atlas de Energia Elétrica do Brasil* de 2008, os pontos positivos da geração de energia eólica são a grande disponibilidade dos ventos, sua perenidade e obtenção de energia renovável com o custo zero. No entanto, o ponto negativo ainda é o alto custo de instalação e manutenção das usinas.

Alemanha, EUA e Espanha são os principais produtores de energia eólica do mundo. O Brasil possui um alto potencial de geração de energia eólica, em virtude dos ventos com velocidade superior a média mundial que circulam pelo litoral brasileiro. Além disso, como os ventos são mais fortes em períodos de seca, existe a possibilidade de atender a demanda no momento que as reservas hidráulicas estão baixas, portanto, uma alternativa complementar para manter o nível dos reservatórios hidráulicos.

O litoral nordestino é a região com a maior quantidade e qualidade de ventos para a produção de energia eólica. Somente o nordeste tem potencial para produzir 144,29 TWh/ano Mesmo correspondendo ainda a menos de 1% da energia elétrica

---

[71] GEOCONSULT CONSULTORIA GEOLOGIA & MEIO AMBIENTE LTDA. Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Parque Eólico Bons Ventos.Canoa Quebrada. Aracati. Dezembro de 2002. Fortaleza 2002. p. 1.7.

[72] O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), conforme descrito no Decreto nº 5.025, de 2004, foi instituído com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos concebidos com base em fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). Fonte: http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/. Acessado em 05/06/2012.

[73] AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Atlas de energia elétrica do Brasil: Brasília, 2008.p. 81.

produzida no país, a energia eólica está crescendo em uma velocidade rápida. Enquanto em 2003 estavam instalados 22MW, em 2008 esse número passou para 273MW, um crescimento de 65% por ano. Apenas em 2007 a oferta de energia eólica aumentou de 236GWh para 559GWh, uma variação de 136,9%. Em novembro de 2008 havia 22 projetos em construção e outros 50 foram registrados como ortogados, no entanto as obras não haviam sido iniciadas. [74] Esse era o caso do projeto da empresa Bons Ventos. Em 2008 o projeto estava registrado, mas ainda não havia iniciado as obras.

O parque eólico da empresa Bons Ventos, instalado no município de Aracati[75] é formado por três usinas. A **UEE Bons Ventos** com potencia de 50MW e 24 aerogeradores, com uma área total de aproximadamente 590 ha; a **UEE Canoa Quebrada** com potencia de 57MW e 28 aerogeradores, com uma área total de aproximadamente 656 ha; e a **UEE Enacel** com potencia de 31,5MW e 15 aerogeradores, com uma área total de aproximadamente 300 ha. No total o parque da Bons Ventos tem potencial de 138,5MW com 67 aerogeradores e ocupa uma área total de aproximadamente 1.546 ha. Mesmo sendo de propriedade de uma só empresa, o parque foi dividido em três usinas. É provável que essa divisão tenha sido feita com o intuito de facilitar os processos de licenciamento ambiental, pois dividindo o empreendimento em três obras menores, as usinas da empresa Bons Ventos se enquadrariam nos projetos de pequeno porte e dessa forma poderiam apenas emitir o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), não havendo a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

[74] Dados obtidos através do Atlas de energia elétrica do Brasil . AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Atlas de energia elétrica do Brasil: Brasília, 2008.

[75] Mais especificamente em um campo de dunas próximo a três lugarejos (Canoa Quebrada, Cumbe e Canavieira), na região do estuário de um dos maiores recursos hídricos do estado, o Rio Jaguaribe.



Parque eólico da Bons Ventos já instalado sobre o campo de dunas da localidade do Cumbe em Aracati. Fonte: http://www.bonsventos.eng.br/.

O estado do Ceará com 570 Km de litoral já abriga grande parte das usinas eólicas instaladas no país. Segundo o site da empresa Bons Ventos o parque eólico do município de Aracati gera 501,7 GWh por ano, "o que o qualifica como o maior parque em operação no Brasil em geração de energia."[76]

O primeiro Relatório Ambiental Simplificado foi elaborado pela empresa Geoconsulte em dezembro de 2002. A pesquisa se referia apenas à área de instalação da usina UEE Bons Ventos, os outros dois relatórios (UEE Canoa Quebrada e UEE Enacel) foram elaborados pela empresa Espaço Técnico Ltda., e só foram entregues em março de 2008. O órgão ambiental regional (Secretaria de Meio Ambiente do Ceará – SEMACE) concedeu as licenças prévias de instalação para as três usinas, baseada somente nos relatórios ambientais simplificados.

A comunidade do Cumbe, no entanto, foi a primeira a se manifestar sobre a instalação do parque eólico na região. Em novembro de 2004 o professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), Dr. Almir Leal, acompanhado por um arqueólogo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Prof. Roberto Airon Silva e seus alunos - respondendo as solicitações de um morador do Cumbe - realizaram uma visita para reconhecimento de possíveis sítios arqueológicos nas dunas em que seriam instalados os aerogeradores. Foi nesse período, que os moradores locais tiveram a confirmação de que nos montes de areia que subiam

[76]Dados obtidos através do site da empresa Bons Ventos S/A. vide: <http://www.bonsventos.eng.br/sis.interna.asp?pasta=1&pagina=125.> Acessado em 08/06/12.

diariamente (para deslocarem-se até a praia, para aproveitarem o banho de lagoa no período do inverno, ou para chegarem até a famosa praia de Canoa Quebrada). Guardavam vários artefatos arqueológicos, e esses vestígios eram evidências das populações de índios caçadores e coletores, que habitaram esse local, séculos antes do presente. Não eram exatamente Sambaquis, mas sítios dunares.[77]

O Iphan também já havia sido comunicado da existência desses objetos. Em abril de 2004, o professor Almir Leal, historiador que veio a fazer parte da comitiva de novembro do mesmo ano, enviou um ofício ao órgão informando a descoberta e cobrando uma atitude em virtude da coleta de material por alguns moradores da comunidade. Diz o professor no ofício nº 95/H100:

> Vimos através deste comunicar a V.S.ª a existência de materiais arqueológicos encontrados na comunidade do Cumbe, no município de Aracati. (...) Na nossa viagem de estudos realizada em 5 e 6 de dezembro próximo passado, quando realizávamos uma visita a comunidade para identificar possíveis depoentes, o professor João Luis Joventino de Nascimento chamou-nos a atenção para o fato de que nas dunas do local se encontravam diversas peças que ele identificava como de interesse arqueológico, dado a sua diferenciação para os materiais atuais, como por exemplo fragmentos de cerâmica e outros fragmentos. Nessa ocasião o prof. João Luís manifestou sua preocupação com tais materiais, uma vez que a área se encontra em flagrante situação de disputa de posse, para uso em atividades que comprometeriam a integridade dos prováveis sítios arqueológicos. Ao final da visita, nos foi mostrado por parte do professor, diversos fragmentos que foram coletados assistematicamente e com determinada freqüência por pessoas da comunidade. Desta forma, comunicamos a situação encontrada e encaminhamos a demanda a instituição devida.[78]

Em resposta a esse ofício, a chefe da divisão técnica, na época Olga Paiva, redigiu a informação técnica nº009/2004 informando ao superintendente, naquele momento Romeu Duarte, que os sítios arqueológicos são considerados patrimônios culturais da nação, conforme a constituição de 1988, que estão sob guarda do poder público e que as descobertas fortuitas devem ser comunicadas imediatamente ao órgão responsável, conforme a Lei 3924 de 1961. O documento salienta que os materiais não devem ser coletados por leigos, e pede para que os artefatos já coletados sejam

[77] Inicialmente alguns moradores do local pensaram que os sítios dunares fossem sambaquis. No entanto, apesar dos sítios dessa região possuir um número expressivo de conchas, podendo ser chamados também de concheiros, essas conchas não formam um sambaqui, pois estão sobre terreno não consolidado, não sendo possível passarem pelas mesmas condições químicas dos sambaquis. Além disso, existem fortes evidências de que as conchas e outros objetos encontrados nos sambaquis foram empilhados propositalmente pelo homem, no caso dos sítios dunares não é possível concluir que os vestígios tenham sido depositados no local propositalmente.

[78] IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000200/2007-85. "Sítios Arqueológicos no Cumbe – Município de Aracati/CE". p. 6 e 7.

encaminhados ao Iphan. Por último, aponta a necessidade de uma visita técnica ao local, sugerindo que caso confirmada a existência dos sítios, seja feito em parceria com outras instituições, um trabalho de educação patrimonial e ambiental na área.

Mesmo depois da comunicação dos professores que atestaram a existência dos sítios, e de ofício encaminhado pela MEMORAR (Centro de Memória de Aracati) ao Iphan em 25/02/05, tratando da preocupação desta instituição em razão da possível instalação de empreendimento eólico na área, a primeira visita técnica do Iphan a comunidade do Cumbe, só foi realizada em 15 de março de 2007, em atendimento a solicitação do Ministério Público.[79] Essa visita gerou a informação técnica 042/07 de 11 de setembro de 2007, o relato do técnico informa que foram encontrados diversos vestígios arqueológicos no local "artefatos líticos, cerâmicos e vestígios malacológicos"[80]. Além disso, Jeferson Hamaguchi aponta que, até aquele momento, não havia sido constatado nenhum dano por parte da empresa, aos sítios arqueológicos "mas destaca-se que, dentre as várias estacas de concreto encontradas em área próxima ao sítio, uma delas localizava-se a apenas 300 metros do sítio" [81], e conclui:

> Portanto, a área em questão trata-se de local reconhecidamente detentor de sítio arqueológico, o que faz com que esteja protegida conforme legislação específica. É importante destacar que segundo moradores locais, a área constitui uma Área de Proteção Ambiental Municipal, e faz parte de uma unidade de conservação de uso sustentável. Concluímos que os sítios presentes na área são de irrefutável importância arqueológica, visto que contribuem para o entendimento de como se deu o processo de ocupação na costa cearense. [82]

Isso significa que, neste caso específico, por estar localizado em Área de Proteção Ambiental[83] e por conter vestígios arqueológicos, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA 001/86) esse empreendimento deveria ter a Licença Prévia expedida pelo órgão ambiental somente após a entrega de EIA/RIMA, que prevê um diagnóstico de impacto arqueológico para a área de instalação do empreendimento(CALADARELLI; SANTOS, 1999-2000). Como tal

[79] O MEMORAR, no dia 18 de Abril de 2005, envia ofício ao ministério público informando sobre o processo existente no Iphan e pedindo providências no sentido de resolver a situação o mais rápido possível

[80] IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000200/2007-85. "Sítios Arqueológicos no Cumbe – Município de Aracati/CE. p. 76 e 77.

[81] Ibid.

[82] Ibid.

[83] A APA de Canoa Quebrada foi criada por Lei Municipal nº 40/98 de 20 de março de 1998. É uma unidade de conservação que pretende regular a exploração e ocupação da região. Sua extensão vai de Porto Canoa à foz do Rio Jaguaribe.

relatório não havia sido providenciado, mesmo depois do alerta da comunidade e de professores universitários, o Ministério Público e o Iphan exigiram que a empresa providenciasse um diagnóstico arqueológico do local afetado pela instalação dos aerogeradores.

A justificativa da empresa para que o EIA/RIMA não fosse elaborado foi o texto da resolução CONAMA nº 279 de junho de 2001, formulada em meio a uma crise energética no país. O regulamento determina:

> Art. 1o Os procedimentos e prazos estabelecidos nesta Resolução aplicam-se, em qualquer nível de competência, ao licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, aí incluídos: I - Usinas hidrelétricas e sistemas associados; II - Usinas termelétricas e sistemas associados;III - Sistemas de transmissão de energia elétrica (linhas de transmissão e subestações). IV - **Usinas Eólicas** e outras fontes alternativas de energia. Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Resolução, os sistemas associados serão analisados conjuntamente aos empreendimentos principais.[84] (Grifo meu).

As usinas eólicas, portanto, não necessitariam a partir de 27 de junho de 2001, emitir o EIA/RIMA. Contudo, mesmo sem a necessidade de apresentar o Relatório de Impacto Ambiental, era preciso entregar o Relatório Ambiental Simplificado, e para isso foi necessário que a equipe responsável fosse até a área do empreendimento.

Em entrevista realizada com Luis Eduardo Barbosa de Morais (na época diretor presidente da empresa Bons Ventos S/A) questionou-se como essa equipe que esteve no local para elaboração do relatório, mesmo não sendo especialista em arqueologia, não percebeu que naquele local havia vários vestígios de populações pretéritas já que, os relatórios, mesmo sendo simplificados, devem mensurar os impactos sociais das comunidades no entorno da obra, e para qualificar e quantificar esses impactos é preciso conhecer essas comunidades[85]. Em resposta Luis Eduardo afirmou:

> Bom, eu não posso falar com os especialistas que fizeram o relatório ambiental simplificado, o fato é que não foi identificado. Talvez até porque o relatório ambiental simplificado, não exija a investigação arqueológica, é então, o fato é que não foi, né? Identificado isso (...)Ai a prefeitura, nos comunicou que tinha um processo, no Iphan, sobre a questão de vestígios arqueológicos, naquela região. Que era importante a gente saber em que pé

[84] Resolução CONAMA nº 279 de 27 de junho de 2001.

[85] É importante chamar atenção para o fato de que os três RAS não fazem nenhuma menção as comunidades de Canavieira e Cumbe. Os relatórios concentram sua analise em Canoa Quebrada, que foi a localidade menos atingida com a instalação das usinas no município de Aracati.

> estava isso. Então nós fomos ao Iphan, na época era o Romeu, que era o superintendente (...)[86]

O diretor se justifica afirmando que seguia a resolução nº 279 do CONAMA, e desconhecia que naquele local havia artefatos arqueológicos, e que o fato obrigava a empresa a realizar um diagnóstico arqueológico na área. Contudo, não eram apenas os artefatos arqueológicos que estavam em perigo, mas o extenso campo de dunas da região que também poderia ser atingido pelas obras.

Como já foi citada anteriormente, a área onde os aerogeradores foram instalados pertence a uma APA, criada em 1998 e regulamentada pela Lei municipal nº 035/2002, que caracteriza o zoneamento uso e ocupação da APA. Segundo essa lei, o campo de dunas pertence à área do zoneamento definida como Área de Preservação Permanente (APP).[87] O texto da lei ainda faz uma série de proibições dentro da APA como: o estabelecimento de atividades que afetem os mananciais hídricos, vegetação, solo, ar e outros; obras de terraplanagem e abertura de canais; atividades que possam provocar erosão; desmonte de dunas, paleodunas, falésias e retirada de vegetação fixadora das dunas, dentre outros.

Sobre a construção do parque eólico da Bons Ventos no município de Aracati em uma APP, o geógrafo da UFC, professor Jeovah Meireles, se manifestou em um texto intitulado: "Impactos Ambientais Promovidos pela Implantação e Operação de Usinas Eólicas em Áreas de Preservação Permanente (App`S) – Os Campos de Dunas Fixas e Móveis da Planície Costeira do Cumbe, Município de Aracati." Segundo o pesquisador:

> O campo de dunas destinado à construção de 3 usinas eólicas da empresa Bons Ventos, localizado no município de Aracati, entre a praia de Canoa Quebrada e a localidade do Cumbe, terá seus componentes ambientais de preservação permanente, ecológicos e arqueológicos profundamente alterados. Com a remoção de grandes volumes de areia (com o desmatamento de dunas fixas), atividades de terraplenagem, artificialização da morfologia (alterada naturalmente pela contínua ação dos ventos), alteração generalizada na topografia (artificialização do relevo dunar) e a implantação de uma rede de vias de acesso (interligando um total de 67 aerogeradores), serão gerados impactos ambientais negativos de elevada magnitude. [88].

[86] Entrevista com Luis Eduardo Barbosa de Morais, concedida a autora em 24 de fevereiro de 2012. p.1.

[87] Segundo o novo Código Florestal (Lei nº 12.651) publicado em 25 de maio de 2012, Área de Preservação Permanente é uma: "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;".

[88] MEIRELES. Antonio Jeovah de Andrade. Impactos Ambientais Promovidos pela Implantação e Operação de Usinas Eólicas em Áreas de Preservação Permanente (App`S) – Os Campos de Dunas Fixas

Mesmo com as opiniões contrárias à instalação da usina na área, com a mobilização da comunidade, de ativistas ambientais, do Ministério Público e de outros atores sociais, como veremos nos tópicos seguintes, as justificativas da empresa com relação à geração de energia "limpa" e o discurso do desenvolvimento econômico foram vencedores. A usina foi construída e começou a operar em 2011, no entanto, para que isso fosse possível, vários embates foram travados.

2.3. A polêmica dos diagnósticos

> Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre esses três setores em cada período.(CANCLINI,1994, p.100)

Em janeiro de 2008, três anos após a primeira comunicação ao Iphan de que no Cumbe havia material arqueológico, a empresa Bons Ventos entrega a instituição o relatório: *Estudos Arqueológicos na Área de Intervenção das Usinas Eólicas UEE Bons Ventos, 50MW, UEE Canoa Quebrada 57 MW e UEE Enacel 31,5 MW. Município de Aracati-Ceará – Etapa 1 Prospecção – Volume 1 Diagnóstico*. O diagnóstico faz parte de uma série de exigências presentes na Portaria nº 230/02 para que seja autorizado o início de empreendimentos com risco de impacto em áreas que contenham ou que possam conter vestígios arqueológicos.

O documento foi escrito pela arqueóloga Verônica Pontes Viana. A pesquisadora afirma que o objetivo principal do trabalho foi vistoriar a Área Diretamente Atingida ADA pelas torres, incluindo as praças de instalação dos aerogeradores, as estradas de acesso, as faixas de servidão, os canteiros de obra, dentre outros.

Foram identificados nesse diagnóstico 53 sítios arqueológicos, e várias áreas vestigiais. Segundo a autora, essas áreas vestigiais "podem ter seus perímetros

---

e Móveis da Planície Costeira do Cumbe, Município de Aracati. Fortaleza 17 de abril de 2008, publicado no site do *Portal do Mar*. Vide:
<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/08/usinasEolicas_impactos__CUMBE2.pdf.>
Acessado em 08/06/2012.

ampliados em virtude da dinâmica ambiental a que a área está submetida (...) e ascenderem à categoria sítio arqueológico." [89]

A arqueóloga aponta que o material encontrado indica a ocupação prolongada de pescadores-marisqueiros que lá habitaram há cerca de 6.000-5.000 AP (Antes do Presente). Depois deles vieram os ceramistas Tapuias e Tupis[90], nos deslocamentos indígenas dos séculos XVI e XVII. Foram encontrados ainda fragmentos de faiança inglesa e outros objetos da tralha doméstica dos séculos XVIII e XIX, que testemunham a chegada e o estabelecimento dos colonizadores europeus naquela região. Segundo Verônica Viana, toda essa riqueza de artefatos se dá devido à confluência das populações para esse local em busca de condições favoráveis de sobrevivência, em virtude da proximidade com o estuário do Rio Jaguaribe, um dos maiores recursos hídricos do Ceará, sendo, portanto, uma região de grande potencial arqueológico. Em seguida a arqueóloga conclui:

> Tendo em vista a confirmação da existência de uma parcela formadora de uma grande área arqueológica na área do empreendimento em questão, sendo esta extensiva também a toda à zona estuarina do baixo Jaguaribe, **recomendamos a não execução de empreendimentos de qualquer natureza neste trecho**, com vistas a salvaguardar as ocorrências arqueológicas recém descobertas para estudos de caráter sistemático, a partir dos quais poderão ser gerados trabalhos científicos diversos que tratem, em colaboração interdisciplinar, das estratégias de sobrevivência nestes ecossistemas específicos, desde épocas remotas até os dias atuais.[91] (Grifo da autora)

A arqueóloga afirma que estes sítios são os mais importantes, qualitativamente e quantitativamente, já encontrados no litoral cearense. Desta forma, segundo a pesquisadora, os sítios deveriam ser objeto de estudos "contínuos e sistemáticos" dos seus conjuntos, e que esse tipo de estudo seria incompatível com os prazos de implantação e funcionamento da usina eólica.

Após as conclusões do relatório da arqueóloga Verônica Viana, a empresa *Bons Ventos* contratou outro arqueólogo, Walter Morales, para que fossem realizadas as fases

[89] VIANA, Verônica, SANTOS Jr, Valdeci. Estudos Arqueológicos na Área de Intervenção das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos 50MW, UEE Canoa Quebrada 57MW e UEE Enacel 31,5MW. Município de Aracati. Ceará – Etapa 1 – Diagnóstico Preliminar – Prospecção Extensiva, 2008. p. 126.
[90] "Tapuia" era um termo genérico e pejorativo, adotado pelos Tupis (grupo com o qual o contato com os brancos foi mais intenso em termos de conhecimento e associação) para designar o "o outro", ou seja, quem não era tupi. Em termos comparativos, seria algo equivalente ao termo "Bárbaro".
[91] VIANA, Verônica, SANTOS Jr, Valdeci. Estudos Arqueológicos na Área de Intervenção das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos 50MW, UEE Canoa Quebrada 57MW e UEE Enacel 31,5MW. Município de Aracati. Ceará – Etapa 1 – Diagnóstico Preliminar – Prospecção Extensiva, 2008. p.128.

seguintes da pesquisa arqueológica (prospecção e salvamento), com o objetivo de dar continuidade à obra dentro dos prazos previstos para a execução.

Em reunião realizada nos dias 12 e 14 de março de 2008, os diretores e advogados da empresa (Luiz Eduardo Barbosa de Moraes, Paulo Graziera e Alexandre Augusto Alencar de Queiroz), o Gerente do Patrimônio Arqueológico do Iphan em Brasília (Rogério José Dias), a superintendente do Iphan no Ceará (Olga Gomes de Paiva), o técnico em arqueologia do Iphan no Ceará (Jeferson Tadanori Sobral Hamaguchi) e a pesquisadora Verônica Viana (presente apenas no primeiro dia de reunião), debateram a viabilidade do empreendimento em relação aos prazos estabelecidos para a pesquisa e o salvamento dos sítios que seriam impactados.

Na primeira reunião Rogério José Dias chamou a atenção para o notável potencial arqueológico da área, informou que o relatório de Verônica Viana estava bem elaborado e que "(...) a tendência do órgão é considerar o relatório da Dra Verônica como base para futuros estudos e manifestações do Iphan (...)" [92]. Rogério comentou que ficou surpreso ao ser informado que a empresa havia realizado somente o Relatório Ambiental Simplificado a RAS, e que os estudos arqueológicos não foram providenciados anteriormente.

A empresa se defendeu argumentando que não havia sido informada da necessidade do diagnóstico arqueológico, não exigido pelo órgão ambiental. Disse que, assim que foram informados da obrigatoriedade do estudo, contrataram imediatamente um arqueólogo e entraram em contato com o Iphan para que a situação fosse regularizada. Declarou que cumpriria com as determinações da lei, e que obteve todas as licenças necessárias para a instalação do empreendimento, que se preocupa com o meio ambiente, e que destinou 0,5% do total investido no empreendimento para compensar impactos ambientais. Os empreendedores explicaram o projeto, dando atenção especial para a comparação entre os prejuízos naturais causados pelas outras formas de produção de energia, como as termoelétricas, e o impacto mínimo observado na produção de energia eólica.

Respondendo as afirmações da empresa, a arqueóloga responsável pelo diagnóstico afirmou que o interesse da arqueologia não era impedir que a obra acontecesse, mas sim chamar atenção para o tempo determinado para a pesquisa em

[92] IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000068/2008-92. "Prospecção e resgate do patrimônio arqueológico nas áreas das usinas de energia eólica UEE Bons Ventos (50MW), UEE Canoa Quebrada (57MW) e UEE Anacel (34,5MW)". Volume II. p.219.

uma área com alto número de sítios. Segundo a pesquisadora, o prazo para o salvamento e catalogação dos vestígios naquela área deveria ser estendido, pois:

> (...) os perímetros dos sítios catalogados podem ser aumentados no segundo semestre do ano, conforme as variações do tempo, razão do regime de maior velocidade dos ventos; que se está diante da maior área de sítios arqueológicos até hoje encontrada no Estado; que o número de sítios pode ser maior; que até mesmo as áreas vestigiais podem transformar-se em sítios arqueológicos; que a quantidade dos sítios também é considerável; que o empreendimento será construído na área da maior bacia hídrica do Estado – Rio Jaguaribe; que a questão é complexa, pois os sítios são portadores de informações importantes para a história do Estado; que as pesquisas arqueológicas no estado ainda são incipientes; que o desenvolvimento do empreendimento poderá acarretar na perda dos sítios; que os museus atualmente existentes não comportariam os materiais resgatados;[93]

Os argumentos de Verônica Viana, portanto, estão concentrados no prazo para que o salvamento seja feito, tendo em vista as peculiaridades do local onde deveriam ser colocados os aerogeradores. No entanto, o representante da empresa diz que ficou surpreso com as conclusões do relatório da arqueóloga, que, além de ter atestado a impossibilidade da obra naquela área, não apresentou nenhuma solução alternativa para o caso. Por esse motivo, a empresa contratou outro arqueólogo no sentido de buscar uma saída que viabilizasse a obra em tempo hábil, em virtude das pesadas multas que a empresa deveria arcar, caso não produzisse a energia na data firmada em contrato. Conforme a empresa, era preciso encontrar uma solução para "harmonizar os três valores postos em discussão: direito à cidadania histórica, harmonia do empreendimento com o patrimônio ambiental e arqueológico (...)".[94]

O segundo arqueólogo contratado pela Bons Ventos, Dr. Walter Morales, explicou que apesar do relatório de Verônica Viana ter sido bem elaborado, teve uma conclusão precipitada, indicou que seria possível realizar os estudos nos sítios que seriam impactados, e fazer o salvamento dos objetos em concomitância com os prazos do empreendimento. Para o arqueólogo, a situação não era tão grave como anunciado no trabalho de diagnóstico, pois ao retirar a área de segurança estabelecida pela equipe da arqueóloga Verônica Viana "(...) na planta relativa ao parque "Enacel", constata-se que nenhum dos sítios localizados foram ou serão afetados pelo empreendimento (...)"[95]. Por último, Walter Morales afirmou que o trabalho do diagnóstico não era suficiente para

[93]IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000068/2008-92. "Prospecção e resgate do patrimônio arqueológico nas areas das usinas de energia eólica UEE Bons Ventos (50MW), UEE Canoa Quebrada (57MW) e UEE Anacel (34,5MW)". Volume II. p.220.
[94] Ibid.
[95] Ibid.

que a arqueóloga chegasse a tal conclusão, pois havia sido feito apenas uma análise em superfície da área. Ao final dessa primeira reunião, ficou acordado que o Iphan não se pronunciaria sobre o caso antes de realizar uma visita *in loco*, no dia seguinte a equipe seguiu para o canteiro de obras.

Depois de ouvir a defesa da empresa e de realizar uma visita ao local nas Dunas do Cumbe, no dia 13 de março de 2008, dia seguinte à primeira reunião, o Gerente do Patrimônio Arqueológico do Iphan conclui, em reunião a 14 de março de 2008, que:

> "(...) a conclusão da Dra. Verônica foi precipitada; que na visita *in loco* foi verificado que a área possui potencial arqueológico, mas que não pode dizer que o empreendimento é inviável (...) o cronograma de salvamento arqueológico deve ser adequado ao cronograma de obras do empreendimento, tal como determina a Portaria nº 230/2002-Iphan; que é possível a realização do empreendimento (...)[96]

Para o Gerente do Patrimônio Arqueológico do Iphan, as conclusões do diagnóstico da arqueóloga Verônica Viana extrapolaram a fase do diagnóstico. Citando a Portaria nº 230/02, ele diz que é possível que o empreendimento seja realizado sem prejuízo ao material arqueológico. A ata da reunião do dia 14 de março autoriza o início dos trabalhos da equipe topográfica, acompanhada de arqueólogo, que deveria demarcar as áreas de trabalho para as próximas fases de prospecção e salvamento.

Os dois principais pontos de divergência entre a arqueóloga Verônica Viana e Walter Morales são com relação à arqueologia não destrutiva ou preservação *in situ*, e as áreas de segurança demarcadas na fase do diagnóstico.

A arqueologia não destrutiva, ou preservação *in situ* é uma recomendação para a escavação não exaustiva de determinado sítio arqueológico. É sugerido ao arqueólogo que, ao escavar um sítio, ele interfira o mínimo possível, que somente escave em casos em que haja risco para o patrimônio arqueológico, ou em virtude da necessidade da pesquisa ao sítio. Caso a escavação seja realmente indispensável, é indicado que o arqueólogo deixe preservados "blocos testemunhos", esses blocos deverão estar disponíveis para que as gerações futuras, munidas de novas tecnologias, possam estudar novamente aquele local e, assim, ter a possibilidade de ampliar os conhecimentos a respeito das populações que ali viviam. Essa indicação está presente na *Carta de Lausanne*, o documento foi produzido por uma reunião do Comitê Internacional de

[96] IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000068/2008-92. "Prospecção e resgate do patrimônio arqueológico nas areas das usinas de energia eólica UEE Bons Ventos (50MW), UEE Canoa Quebrada (57MW) e UEE Anacel (34,5MW)". Volume II. p. 223.

Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (ICOMOS-ICAHM) na década de 90. Conforme a carta:

> Art. 6 º conservar in situ monumentos e sítios deveria ser o objetivo fundamental da conservação do patrimônio arqueológico, incluindo também sua conservação a longo prazo, além dos cuidados dedicados à documentação e às coleções etc., a ele relacionados. Qualquer translação viola o princípio segundo o qual o patrimônio deve ser conservado no seu contexto original. Esse princípio enfatiza a necessidade da manutenção, conservação e gestão apropriados. Decorre disso que o patrimônio arqueológico não deve ser exposto aos riscos e as consequências da escavação ou abandonado após a escavação, caso não tenham sido previstos a sua manutenção e conservação.[97]

Importante destacar que, apesar da carta chamar a atenção para a conservação no local, ela também enfatiza que é indispensável a "manutenção, gestão e conservação apropriados" e que o patrimônio arqueológico "não deve ser exposto aos riscos da escavação ou abandonado após a escavação". Para Walter Morales, portanto, era possível escavar e salvar apenas os sítios que seriam impactados, enquanto os demais seriam catalogados, permanecendo no local de origem, sendo, portanto, preservados in situ.

Já para a arqueóloga Verônica Viana, esse procedimento não poderia ser utilizado no caso dos sítios encontrados na área de instalação da usina Bons Ventos. Em entrevista realizada no dia 24 de abril de 2012, a pesquisadora aborda o assunto. Relembrando o trabalho de diagnóstico realizado por sua equipe, Verônica Viana relata que, desde o princípio, a empresa dizia ter pressa em cumprir as etapas da pesquisa para que obtivesse as licenças necessárias à instalação e operação. O trabalho foi realizado em um mês, no entanto, para a pesquisadora, em virtude da quantidade de sítios no local, e das dificuldades de acesso à área, era necessário pelo menos mais um mês, ou seja, dois meses para que um bom trabalho de diagnóstico fosse elaborado.

Verônica Viana chama atenção para o fato de que nunca havia sido descoberta uma área tão rica em sítios como aquela. Do ponto de vista científico, a pesquisadora compara as dunas em torno do Cumbe com os sítios de São Raimundo Nonato[98], que haviam sido preservados devido à grande quantidade de assentamentos concentrados

[97] ICOMOS/ICAHM. **Carta de Lausanne**, 1990. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262. Acessado em 15/10/12.

[98] O parque Nacional Serra da Capivara, no Município de São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, foi criado em 1979. Seu objetivo é preservar vestígios arqueológicos do que seria a mais remota ocupação humana da América do Sul, há cerca de 50 mil anos. Por sua importância, foi inscrito na lista do patrimônio mundial da UNESCO em dezembro de 1991 e tombado como patrimônio nacional pelo Iphan em setembro de 1993. Texto retirado do portal do Iphan: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=278. Acessado em 13/09/2012.

naquele local. Além disso, ela argumenta que esses vestígios estavam na área do maior recurso hídrico do estado, o Rio Jaguaribe e que as variedades de artefatos encontrados apontavam para uma ocupação diversificada de populações naquele trecho e que, além dos vestígios, era preciso também preservar o meio ambiente e a paisagem daquele local. Portanto, para a pesquisadora, faltou tempo, um mês para produção daquele diagnóstico foi pouco para "ser dedicado a problematizações, a construção de hipóteses a respeito daqueles sítios que realmente tinham um potencial informativo muito grande, então era preciso um tempo para construir esse conhecimento né? Construir, dar um viés científico para a pesquisa e também para salvar, pra salvar pelo menos boa parte dos sítios."[99] Sobre a arqueologia não destrutiva ou arqueologia in situ Verônica afirma:

> A gente acredita que existem alternativas metodológicas que vão ao encontro da arqueologia chamada não destrutiva, que também dentro da perspectiva de musealizar essas ocorrências em situ, mas que para esse caso específico desses sítios assim, não seria possível, é preciso que alguns fossem salvos já (...) No caso do litoral do Ceará é preciso que essas questões da dinâmica ambiental sejam consideradas, uma vez que essa dinâmica ambiental ela interfere de forma muito intensa na conformação dos arranjos arqueológicos (...)[100]

Uma das principais preocupações da arqueóloga, portanto, era proteger e garantir o salvamento do maior número de sítios possível. Devido a quantidade de sítios naquele perímetro, não seria possível realizar tal empreitada no tempo previsto pela Bons Ventos. Para Verônica, as condições do meio ambiente, devido à dinâmica natural das dunas, que conforme o regime dos ventos cobre ou descobre os sítios arqueológicos, havia o risco de perda irremediável de informações, fazendo inclusive com que horizontes de ocupação de tempos distintos, fossem encontrados em um mesmo estrato do terreno, modificando assim o contexto, e dificultando cada vez mais a análise científica dos sítios.

O segundo ponto de divergência entre os arqueólogos se refere às áreas de segurança estabelecidas pelo diagnóstico de Verônica Viana. Conforme aponta o documento no item metodologia, as áreas correspondentes aos sítios arqueológicos foram acrescidas em "30% do valor do maior raio de extensão do sítio"[101], em virtude da ação dos ventos que cobrem e descobrem os vestígios. Para a definição da AID (Área

[99] Entrevista com Verônica Viana cedida à autora em 24 de abril de 2012, p.3.
[100] Ibid.
[101] VIANA, Verônica, SANTOS Jr, Valdeci. Estudos Arqueológicos na Área de Intervenção das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos 50MW, UEE Canoa Quebrada 57MW e UEE Enacel 31,5MW. Município de Aracati. Ceará – Etapa 1 – Diagnóstico Preliminar – Prospecção Extensiva, 2008.p.21.

de Influência Direta) pelo empreendimento, a arqueóloga levou em consideração ,não apenas os impactos causados pelos veículos, máquinas, trabalhadores e o grande volume de revolvimento de areias, mas também foram considerados os impactos gerados no entorno direto dos sítios, que poderiam ser alargados no segundo semestre do ano, em razão dos fortes ventos alísios, que atingem aquela região nesse período do ano, aflorando os vestígios que poderiam estar encobertos. "Por essa razão, acrescentamos uma área de segurança ao perímetro previamente definido para as ocorrências arqueológicas."[102] Assim, a AID foi definida a partir de 300 metros da Área Diretamente Atingida pelas usinas.

No *Programa de Prospecção Resgate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel e UEE Canoa Quebrada, Município de Aracati, Ceará* entregue ao Iphan no dia 11 de março de 2008, o arqueólogo Walter Morales argumenta que o empreendimento é de baixo impacto, pois só deve atingir diretamente 4% da área total. No documento, são definidas como ADA (Áreas Diretamente Atingidas) as "áreas de fixação de torres, caminhos de acesso, canteiros e obras correlatas", já as AID (Áreas de Influência Direta) sobre o patrimônio arqueológico foram definidas a partir de 100 metros da ADA. Importante destacar que o cronograma para realização de todo o programa (obtenção de portaria Iphan, prospecção arqueológica, resgate arqueológico, curadoria e analise do material resgatado, análise e consolidação dos dados e, finalmente, a entrega do relatório final) foi previsto para ser completado em 10 meses, ou seja, o relatório final deveria ser entregue ao Iphan em janeiro de 2009.

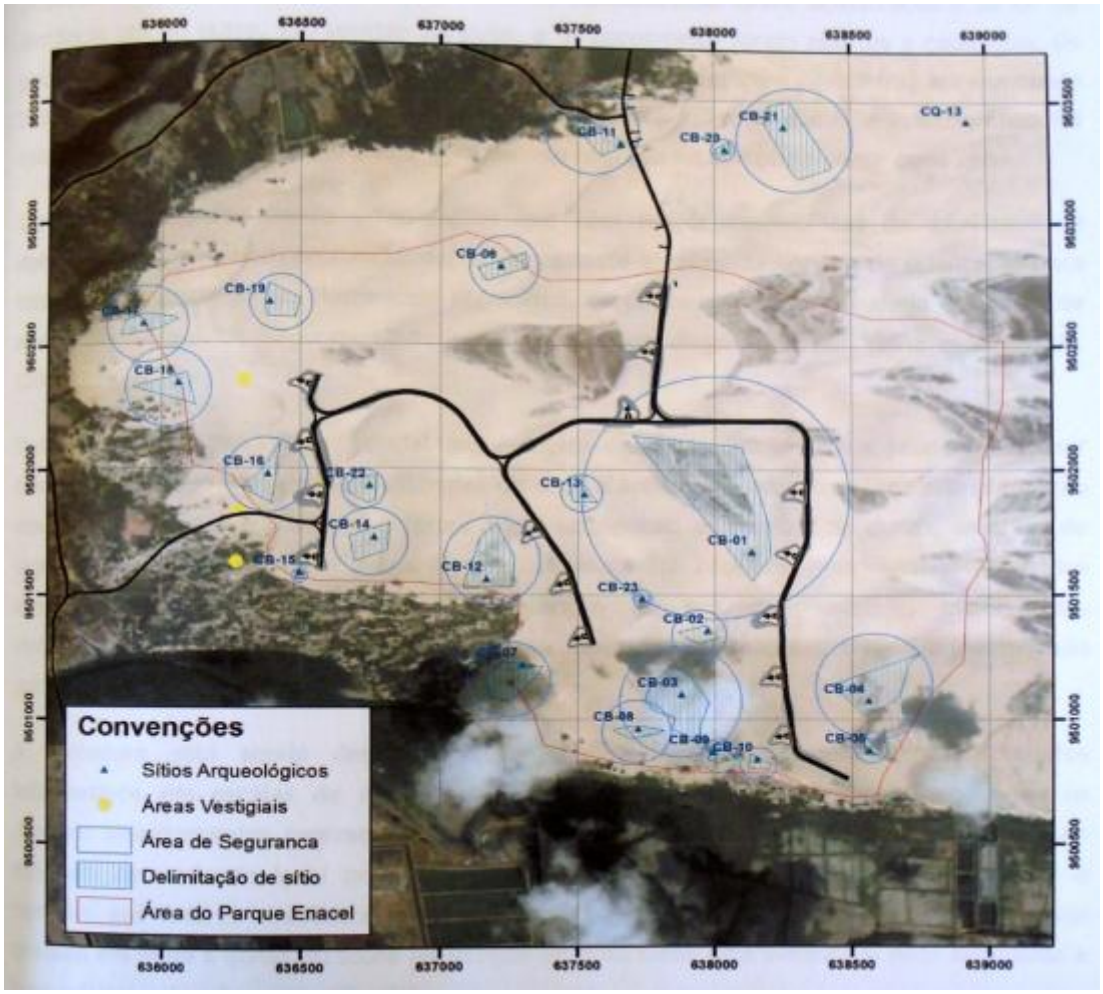
Outra questão a ser destacada foi à rapidez da licença concedida pelo Iphan ao Programa de Prospecção de Walter Morales. O projeto foi entregue na Superintendência do Iphan no Ceará no dia 11 de março, e teve a licença publicada em diário oficial no dia 26 de março de 2008, ou seja, em apenas 15 dias. Segundo a portaria 07/88, o Iphan tem até 90 dias para responder aos pedidos de pesquisas arqueológicas. Devido ao grande número de pedidos, as licenças geralmente demoram mais de 30 dias para serem publicadas.

A diferença entre a metodologia do diagnóstico e do programa de prospecção e resgate é que no diagnóstico a arqueóloga propõe uma área de segurança a partir da

[102] , Verônica, SANTOS Jr, Valdeci. Estudos Arqueológicos na Área de Intervenção das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos 50MW, UEE Canoa Quebrada 57MW e UEE Enacel 31,5MW. Município de Aracati. Ceará – Etapa 1 – Diagnóstico Preliminar – Prospecção Extensiva, 2008. p.126.

ADA de 300 metros, já no programa de prospecção esse perímetro é reduzido para 100 metros.

No Relatório de Atividades I, entregue ao Iphan em 24 de abril de 2008, Walter Morales explica que os autores do diagnóstico, ao ampliarem a AID, supondo que o perímetro dos sítios arqueológicos fosse bem maior, fez com que quase todos os assentamentos tivessem pelo menos uma pequena área dentro das Áreas Diretamente Afetadas pelas usinas. A seguir, observa-se a planta da usina Enacel, elaborada durante o diagnóstico. Na planta, estão demarcadas as áreas de segurança em torno dos sítios.



Planta da UEE Enacel demonstrando os sítios identificados na fase de diagnóstico com as respectivas áreas de segurança sugeridas por Viana e Santos Jr. (2008).

Para assegurar que os 300 metros definidos pelo diagnóstico, elaborado por Verônica Viana não eram necessários, o arqueólogo iniciou o trabalho de prospecção utilizando o método de cobertura total, *full-coverage survey*. Nesse trabalho, foram abertos poços-testes, medindo 30cm de largura e 1,3m de profundidade, alinhados a 30 m de distância uns dos outros, em sentido paralelo, e abertos a cada 25 m. Segundo

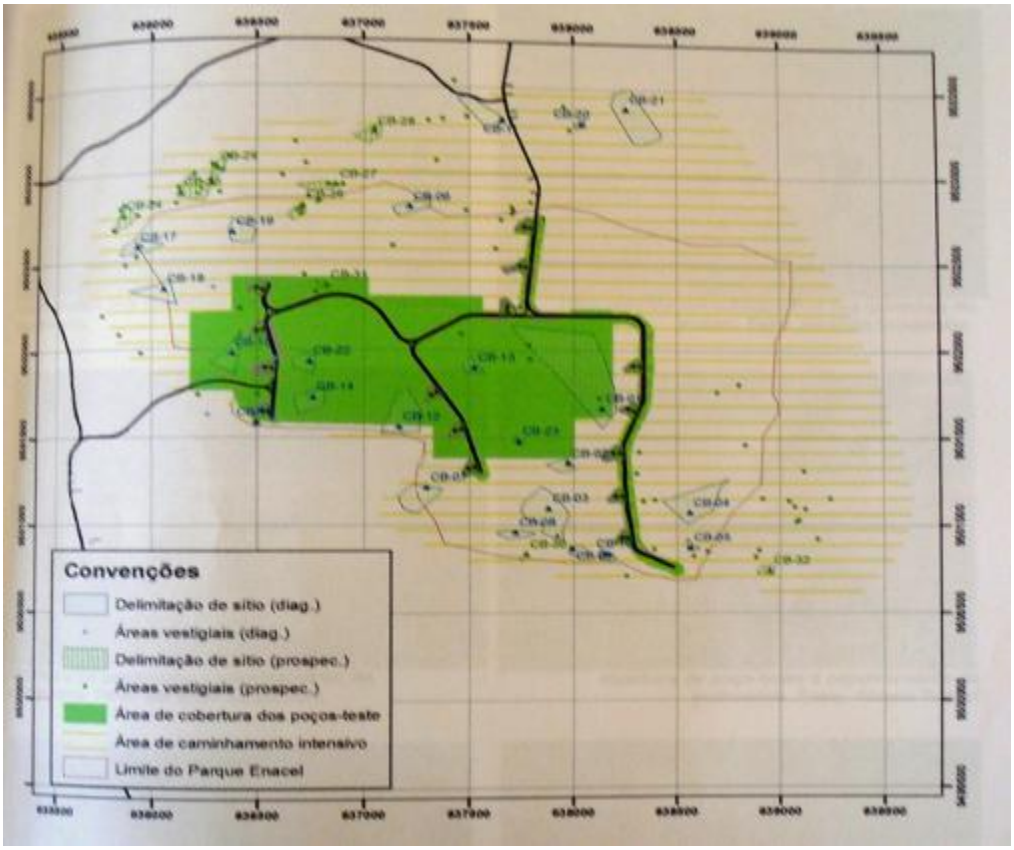
Walter Morales, os poços-testes tinham o objetivo de localizar e delimitar os sítios em profundidade, orientando as intervenções posteriores, e: "Nesse caso específico, os poços-testes tiveram ainda a função de avaliar as 'Áreas de segurança' definidas na fase de diagnóstico por Viana e Santos Junior. (2008)". [103]Além dos poços-testes, a equipe também realizou uma varredura. A varredura é composta por um grupo de 20 a 22 pessoas dispostas em linha, a uma distância constante do companheiro com o objetivo de localizar vestígios em superfície, segundo o arqueólogo, a varredura percorreu toda a área do empreendimento em busca de artefatos.

Conforme apontam os resultados do relatório de atividades 1, o número de sítios encontrados foi maior que o do diagnóstico, como já havia sido inclusive previsto pelo estudo. Foram localizados 09 novos assentamentos. O trabalho de abertura dos poços-testes comprovou que:

> Por outro lado, ao contrário do que previram a priori os autores do Diagnóstico, as margens de segurança do sítio não possuem vestígios arqueológicos até a profundidade atingida pelas intervenções em subsuperfície. Além disso, conforme comentado anteriormente, tanto aqueles sítios identificados na fase de diagnóstico, quanto os novos assentamentos plotados na fase de prospecção, não serão afetados pelas obras de engenharia. [104]

Na planta formulada pela equipe de Walter Morales, observa-se o local onde foram abertos os poços-testes e os novos sítios descobertos:

[103] IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000068/2008-92. "Prospecção e resgate do patrimônio arqueológico nas areas das usinas de energia eólica UEE Bons Ventos (50MW), UEE Canoa Quebrada (57MW) e UEE Anacel (34,5MW)". Volume II. Relatório 1. p.257.
[104] Ibid. p.258.



Mapa demonstrando a cobertura dos poços testes e a delimitação dos sítios encontrados na fase de diagnóstico. Fonte Relatório 1.

Questionada a respeito do método de cobertura total realizado pelo Dr. Walter Moreles, a arqueóloga Verônica Viana relata que existem vários fatores que devem ser considerados nesse caso. O primeiro deles é o fato da Área de Influência Direta do patrimônio arqueológico não ser a mesma AID que os empreendimentos definem para seus impactos. Para a arqueóloga, não se deve considerar apenas a presença dos vestígios em um sítio, mas deve-se observar também o meio-ambiente em que o assentamento está localizado, ou seja, a composição da paisagem, do relevo, da fauna e flora deve ser observada para que a análise do sítio seja efetiva, daí a necessidade de estender para 300m a Área de Influência Direta.

O segundo aspecto, conforme aponta a pesquisadora, está relacionado às especificidades dos sítios em área litorânea. Os terrenos não consolidados, caracterizados pela formação de dunas, tornam inviável o monitoramento arqueológico, que deve ser realizado na terceira fase do trabalho da arqueologia, quando a empresa já possui a Licença de Instalação L.I. Contudo, Verônica Viana afirma que, em virtude do grande volume de movimentação das areias, esse monitoramento é impossível, e representa perigo para a equipe de arqueologia. Assim, "quanto mais você atuar nas

fases anteriores você consegue exercer essa arqueologia preventiva, tendo em vista o caráter da não consolidação dos sedimentos nessa área"[105]. Além disso, a arqueóloga explica que, por conta da ação dos ventos nas dunas, alguns vestígios podem estar em uma profundidade de até 40m:

> (...) e daí a necessidade de alargar essa AID, porque uma sondagem de um metro e meio ou de dois metros não resolveria a questão, então era interessante preservar uma área mais ampla porque na hora que a retroescavadeira entrasse nessas áreas a gente já saberia com segurança que o sítio se estendia por baixo das dunas móveis né, e ai você pensando nessa perspectiva, você poderia trabalhar melhor a questão e evitar maiores danos. [106]

Mesmo com tantas divergências e necessitando de um tempo maior para reflexão do caso, o Iphan autorizou o projeto de prospecção do arqueólogo Walter Morales. Contudo, houve grande repercussão do caso na imprensa e, como veremos em seguida, a comunidade do Cumbe, apesar de não ter participação efetiva no processo, mobilizou-se e opinou a respeito.

[105] Entrevista com Verônica Viana cedida à autora em 24 de abril de 2012.p. 7.
[106] Ibid.

3º Capítulo "Machados, cachimbos, cacos e restos: os artefatos arqueológicos e a preservação do patrimônio no Cumbe"

3.1 "O apagão das dunas": moradores do Cumbe e os primeiros alertas.

> Então é duas coisas que ás vezes eu digo é a questão da invisibilidade. Nós não existimos, é como se nós não tivesse nenhuma relação com esse espaço, que ai quando eles fizeram esse RAS, nem nós aparecemos! Comunidade do Cumbe... é como se não existisse né...[107]

Antes dos acontecimentos relatados no capítulo anterior, a comunidade do Cumbe tinha conhecimento de que nas dunas do local havia vários objetos (cacos de cerâmica, pedras em forma de pilão, cachimbos, etc.). Esses vestígios já faziam parte do imaginário da comunidade, que criou algumas histórias para explicar o que eram aqueles objetos encontrados nos morros de areia. Questionados sobre o que são esses materiais encontrados nas dunas, os moradores do Cumbe explicaram como os vestígios foram parar nos morros do local:

> (...) não, o pessoal dizia assim que antigamente morava os escravo nos morro né, ai morava gente ai, ai morreu ai e agora tá desenterrando as coisa dos pessoal que mora nos morro e por ai ficava (...) a gente encontrava aquelas panela né, a frigideira, cansamo de ver farol que jogava no chão (...) [108] É, quando eu era criança, essas machadinhas foram muito desperdiçadas aqui nessa região, por que as pessoas encontravam, e meu avô morou muito tempo numa casa que era em cima aqui da duna, e eu ia lá catar lenha, debaixo do fogão ele guardava as pedras, ele dizia que era Pedra de Corisco (...)[109] Rapaz, meus pais... as vezes eu menino, achava muita coisa, muito prego, muito achava canivete, achava muita coisa... Achava umas pedra, umas pedrinhas, que eles diziam que era... que era machado dos índios. Machado pra eles tirarem fogo né, que era o fogo. Aquilo que ele podia aproveitar ele trazia. Um prego, ele trabalhava nos cata-ventos, usava aquele prego, prego bom, prego bom mesmo (...)[110]

São relatos sobre a possível presença de negros e índios que habitavam as dunas, e que teriam deixado os resquícios da sua passagem pela área. Na maioria das narrativas, a história é contada pelo pai, pelo avô, ou algum parente próximo e, como no local ninguém se reconhecia como descendente de índio, era difícil compreender que ali, em algum momento do passado, havia uma população indígena. "(...) o que me chamava atenção é que aqui no Cumbe ninguém dizia: 'Eu sou neto'..., embora tenhamos um pouco do sangue indígena, ninguém dizia, 'eu sou neto, bisneto,

[107] Entrevista com João do Cumbe, cedida à autora em 17 de dezembro de 2011.
[108] Entrevista com Dna Marineide, cedida à autora em 07 de Fevereiro de 2012.
[109] Entrevista com Luís Antonio, cedida à autora em 21 de março de 2012.
[110] Entrevista com Zé de Chiquim e Mazé, cedida à autora em 22 de março de 2012.

tataraneto de índio, entendeu?"[111] Além disso, era complicado entender porque os moradores no passado escolhiam os morros, que atualmente são um grande campo de areia solta e sem vegetação, para realizarem suas atividades cotidianas.

> "(...) então outra coisa, era as concha de ostra certo, por que esse hábito de comer ostra ainda é presente (...) ninguém pegava... tirava ostra lá no mangue, pra ir comer em cima da duna! Entendeu? No morro que nós chamamo de morro limpo (...) aí passava e tinha aquele monte de ostra ali, aí dizia 'dos índio, dos índio', aí eu olhava e 'menino, povo doido, vim comer ostra aqui', mas também ninguém da comunidade vinha dizer que era índio."[112]

Os habitantes do Cumbe, portanto, desde a infância percebem os vestígios arqueológicos e se relacionam com eles. Muitos são os relatos de machadinhas, pilões, pregos, dentre outros objetos, que foram reaproveitados pelos moradores. Esses artefatos também recebiam diferentes denominações, como a popularmente conhecida *Pedra de Corisco*, que segundo a crença é uma pedra que cai do céu no momento do relâmpago, "Eles diziam que quando tinha o relâmpago aí caia essa pedra, descia não sei quantos metros de chão a baixo e depois a areia, quando o vento ia escavando, a pedra aparecia".[113]

As histórias contadas pelos moradores são sempre precedidas de palavras que demonstram as imprecisões dos relatos: dizem..., um dia..., me parece... O que torna a narrativa muito mais fantástica e, de certo modo, interessante, pois demonstra a capacidade da população de explicar e, de certa maneira, se envolver com aqueles artefatos e assim tornar os vestígios parte da sua realidade, da sua história de vida.

As diferentes interpretações do que são os artefatos arqueológicos, bem como sua reutilização pelas comunidades locais são muito comuns. Luana Teixeira (2011), em seu trabalho a respeito das igaçabas de Palmeira dos Índios, relata que muitos moradores, ao encontrarem as grandes urnas funerárias, reutilizavam as vasilhas como potes para guardar água, principalmente no período da seca. Já os trabalhos de Fabíola Silva (2002) e Denise Schaan (2007), procuram compreender como as populações indígenas, interpretam os objetos arqueológicos herdados de seus ancestrais, dando um significado mítico e sagrado aos vestígios e aos lugares onde eles são encontrados. Assim, toda proposta de preservação do patrimônio arqueológico deve ser precedida por um estudo da relação (histórica, mítica, utilitária, etc.) que essas comunidades

[111] Entrevista com João do Cumbe, cedida à autora em 17 de dezembro de 2011.
[112] Ibidem.
[113]Entrevista com Luís Antonio, cedida à autora em 21 de março de 2012.

estabelecem com os artefatos localizados em seu território, somente após compreender como o grupo interpreta aqueles objetos, será possível traçar um plano de preservação, de modo que, tanto o conhecimento prévio da comunidade, como o conhecimento produzido pela pesquisa arqueológica, seja levado em consideração para que a preservação daqueles objetos possa ser efetivada e partilhada entre comunidade, arqueólogos, empresários e órgãos públicos. Portanto, para que haja um entendimento dos artefatos enquanto patrimônio, é preciso que o grupo, o principal interessado e detentor do bem cultural, compartilhe conhecimentos com os arqueólogos e participem das pesquisas de campo. Tania Andrade Lima (2007), alerta que os sítios arqueológicos não deixaram apenas um legado histórico e artístico, esses objetos transmitem "valores e tradições culturais", de maneira que somente essas populações, que convivem e se relacionam com os vestígios há muitos anos, podem avaliar a melhor forma de preservá-los.

Preocupado com o destino daquele material que estava espalhado pelo campo de dunas do local, o professor da escola de ensino fundamental da comunidade, João do Cumbe insistiu para que o Prof. Almir Leal, em uma de suas visitas de estudo, verificasse que objetos eram aqueles nos morros, seriam Sambaquis como afirmava João? Partiu, portanto, da comunidade a primeira atitude de reconhecimento e preservação do patrimônio arqueológico no Cumbe.

Como vimos no capítulo anterior, todo esse processo irá resultar na exigência pelo Iphan que a empresa realize um diagnóstico arqueológico na área, esse diagnóstico só irá ser realizado no final de 2007 e início de 2008, quase quatro anos após os primeiros avisos por parte da comunidade. No entanto, quando os moradores do Cumbe foram surpreendidos pela instalação da usina, procuraram o órgão responsável, o Iphan, e, não obtendo resposta, procuraram o Ministério Público Estadual para garantirem a não destruição dos artefatos arqueológicos.

Somente em 2005 os moradores ficaram sabendo que ali seria construído um parque eólico, contudo os primeiros estudos na área foram feitos em 2002 pela equipe que elaborou o Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Perguntado sobre a passagem desses pesquisadores nas dunas do Cumbe, João Luís responde com a frase que abre esse tópico: "Então é duas coisas que ás vezes eu digo é a questão da invisibilidade, nós não existimos, é como se nós não tivesse nenhuma relação com esse espaço, que ai quando eles fizeram esse RAS, nem nós aparecemos! Comunidade do Cumbe... é como

se não existisse né..."[114] Entretanto, como veremos nos tópicos seguintes, esse grupo mostrou que existe e lutou para participar das decisões não somente a respeito do destino dos vestígios arqueológicos, mas sobretudo, com relação ao destino do seu território, local em que vivem e que viverão seus descendentes.

3.2. Manifestações e conflitos no Cumbe: o Patrimônio Arqueológico vira noticia.

> Dificilmente, portanto, nos esquivaremos dos conflitos ao fazermos pesquisas arqueológicas.(FERREIRA, 2008, p.84)

A partir do diagnóstico desfavorável à construção da usina no tempo previsto pela Bons Ventos, a sociedade civil composta por moradores do Cumbe, cientistas, arqueólogos e ambientalistas, se manifestaram, principalmente através da imprensa e das mídias sociais, procurando contestar a licença concedida pelo Iphan para que Walter Morales iniciasse seu projeto de prospecção, que deveria ser compatibilizado com os prazos de execução da obra. Nesse sentido, um dos primeiros documentos elaborados pelo grupo foi o texto intitulado: Sob a égide da "Energia limpa" empresas eólicas impactarão o meio ambiente e destruirão sítios arqueológicos[115], o escrito foi publicado em alguns blogs na internet no dia 04 de abril de 2008. Foi assinado por arqueólogos, (dentre eles Verônica Viana que coordenou os trabalhos do diagnóstico) historiadores, e pelo CEPACE (Centro de Pesquisas Arqueológicas do Ceará). No documento estão presentes as preocupações com relação à instalação de vários empreendimentos eólicos no litoral do Ceará.

O prejuízo ao patrimônio arqueológico foi o principal foco do texto, pois, segundo o relato: "os trabalhos de arqueologia no Ceará não podem restringir-se ás intervenções emergenciais da arqueologia de salvamento". Para justificar a impossibilidade de realizar os estudos em conformidade com os prazos estabelecidos pela obra, os argumentos relatados são aqueles já apontados pela arqueóloga responsável pelo diagnóstico apresentado no relatório: não era possível resgatar aqueles vestígios no tempo previsto pela usina, e, além disso, os terrenos não consolidados das dunas, não permitiam o devido monitoramento da obra. O texto aborda também a posição do Iphan sobre o caso:

---

[114] Entrevista com João do Cumbe, cedida à autora em 17 de dezembro de 2011.
[115] Texto na integra disponível no blog Controvérsia. http://www.controversia.com.br/blog/sob-a-egide-da-%E2%80%9Cenergia-limpa%E2%80%9D-empresas-eolicas-impactarao-o-meio-ambiente-e-destruirao-sitios-arqueologicos-milenares/#comments. Acessado em 23/09/2012.

> O Iphan do Ceará e de Brasília, representados pelos técnicos Olga Paiva e Rogério Dias, inclusive não aptos a dar um parecer, tendo em vista não possuírem formação na área, desconsideraram nosso diagnóstico com receio de serem chamados para prestar contas a Casa Civil da ministra atualmente posta na berlinda e oportunizaram a entrada de uma equipe na área para proceder apressadamente ao resgate arqueológico dos sítios, sem antes abrir uma discussão mais ampla sobre os resultados. (...) No tocante aos aspectos arqueológicos, vale lembrar ainda que o Iphan recebeu um Plano de Resgate dos Sítios Arqueológicos elaborado pelo arqueólogo Walter Morales sem que ele e sua equipe estivesse estado na área para visualizar as ocorrências, compreender a natureza dos processos de deposição e pós-deposição ali evidenciados, da distribuição espacial das ocorrências, para propor um programa e uma metodologia adequada.[116]

O documento chama atenção para o fato de que os técnicos responsáveis pelo patrimônio arqueológico do Ceará não estariam aptos a autorizar o início do programa de resgate, pois não eram arqueólogos. O que aponta um problema já abordado nesse trabalho, a falta de arqueólogos no corpo técnico do Iphan, que em muitos casos abre precedentes para que os pareceres do Instituto sejam questionados. Além dessa declaração, o texto afirma que a licença foi concedida devido à provável pressão da Casa Civil, que, naquele momento, tinha interesse que as obras financiadas pelo PAC não fossem paralisadas.[117] Como já foi dito anteriormente, as usinas construídas nas dunas do Cumbe receberam altos financiamentos do Programa de Aceleração e Crescimento, que tem, como uma das principais metas, aumentar a oferta de energia elétrica no país. Por fim, o manifesto informa que o arqueólogo Walter Morales não esteve no local do empreendimento antes da elaboração do projeto aprovado pelo órgão.

Não sabemos se essa última declaração corresponde à verdade dos fatos, no entanto, o que podemos afirmar, depois de uma leitura cuidadosa do projeto de Walter Morales, é que muitos dados colocados no projeto de prospecção correspondem em vários aspectos ao texto elaborado pelo diagnóstico, coincidindo inclusive os mapas de localização dos sítios encontrados naquela fase. Contudo, havia uma recomendação do Iphan para que Walter Morales produzisse o projeto considerando a pesquisa realizada no diagnóstico.

Dias após a divulgação do "manifesto", no dia 07 de abril de 2008, o jornal *O Estado* publica matéria intitulada: *Instalação de parques eólicos pode gerar impactos ambientais*. Na reportagem são citados a chefe da divisão técnica do Iphan Ceará, Olga

[116] Texto na integra disponível no blog Controvérsia. http://www.controversia.com.br/blog/sob-a-egide-da-%E2%80%9Cenergia-limpa%E2%80%9D-empresas-eolicas-impactarao-o-meio-ambiente-e-destruirao-sitios-arqueologicos-milenares/#comments. Acessado em 23/09/2012.

[117] Naquele período a Ministra da Casa Civil era a atual presidente Dilma Russeff. Dilma era a responsável pelo bom andamento das obras do PAC e ficou conhecida na época como "mãe do PAC".

Paiva, e o Gerente do Patrimônio Arqueológico do Iphan em Brasília, Rogério Dias, afirmando que ambos não eram aptos a emitir parecer, pois não eram arqueólogos, e que o arqueólogo Walter Morales havia elaborado o projeto de salvamento sem ter visitado a área. Olga Paiva rebate as informações declarando que as afirmações faziam parte de uma "campanha difamatória", em suas palavras: "Essas declarações são inverdades. Não vou me posicionar sobre esse caso. Quem vai se posicionar é o Iphan Brasília".

Além desses dados, o texto aborda a questão do possível impacto ao patrimônio arqueológico caso o empreendimento fosse construído, chamando atenção também para os prejuízos ao meio ambiente, principalmente devido às alterações na beleza cênica do local, que seria imensamente afetada pela fixação de 67 torres girantes. A reportagem divulga ainda a quantidade de sítios encontrados, sua provável datação e a qualidade dos vestígios arqueológicos descobertos na área.

A repercussão desses fatos na imprensa e a pressão da comunidade do Cumbe ocasionaram a solicitação, pela prefeitura de Aracati, de uma audiência pública realizada na comunidade do Cumbe no dia 17 de abril de 2008. Sobre as informações repassadas à comunidade durante essa audiência pública, não existem registros no processo arquivado no Iphan, no entanto, Zé Correia, questionado sobre as primeiras reuniões que aconteceram na comunidade para a apresentação do projeto, relata:

> Nessa audiência pública foi, foi tumultuada, foi fraquíssima a participação do Iphan, foi visível o interesse do governo municipal em acolher sem, sem respeitar a comunidade, o acolhimento era para o município (...) a comunidade representava era nada, porque ficavam desviando o foco da história né (...) a fala da Olga Paiva, ela apresenta uma visão do Iphan com relação as cidades tombadas e tudo, e não faz foco do problema que nós estávamos tratanto, que é a instalação do sítio no Cumbe, ela preencheu o tempo de fala dela mostrando Icó, mostrando Aracati tombado, mostrando outras atuações, mas hora nenhuma ela se detém no Cumbe, pra tratar se era conveniente ou não a instalação do sítio, ela num se compromete com isso, ela (....) não trata do patrimônio arqueológico, não de... não aprova nem desaprova, a exposição dela é sobre os tombamento feitos pelo Iphan no Ceará.[118]

Conforme o relato do morador do Cumbe, a audiência pública pouco esclareceu sobre o que eram aqueles vestígios encontrados no local, e sobre os danos que poderiam ser causados ou não aos artefatos arqueológicos caso a empresa fosse instalada na área.[119] Além disso, para Zé Correia havia um interesse muito claro por parte da

[118] Entrevista com Zé Correia, cedida à autora em 26 de Março de 2012.

[119] Importante chamar atenção para esse posicionamento da chefe da divisão técnica, que foi bem diferente da informação técnica elaborada por ela em 2004. Naquele momento, ela alertava para a apropriação indevida dos artefatos arqueológicos coletados pela comunidade e recomendava que, caso

prefeitura do município de Aracati em aprovar o projeto, muito provavelmente em virtude dos impostos e de outros empreendimentos que seriam atraídos para região em razão da instalação da usina eólica.

Outra fonte que nos informou a respeito do andamento da audiência pública realizada no Cumbe no dia 17 de abril de 2008, foi um texto publicado no Jornal Canoaracati no dia 11 de maio de 2008. Além dos dados sobre o empreendimento e sobre as possíveis ameaças ao meio ambiente e ao patrimônio arqueológico, o promotor de justiça afirmou que as licenças foram concedidas de forma leviana pela SEMACE e pelo Iphan, contudo, apesar disso, ele não era contra a obra, mas achava era preciso refletir sobre as condições em que o empreendimento seria implantado. O diretor da Bons Ventos, por sua vez, argumentou novamente que havia cumprido com a legislação vigente, elaborando o Relatório Ambiental Simplificado, e que além disso, a energia produzida pelas eólicas era limpa e barata, a empresa garantiu ainda que contrataria mão de obra local, e que faria melhorias na estrada que dá acesso ao parque e consequentemente ao Cumbe.

O que chama atenção nesse documento, contudo, foi uma opinião, até então, pouco perceptível nos documentos ditos "oficiais" (relatórios, ofícios, reportagens, etc), me refiro à fala da comunidade. "Muitos moradores também argumentaram que o empreendimento é fundamental para a criação de novos empregos na região."[120]

A comunidade científica também se manifestou na ocasião e se mostrou preocupada com a preservação das dunas e do patrimônio arqueológico, disse que não era contra o empreendimento e que a vontade da comunidade deveria permanecer, no entanto, sugeriu que a decisão final fosse tomada a partir de uma reflexão conduzida por uma comissão mista, "com a participação maciça de órgãos isentos e autônomos, como não é o caso da equipe do Sr. Walter Morales". [121]

Em contra partida, alguns moradores disseram que não havia mais o que ser protegido, pois "as nascentes já não mais existem e as dunas é que estão acabando com

---

fossem confirmadas as informações de que no Cumbe havia material arqueológico, que fosse realizado um programa de educação patrimonial na área. Ou seja, mesmo não sendo arqueóloga, Olga possuía conhecimento suficiente para esclarecer a comunidade, pelo menos a respeito do papel do Iphan na preservação daqueles vestígios, o que não foi feito na audiência pública conforme lembra Zé Correia.

[120] Promessa de energia limpa e renovável ameaça patrimônio arqueológico no Sítio do Cumbe. Jornal Canoaracati de 11 de Maio de 2008. Disponível em: <http://www.luacheia.art.br/new/index.php/aracati/historia/item/373-promessa-de-energia-limpa-e-renov%C3%A1vel-amea%C3%A7a-patrim%C3%B4nio-arqueol%C3%B3gico-no-s%C3%ADtio-do-cumbe>. Acesso no dia 23/09/2012.

[121] Ibidem.

o Cumbe". No entanto, nem todos pensavam assim, alguns moradores discordaram dessa afirmação, dizendo que "desde sempre a comunidade vive do mangue", a proposta do outro grupo era de que as torres fossem deslocadas para locais fora das dunas, mas que os investimentos ficassem no Cumbe. "Nos bastidores uma moradora resumia: Não somos contra os investimentos, somos a favor da natureza, do patrimônio histórico e das gerações futuras."[122]

Estamos diante do verdadeiro sentido de uma comunidade nos tempos atuais, os grupos não possuem opiniões homogêneas a respeito de como solucionar os problemas enfrentados no dia a dia, bem como, na maioria das vezes não concordam sobre as prioridades e necessidades de suas demandas, ai surgem os conflitos (BAUMAN, 2003). São duas percepções completamente divergentes a respeito do encaminhamento que deve ser tomado pelo grupo. Uns estão a favor do aumento de empregos, melhoria da estrada e da infraestrutura geral do local, outros não são contra todos esses "progressos", porém ponderam a que preço essas melhorias seriam conquistadas, nesse sentido, outro valor, que não está ligado necessariamente ao valor econômico, ganha importância. Para que existam melhores condições infraestruturais na comunidade, é preciso que o patrimônio cultural seja preservado, e caso isso não seja possível, que pelo menos ele seja posto em discussão.

O jornal *O Povo* do dia 07 de junho de 2008 noticiou o pedido de suspensão das licenças ambientais concedias as usinas que seriam instaladas em Aracati. A Procuradoria Geral de Justiça solicitou a suspensão das licenças, tendo em vista o fato de que a área fazia parte de um grande campo de dunas móveis que por isso deveria ser conservada como Área de Preservação Permanente. Além disso, no local havia vários sítios arqueológicos que seriam impactados caso o empreendimento fosse construído. A ação pede ainda a paralisação da construção e a retirada de todo o maquinário existente no canteiro de obras.

O documento tomou como base um estudo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), que condenava o empreendimento por estar localizado em Área de Preservação Permanente (APP), e o diagnóstico elaborado pela arqueóloga Verônica Viana, que também havia alertado para os prejuízos ao

[122] Promessa de energia limpa e renovável ameaça patrimônio arqueológico no Sítio do Cumbe. Jornal Canoaracati de 11 de Maio de 2008. Disponível em: <http://www.luacheia.art.br/new/index.php/aracati/historia/item/373-promessa-de-energia-limpa-e-renov%C3%A1vel-amea%C3%A7a-patrim%C3%B4nio-arqueol%C3%B3gico-no-s%C3%ADtio-do-cumbe>. Acesso no dia 23/09/2012.

patrimônio arqueológico local. A reportagem informa que o Ministério Público Estadual, em abril de 2008, (no mesmo mês da primeira audiência pública na comunidade) já havia representado junto ao procurador-chefe da Procuradoria da República do Estado do Ceará conta o município de Aracati, Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE), Iphan e empresas: Rosas dos Ventos e Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Segundo o promotor Alexandre Alcântara, o estado não estava respeitando o:

> Princípio Constitucional da Defesa do Meio Ambiente", ao autorizar a instalação das usinas em Aracati. Além do dano ao meio ambiente, o promotor chamava atenção para o fato de "que o poder público estadual estaria 'agredindo' o patrimônio cultural brasileiro, mais precisamente os sítios arqueológicos existentes nos locais de instalação das usinas.[123]

O pedido de paralisação da obra, contudo, não foi aceito pelo Ministério Público Federal do Ceará conforme publicado em reportagem do *Jornal Diário do Nordeste* de 18 de junho de 2008. O juiz negou o pedido por entender que a empresa Bons Ventos cumpriu com os requisitos exigidos por lei para o licenciamento ambiental, pois elaborou o Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Diante dos vários questionamentos sobre se de fato o patrimônio arqueológico do Cumbe seria preservado com o salvamento dos sítios em concomitância a obra, e principalmente pela afirmação de que os técnicos não eram aptos a dar um parecer, por não serem arqueólogos, o Iphan, antes de conceder a Licença de Instalação (LI), solicitou que três arqueólogos, com experiência em projetos de arqueologia de contrato, analisassem o Diagnóstico, o Projeto de Prospecção e o Relatório de Atividades I, e dessem um parecer sobre o caso.

As conclusões dos três pareceres foram favoráveis ao salvamento que já estava sendo realizado pelo arqueólogo Walter Morales. O primeiro deles, emitido pelos professores José Luis de Morais e por Rossano Lopes Bastos, concluiu: "No nosso entender, os procedimentos adotados tanto pelas equipes envolvidas, como pela Gerência do Patrimônio Arqueológico e Natural, são absolutamente corretos e dão o necessário tom de cientificidade e precaução que o assunto exige." [124] Além disso, declararam que a recomendação do diagnóstico foi exagerada, os arqueólogos

[123] Procuradoria pede suspensão de parques eólicos. Jornal O Povo, 07 de junho de 2008.
[124] IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000068/2008-92. "Prospecção e resgate do patrimônio arqueológico nas areas das usinas de energia eólica UEE Bons Ventos (50MW), UEE Canoa Quebrada (57MW) e UEE Anacel (34,5MW)". Volume II

afirmaram concordar com a posição moderada da Gerência do Patrimônio Arqueológico e Natural do Iphan, que levou em consideração as dificuldades de financiamento para realização de pesquisas, o que seria assegurado pela iniciativa privada caso o empreendimento fosse instalado na área. Por fim, elogiaram a condução dos trabalhos do arqueólogo Walter Morales, chamando atenção para o fato de a equipe ter mantido blocos testemunhos "já temos vários exemplos de importantes sítios arqueológicos inseridos (e preservados) no seio de parques industriais, demonstrando a possibilidade de convivência pacífica."[125]

O segundo parecer foi emitido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco e assinado pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, que discordou das recomendações contidas no diagnóstico e sugeriu "que seja efetuado o estudo e resgate do material arqueológico prioritariamente nas áreas que sofrerão impacto direto de modo a preservar o conhecimento e o material arqueológico, sem prejudicar as obras de implantação das usinas." [126] Recomendou ainda que fosse feito um acordo entre a Bons Ventos e o Iphan para que os sítios pudessem ser pesquisados depois da usina instalada. Por fim, lembrou que após a liberação das áreas, o monitoramento da obra deveria ser realizado pela equipe de arqueologia.

O terceiro e último parecer foi elaborado pela empresa Zanettini Arqueologia, e assinado pelo arqueólogo Paulo Zanettini. Seguindo a tendência dos documentos anteriores, o arqueólogo discordou da recomendação do diagnóstico, dizendo que a proposta de reservar a área para estudos futuros e sistemáticos "não apresenta a devida sustentação teórica"[127]. Sobre as pesquisas elaboradas pelo arqueólogo Walter Morales, o documento declarou:

> "Em contrapartida, os estudos levados a cabo pela empresa Arqueologia Brasil, valendo-se do emprego de metodologias consorciadas de prospecção permitem vislumbrar a dimensão dos impactos frente ao patrimônio evidenciado, o grau de magnitude em cada uma das áreas de influencia definidas pelo empreendimento." [128]

Assim, Paulo Zanettini forneceu um parecer favorável ao salvamento dos sítios como estava sendo realizado, e sugeriu que o Programa de Educação Patrimonial

[125]IPHAN. 4ª Superintendência Regional. Divisão Técnica 4ªSR. Proc. Nº 01496.000068/2008-92. "Prospecção e resgate do patrimônio arqueológico nas areas das usinas de energia eólica UEE Bons Ventos (50MW), UEE Canoa Quebrada (57MW) e UEE Anacel (34,5MW)". Volume II.
[126] Ibid. p.361.
[127] Ibid. p.364.
[128] Ibid. p365.

apresentado pelo projeto de Walter Morales fosse ampliado junto à comunidade, tornando a comunidade de moradores do Cumbe "coparticipe no processo de preservação do patrimônio que ali subsistirá."[129]

Munida dos três pareceres, a Gerência do Patrimônio Arqueológico Natural (GEPAN), comunicou a superintendência do Iphan/Ce, na data de 18 de junho de 2008, que o empreendimento da Bons Ventos estava apto a obter Licença de Instalação (L.I.). Em anexo ao comunicado, segue o ofício nº87/2008, referente à análise do Relatório de Atividades I produzido pela equipe de Walter Morales. O documento, além de afirmar que a empresa já podia receber a L.I., mencionou algumas medidas que deviam ser cumpridas para que a Licença de Operação L.O., fosse concedida. Dentre elas: a continuação do resgate prioritariamente nas áreas diretamente atingidas, a elaboração e realização de um programa de monitoramento arqueológico da obra, apresentação e execução de um projeto de gestão estratégica do patrimônio arqueológico remanescente (incluindo a proposta de pesquisa arqueológica sistemática em pelo menos dois sítios arqueológicos de elevada significância), apresentação e execução de um programa de educação patrimonial (com palestras, exposição em museus, mostras volantes e capacitação de educadores). O ofício lembra ainda que, conforme firmado em reunião entre a empresa, o Iphan/CE e a GEPAN, "deverá ser implantada uma unidade museológica para a guarda, curadoria e exposição do material arqueológico."

Com a Licença de Instalação emitida, a empresa começou a obra e os problemas começaram a ser sentidos pela comunidade. O jornal *Diário do Nordeste* de 27 de novembro de 2008 denunciou que as obras das usinas eólicas de Aracati estavam danificando a estrutura da igreja do Cumbe. A reportagem informa que o tráfego diário de pesados caminhões provocou danos ao pequeno templo. Os moradores reclamaram do barulho, poeira e mudança da rotina tranquila do lugar. "A chegada das empresas e suas toneladas de equipamentos de aço interferiram na rotina dos moradores, que várias vezes realizaram protestos, sob medo de que a fiação elétrica ocupasse áreas pertencentes à comunidade."[130] Os moradores afirmavam que, caso os caminhões não desviassem o caminho, de modo que a igreja não fosse mais prejudicada, iriam programar manifestações.

[129] Ibid. p.366.
[130] Obras de parque eólico danificam igreja no Cumbe. Jornal Diário do Nordeste, 27 de novembro de 2008.

Esse acontecimento, no entanto, foi apenas o estopim de vários protestos que seriam realizados no ano de 2009. O Jornal *Diário do Nordeste* de 10 de setembro de 2009 retratou a situação vivida pela população do Cumbe. Segundo a reportagem, os transtornos causados pelos caminhões fizeram com que a comunidade fechasse o acesso aos parques com troncos de carnaúba, impedindo que os veículos chegassem até a usina. A principal reivindicação dos habitantes era a melhoria das condições da estrada, que, conforme os relatos dos moradores, com a passagem dos caminhões emitia uma grande nuvem de poeira. Para diminuir esse incomodo, a empresa fazia a "aguação" da via, o que causava novo transtorno, pois transformava a estrada em um grande lamaçal. As imagens a seguir mostram a situação vivenciada pela comunidade.



Moradores interditam a estrada - Foto publicada no Jornal Diário do Nordeste, 10/09/2009.



Na faixa "A energia é limpa, sua instalação não" - Foto de João Luís.



Protestos na comunidade do Cumbe - Foto de João Luís.



Trânsito de caminhões e lama causada pela "aguação" na estrada que dá acesso ao Cumbe – Foto João Luis

Diante dos transtornos, as comunidades do Cumbe e de Canavieira, que estão no caminho para chegar até o parque eólico da Bons Ventos, elaboraram um documento intitulado: *Reivindicações das Comunidade do Cumbe e de Canavieira – Aracati/CE*. O texto é datado de 12 de setembro de 2009, nele, a população informa que fecharia a estrada por tempo indeterminado até que as reclamações dos moradores fossem atendidas. Conforme o relato, os principais problemas eram:

> Poeira, lama, transito de equipamentos pesados de máquinas comprometendo a estrutura física das casas, da única escola da comunidade, da histórica igreja católica, de acesso ao cemitério como também da destruição dos sítios arqueológicos, das dunas fixas e móveis, do aterramento de lagoas interdunares (comprometendo o aquífero que abastece a comunidade e o município de Aracati há mais de trinta anos), do barulho, e da mudança drástica da paisagem local sem nenhuma atuação dos órgãos acima citados. Graves e irreparáveis danos a saúde de crianças, jovens e adultos, sobretudo no que diz respeito a traumas causados pelo incessante movimento de veículos que desrespeitam os costumes locais e o sossego e afetam pela poluição sonora inclusive nas horas de sono e descanso da comunidade perturbando a rotina, e pelos inúmeros problemas respiratórios decorrentes do

> trafego é que estamos juntos cobrando providencias e soluções urgente, e exigindo;[131]

Após a descrição dos impactos causados pelo empreendimento, os moradores enumeraram algumas exigências para minimizar e compensar os danos originados pela passagem de veículos pesados na, até então, tranquila vila do Cumbe. A primeira e mais importante cobrança foi a construção e pavimentação da estrada que liga Aracati até o Cumbe, com asfalto ou paralelepípedo. Além dessa requisição principal, o documento solicitava, também: a restauração de casas, da escola e da igreja, que foram danificadas durante a instalação da obra; a construção de um museu, que no texto é denominado de Museu Arqueológico do Cumbe; a preservação e conservação dos sítios arqueológicos; a construção de postos de saúde e equipamentos para a comunidade (casa do artesão, casa da labirinteira, e um centro cultural); construção da ponte do Remanso; livre acesso as dunas, lagoas, praia, cemitério e aos sítios arqueológicos; recuperação de áreas impactadas pela carcinicultura; retirada das cercas das Áreas de Preservação Permanentes; compra de um barco escola; demarcação de trilhas ecológicas nas dunas, sítios arqueológicos, monumentos históricos e manguezais.

A comunidade, portanto, estava lutando pela permanência e subsistência do grupo no local. Nesse sentido, os vestígios arqueológicos passam a fazer parte do argumento para que o território em que construíram suas vidas, onde seus pais e avós foram criados, continue existindo. Não somente os espaços físicos, mas, sobretudo, as referências culturais despertadas por esses espaços de memória da comunidade que, como vimos no primeiro capítulo, são muitos e estão vivos.

Deste modo, preservar esses sítios, construir um museu de arqueologia, bem como, pavimentar a estrada ou construir um posto de saúde, são condições exigidas pelos moradores para que possam ter uma vida digna no lugar onde nasceram e cresceram. "Assim é que a preservação do patrimônio cultural, ao contrário do que comumente se pensa, não é apenas para o futuro, mas, sobretudo, para o presente, para o aqui e agora, pois ele ocupa lugar central nos processos de socialização e conflitos sociais" (FERREIRA,2008, p.86). Os moradores do Cumbe se interessam sobre o destino das mais de 40.000 peças coletadas em apenas alguns meses das dunas, onde estiveram por, pelo menos, seis séculos antes que a empresa Bons Ventos viesse se instalar nas dunas do local. Não são apenas artefatos arqueológicos, são peças que comprovam uma continuidade histórica de populações que subsistiram naquele local,

[131] Obtive esse documento por intermédio de José Correia, um dos entrevistados desse trabalho.

utilizando os mesmos recursos naturais de maneiras diversas ao longo de vários séculos, e que, de certa maneira, podem contribuir para que a comunidade reafirme seus laços com aquele território.

3.3. Arqueologia e patrimônio: para quê e para quem?

> Estabelecer o envolvimento da comunidade local nas diversas fases e ações executadas através do projeto arqueológico deve ser um objetivo a ser perseguido.(MORI et al., 2006, p.164).

Diante de todos esses acontecimentos envolvendo a implantação da usina eólica e a preservação do patrimônio arqueológico no campo de dunas, nesse tópico, abrimos espaço para pensar nos resultados das pesquisas realizadas em razão do resgate dos sítios que seriam diretamente impactados pela obra. O objetivo será perceber para quê e para quem esses vestígios estão sendo preservados.

Nesse sentido, o relatório final produzido pela equipe responsável pelo projeto de prospecção, datado de fevereiro de 2011, servirá como ponto de partida para a reflexão. Composto por três grossos volumes, o documento contém textos dos vários pesquisadores que participaram do projeto, inúmeras imagens dos sítios e dos vestígios arqueológicos, as fichas dos sítios no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), mapas e plantas dos assentamentos, enfim uma grande massa de informações a respeito do trabalho desenvolvido na área.

Não pretendemos realizar uma análise de todo o relatório, em primeiro lugar, porque muitos dados apresentados pelo mesmo só poderão ser compreendidos por um arqueólogo, o que não é o caso. Um segundo aspecto é que, devido o volume do relatório, a reflexão do documento teria como resultado não uma, mas seguramente várias outras pesquisas. Portanto, seguindo os objetivos traçados para esse trabalho, dois pontos importantes do texto deverão ser considerados. O primeiro deles será a conclusão final do relatório, ou seja, os resultados da pesquisa, o segundo, por sua vez, será o Programa de Educação Patrimonial. Escolhemos tratar desses dois aspectos, por entendemos que através das conclusões do Relatório Final podemos avaliar, ainda que de modo superficial, quais foram às informações obtidas a respeito dessas populações que habitaram a região? Através do Programa de Educação Patrimonial será possível identificamos o alcance desses resultados obtidos, ou seja, se a população do Cumbe efetivamente partilhou desse conhecimento produzido, e se ela tem condições de manter a preservação local e disseminar os dados das pesquisas arqueológicas.

A duração total do trabalho de Prospecção e Resgate foi de 35 meses, conforme informa o Relatório Final, ou quase três anos. Nesse período, foram realizadas diversas atividades: visitas preliminares para reconhecimento da área, pesquisa bibliográfica, a prospecção e resgate, trabalho de laboratório, envio de peças para serem catalogadas, promoção de palestras, etc. Somente o resgate e prospecção dos sítios que seriam diretamente impactados foram realizados em 12 meses, de março de 2008 até março de 2009. Durante esse tempo, foram encontrados 67 sítios arqueológicos nas dunas que cercam o Cumbe e coletadas 40.897 peças. Essas peças foram resgatadas de 14 sítios que seriam diretamente impactados pela obra, os demais, 57 sítios, foram apenas catalogados e estão disponíveis para pesquisas futuras, ou seja, permaneceram nas dunas. Importante lembrar que, por não haver local adequado para a guarda do material recolhido no estado do Ceará, os artefatos estão sob a guarda temporária do Museu Câmara Cascudo, a instituição é ligada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

As conclusões do Relatório Final estão condensadas no texto intitulado *Os Resultados das Pesquisas*. O documento tem nove páginas e procura fazer um apanhado geral dos vários trabalhos produzidos por arqueólogos, geógrafos, oceanógrafos, historiadores, pedagogos e outros profissionais. Deteremo-nos nas conclusões a respeito das informações obtidas através dos artefatos arqueológicos.

> Assim, ao longo de pelo menos 5000 anos de alterações paisagísticas e climáticas nossa área de estudo abrigou pelo menos quatro amplos horizontes de ocupação histórica e as duas ocupações de grupos de ceramistas agricultores que produziam e/ou utilizavam indústrias cerâmicas conhecidas na literatura arqueológica como "Tradição Tupiguarani" e "Fase Papeba. O quarto e últimos horizonte remete a povos caçadores, coletores e pescadores bem mais antigos, cujos únicos testemunhos que chegaram até os nossos dias são pedras lascadas, também conhecidas como líticos. Essa ocupação filia-se a povos e culturas que ainda estão por serem mais bem caracterizados na área em questão e dentro da própria arqueologia brasileira. [132]

Compreendemos, portanto, que quatro ocupações de períodos diferentes foram encontradas no local. A mais recente seria a ocupação histórica, que apresenta materiais que testemunham a chegada e permanência de colonizadores na região da Barra do Rio Jaguaribe, são moedas, pregos, louça, garrafas, etc. Em seguida, voltando no tempo, viriam os povos agricultores e ceramistas, os Tupis e Tapuias, a presença desses grupos

[132] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Municipio de Aracati, Ceará - Relatório Final de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico – Volume I – Tomo II. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Fevereiro de 2011. p. 547.

se fez notar pela diferença das peças cerâmicas que produziram. Por último, um grupo ainda mais antigo de povos caçadores, coletores e pescadores, que, segundo a conclusão do relatório, foi notado graças aos vestígios de pedra lascada, a caracterização dessa população, no entanto, ainda está por ser feita.

O relatório apresenta muitos outros dados bem mais detalhados sobre cada um dos sítios, informando que tipo de material foi encontrado em cada assentamento (cerâmica, lítico, malacológico, etc.), oferecendo inclusive tabelas bem elaboradas contendo a quantidade de cada tipo de artefato e localizando-os espacialmente mediante comparação intra e extra sítio. No entanto, o que importa perceber no momento é de que maneira esses resultados apresentados foram incorporados pela comunidade do Cumbe, como essas informações foram partilhadas e em que medida a população local tem capacidade para repassá-las?

Em muitos sítios, objetos de diferentes períodos foram encontrados no mesmo assentamento. As conclusões apresentadas pela equipe de Walter Morales apontam esse fato e explicam que isso dificultou a contextualização dos assentamentos.

> "Esse processo pós-deposicional, ao misturar vestígios de diversas épocas, acabou por comprometer seriamente as análises intra-sítios. Se não é possível diferenciar as áreas de cada ocupação humana, não podemos pensar no uso desses espaços e suas articulações sociais e organização".[133] Segundo o documento, a dinâmica dunar, que cobre e descobre o vestígio pela ação do vento, fez com que artefatos de diferentes horizontes de ocupação fossem encontrados em um mesmo sítio.

Essa questão problemática da dinâmica dunar, já havia sido colocada pela pesquisadora Verônica Viana no diagnóstico e na entrevista concedida para essa pesquisa, não como um impedimento para que fosse realizado o salvamento, mas sim, apontando a necessidade da pesquisa mais cuidadosa no local, que, segundo a arqueóloga, levaria muito mais tempo do que o exigido pela compatibilização com as obras de instalação da usina, pois, era preciso construir problemas e pensar em hipóteses sobre cada um dos assentamentos.

Lúcio Menezes Ferreira (2008) reflete a respeito da arqueologia de contrato argumentando que separar os processos de escavação, da fase de interpretação dos vestígios arqueológicos, por causa do curto tempo para a realização salvamento das peças, pode ocasionar perda das informações. "Em seu furor para 'resgatar' e preservar

[133] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Município de Aracati, Ceará - Relatório Final de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico – Volume I – Tomo II. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Fevereiro de 2011. p.552

artefatos para o futuro, a Arqueologia de contrato, animada por espírito salvacionista, tem se inclinado para a destruição planejada de sítios." (FERREIRA, 2008. p.86). Essa pressa em resgatar os sítios que seriam diretamente impactados, levando em conta as problemáticas ocasionadas pela dinâmica das dunas, teria provocado à destruição dos sítios arqueológicos, considerando a impossibilidade de um trabalho mais demorado que pudesse aliar a coleta do material com a interpretação desses sítios? É uma questão que deve ser colocada, mesmo que ainda não tenhamos repostas claras a respeito.

Importante destacar que, durante o trabalho de prospecção e resgate, a comunidade do Cumbe não foi incorporada, nenhum morador participou das fases do trabalho realizado pelos arqueólogos (diagnóstico, prospecção, resgate, limpeza de peças, etc.), a não ser por algumas informações que foram dadas aos pesquisadores na primeira fase de pesquisa de campo. Percebemos, através do processo arquivado na superintendência, através das reportagens e, principalmente, pelas entrevistas orais, que os habitantes do Cumbe e das redondezas não sabiam exatamente o que aqueles profissionais estavam fazendo nas dunas. Sobre ausência da comunidade nas escavações, João do Cumbe esclarece:

> Então, não tive acesso a essas pessoas, fui uma vez lá, apenas me informar quem era e se eles tinham autorização, aí foi quando eles disseram que tinham autorização do IPHAN pra fazer tudo aquilo ali, entendeu? Aí sei que é... é... chorei muito (risos), não vou mentir, quando soube disso, chorei bastante e, é... é... questionei porque não tinha pessoas da comunidade, se o ministério é... procurei o Dr. Alexandre do Ministério Público, que ele manda alguém de confiança pra saber, porque que assim, eu é....é... o que eu penso, que eles não queriam é... é... que esse material fosse encontrado... estivesse ali, porque aquilo era mais um empecilho pra adiar, entendeu,.... a.... o projeto dele, o parque de energia eólica deles, que quando fechamos por 19 dias, eles diziam: "Ah, vocês tão dando um prejuízo muito grande pra nós.", e a gente dizia: "E nós, a comunidade? Num tá no prejuízo também não? Vocês só pensam em vocês? E nós? Olha aqui a nossa situação...[134]

Não existe na legislação do patrimônio arqueológico algo que obrigue o arqueólogo a incluir a comunidade durante o trabalho de pesquisa[135], contudo, vários projetos que incorporaram as populações que habitam no entorno dos sítios arqueológicos, comprovam que essa atitude, além de formar as populações locais para continuar a ação de preservação e conservação desse patrimônio, contribui para que

[134] Entrevista com João do Cumbe, cedida a autora em 17 de dezembro de 2011.

[135] A carta de Lausanne recomenda que as "populações autóctones", participem da proteção e conservação desses bens. "A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é portanto, um elemento importante de "conservação integrada".

essas pessoas disseminem o conhecimento obtido depois que a equipe de arqueologia terminar a pesquisa. O arqueólogo Rossano Lopes Bastos (2007) lembra que a participação da comunidade no processo da pesquisa arqueológica é fundamental, e que a equipe de arqueólogos deve realizar um diálogo constante com as populações do entorno dos sítios, pois, somente essa comunicação entre pesquisadores e comunidade será capaz de envolver a comunidade na preservação da área.[136] Assim, uma das medidas mais eficientes de Educação Patrimonial não foi realizada durante o salvamento dos sítios que seriam impactados na área.

O Programa de Educação Patrimonial realizado pela empresa Arqueologia Brasil foi executado entre junho de 2008 e maio de 2010. Conforme o relatório final as ações de educação patrimonial foram: palestras nas escolas públicas e privadas para 1.601 participantes, reuniões com órgãos públicos (Prefeitura do município de Aracati, Iphan-CE, Ministério Público Federal e Estadual), matérias publicadas da imprensa (jornais, rádios, TVs), publicação da cartilha didática "Arqueologia nas Dunas: o passado de Canoa Quebrada Aracati e Cumbe, município de Aracati, Ceará" e por fim, a publicação do cordel "Arqueologia no Ceará em literatura de cordel".

Segundo o relatório final, essas atividades foram orientadas pela ideia de "Arqueologia Pública", que os arqueólogos responsáveis pelo projeto definem como:

> "A esse conjunto de mudanças decorrente do aumento no volume dos trabalhos e da visibilidade da profissão em escala mundial, que propiciou o envolvimento com a sociedade e preocupação com o retorno social dos conhecimentos adquiridos, foi dado o nome de "Arqueologia Pública."[137]

Por tanto, as ações educativas deveriam ser orientadas pelo retorno social dos conhecimentos adquiridos e pelo envolvimento da comunidade com o trabalho da arqueologia. Vejamos como foram desenvolvidos os trabalhos.

As palestras foram ministradas para um número considerável de alunos. O público dessas apresentações foi formado principalmente por crianças na faixa etária de

[136] Nesse mesmo artigo Rossano Bastos citam um o Projeto de Pesquisas Arqueológicas e Históricas de Sedford, que segundo ele participaram entre 50 e 75 voluntários da comunidade. Conforme seu relato essa participação "primeiro, levou uma ampla parcela da população a apreciar o 'contato com o passado'; segundo, o entusiasmo local assegurou a continuidade das pesquisas, inclusive em termos de financiamento; terceiro, a recuperação do patrimônio tornou-se um processo vivo, no qual uma grande variedade de interesses e perspectivas enriqueceu o encaminhamento da pesquisa arqueológica." (BASTOS: 2007, p.300).

[137] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Município de Aracati, Ceará - Relatório Final das Atividades de Educação Patrimonial e Plano de Gestão – Volume I – Tomo III. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Março de 2011. p.08.

8 a 14 anos. Várias escolas foram visitadas pelos palestrantes, porém durante o mês de junho de 2008 o programa de educação patrimonial da equipe de Walter Morales, atendeu as escolas no Circo Zumbi[138]. As palestras realizadas no circo tiveram como diferencial apenas o fato dos alunos serem recebidos por uma dupla de palhaços que, entre brincadeiras e cantorias, apresentava o assunto a ser tratado, além disso, no final, as crianças que assistiram à palestra no circo ganharam um picolé.

O teor dessa apresentação, no entanto, foi o mesmo para quem assistiu no Circo Zumbi ou nas sedes das escolas. O objetivo das palestras foi "esclarecer as comunidades e prover o retorno, de forma acessível, das informações obtidas durante a pesquisa arqueológica."[139]. As apresentações foram feitas em formato de slides, ao todo em cada palestra foram apresentados 60 slides, todos eles continham uma imagem ao fundo.

O conteúdo dos slides oferecia uma grande quantidade de informações, que foram repassadas em cerca de 1 hora e 30 minutos por encontro. Os temas abordados foram: legislação arqueológica, a usina eólica, noções básicas de arqueologia, diferenciação entre arqueologia e paleontologia, tipos de sítios e vestígios arqueológicos, os sítios encontrados nas dunas do Cumbe (os slides falam pouco sobre esse assunto e chamam atenção para os vestígios malacológicos, uma particularidade dos assentamentos litorâneos), noções de patrimônio cultural (material, imaterial e natural), patrimônio tombado e centro histórico de Aracati, importância da preservação do patrimônio cultural como um todo, dados do diagnóstico, da prospecção e resgate dos sítios encontrados nas dunas.

O calhamaço de informações apresentadas e o conteúdo dessas informações, envolvendo conceitos e abstrações que muito provavelmente essas crianças nunca tiveram contato, nos leva a refletir a eficácia das palestras. Chamou-nos atenção o fato dessas crianças e adolescentes ficarem concentradas durante 1 hora de 30 minutos para assistirem a esses slides. Com relação a esse aspecto, o relatório final esclarece:

---

[138] O Circo Zumbi é um projeto de educação patrimonial que já existia no município de Aracati, antes da chegada da equipe que estava responsável por realizar as palestras sobre o patrimônio arqueológico da área. O projeto tem uma sede no centro de Aracati em formato de lona de circo onde realiza atividades lúdicas voltadas para disseminação do patrimônio cultural da cidade de Aracati. Além das atividades na sede, o programa também possui um ônibus que realiza um circuito pela cidade visitando o centro histórico tombado de Aracati. Vale lembrar que a cidade de Aracati fica a 12 km do sítio Cumbe, e que dessas atividades no circo as crianças da comunidade do Cumbe e de Canavieira não estiveram presentes.

[139] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Municipio de Aracati, Ceará - Relatório Final das Atividades de Educação Patrimonial e Plano de Gestão. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Março de 2011.p. 86.

> "Em todas as palestras surpreendeu-nos, além das perguntas inteligentes, a atenção prestada pelos alunos. Durante os 90 minutos que durava a apresentação tínhamos um ambiente calmo, com crianças sentadas, quietas, ouvindo com atenção as informações que eram passadas a partir da visualização dos slides."[140]

De fato, impressionante e digno de nota, não pelas perguntas inteligentes, mas pela quietude do público, na medida em que esse silêncio não significa necessariamente que o objetivo tenha sido atingido.

A educação patrimonial, tanto nos projetos de arqueologia, quanto nos projetos voltados para a valorização do patrimonial cultural, é uma questão que recentemente vem sendo institucionalizada pelo Iphan. Ainda nas primeiras fases do órgão, Rodrigo de Melo Franco de Andrade apontava a importância da educação para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, para Rodrigo era preciso que a população reconhecesse a importância do patrimônio cultural brasileiro, e para isso, era necessário que a equipe técnica do Iphan, através de cursos e publicações, repassasse esse conhecimento, para que os moradores do entorno dos bens tombados fosses capazes de compreender a sua importância e preservá-los.[141] Importante lembrar que, nesse momento da instituição, o patrimônio a ser protegido era principalmente o patrimônio edificado, ou os monumentos de excepcional valor histórico, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, etc.

Já na década de 70, na administração de Aloísio de Magalhães, com a Fundação Nacional Pró-memória (FNpM), a educação patrimonial é entendida não apenas como uma informação a repassar para o público-alvo, mas sim, como algo a ser produzido em diálogo com a população diretamente interessada na preservação do seu patrimônio cultural. Nesse momento, o patrimônio cultural imaterial, as danças, modos de fazer, os costumes e as manifestações culturais como um todo, são considerados patrimônios que devem ser preservados.

A população passa a ser chamada a tomar as decisões sobre como e o que preservar, contudo, não havia um setor na estrutura do Iphan, que fosse responsável por projetos voltados para a educação patrimonial. Somente em 2004, quando da reestruturação do órgão, foi criada a Gerência de Educação e Projetos, ligada a

[140] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Municipio de Aracati, Ceará - Relatório Final das Atividades de Educação Patrimonial e Plano de Gestão. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Março de 2011.p. 52.

[141]"Entretanto, as publicações às quais se refere Rodrigo são, em sua maioria, artigos e estudos extremamente técnicos, muito distantes da identificação – e até compreensão – da maioria da população brasileira. (OLIVEIRA, 2011. p.32.)

Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural-Cogeprom. Em 2009, a Cogeprom passou Departamento de Articulação e Fomento (DAF) e a Gêrencia de Educação e Projetos passou a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), no entanto, conforme o trabalho de Cléo Alves Pinto de Oliveira, "não houve articulação política para definição e fortalecimento da área. Na verdade a Ceduc não existe oficialmente, pois não está explícita na estrutura do DAF como tal, mas sim definida como coordenação, genericamente." (OLIVEIRA, 2011.p.28).

Após essa pequena explanação a respeito da educação patrimonial no Iphan, retornamos ao nosso foco, o Programa de Educação Patrimonial realizado por Walter Morales e financiado pela empresa Bons Ventos. As palestras foram ministradas para cerca de 1600 alunos, no entanto, nos perguntamos até que ponto essa atividade não está permeada pela ideia de educação que ainda remete aos primeiros anos da atuação do Iphan, ou seja, a concepção de que para se preservar o patrimônio cultural, é preciso conhecer, e para conhecer basta repassar conhecimentos para um público que deve ouvir e aprender. Nesse sentido de educação, não é levado em conta o conhecimento anterior que a comunidade tem com o material a ser preservado, mesmo que esse conhecimento não seja cientificamente elaborado.

Conforme o relatório final "O atendimento à legislação, somado à existência de cidadãos conscientes de que as ações destrutivas são ilegais e diminuem a herança cultural deixada para todas as pessoas, vão refletir na diminuição dos impactos sobre os sítios arqueológicos e o patrimônio cultural."[142] Apenas o conhecimento da ilegalidade das ações destrutivas é capaz de manter o patrimônio cultural do Cumbe preservado? Como conscientizar a população de que aqueles objetos, que foram produzidos há séculos atrás, fazem parte da sua herança cultural?

Como vimos ao longo desse trabalho, os moradores do Cumbe, desde a infância, se relacionam não só com os bens arqueológicos, mas com o território onde habitam e desenvolvem suas práticas culturais. Portanto, nos perguntamos se, ao invés de tentar abarcar um número expressivo de crianças de todo o município de Aracati com palestras de 1hora e 30 minutos, não seria bem mais produtivo um programa que capacitasse jovens da comunidade do Cumbe para que eles pudessem realizar as palestras, bem como, visitas aos sítios, enfim ações que dariam continuidade depois que

[142] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Municipio de Aracati, Ceará - Relatório Final das Atividades de Educação Patrimonial e Plano de Gestão. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Março de 2011.p. 9.

a equipe contratada terminasse o trabalho. Ulpiano Bezerra de Menezes nos alerta que um programa de educação patrimonial deve ser voltado não para o repasse de conteúdos, mas sim para criar condições de aprendizagem e continuidade de compreensão desses conteúdos.

> Em outras palavras, educar é promover a autonomia do ser consciente que podemos ser – capazes de proceder a escolhas, hierarquias alternativas, formular e nos guiar por valores e critérios éticos, definir conveniências múltiplas e seus efeitos, reconhecer erros e insuficiências, propor e repropor direções. É indispensável lembrar que, sem autonomia, não pode haver auto-estima.(MENEZES, 2007, p.50).

Importante esclarecer que não estamos com isso invalidando as palestras realizadas, no entanto, acreditamos que um programa que estivesse voltado não somente para a divulgação da arqueologia e do trabalho que estava sendo realizado, mas também para a formação de jovens da região, seria um projeto multiplicador e não teria fim com o termino das palestras. Nesse sentido, a Arqueologia Pública, deve estar preocupada em garantir o retorno social sim, contudo, esse retorno somente será efetivo se a comunidade for capaz de dar continuidade, não apenas a preservação, mas também ao conhecimento e a pesquisa daquele bem cultural, ou seja, quando a população é incorporada no processo desde o inicio, torna-se capaz de refletir e produzir conhecimento a respeito dos artefatos arqueológicos. Ulpiano Bezerra de Menezes chama atenção para o perigo da ideia de devolução do conhecimento arqueológico, como se o arqueólogo tivesse uma obrigação contábil com a sociedade.

> Isso é apenas um argumento a mais, seguramente um reforço, nunca a raiz da responsabilidade social, que é de natureza política (dever de criar condições para a fruição pública de um bem público, de ampliar os beneficiários e aprofundar as formas de fruição). Em consequência todos temos a obrigação, não de devolver algo recebido, mas em qualquer caso de socializar o conhecimento arqueológico produzido.[143]

Além das palestras, duas publicações foram escritas pela equipe responsável pela prospecção e resgate dos sítios arqueológicos do Cumbe, e conforme consta no relatório final, foram consideradas parte do Programa de Educação Patrimonial. A primeira delas foi uma cartilha intitulada *Arqueologia nas Dunas: o passado de Canoa Quebrada e Cumbe município de Aracati, Ceará*[144], a cartilha foi elaborada pelos arqueólogos

[143] MENEZES. Ulpiano Bezerra de. *Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia.* In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. . nº 33. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. 2007.p.55.
[144] O conteúdo da cartilha pode ser consultado nos anexos desse trabalho.

Walter Morales e Flávia Prado Moi. Não encontramos no processo dados a respeito da tiragem e do público alvo dessa publicação. Segundo o Relatório de Atividades III, o objetivo da distribuição da cartilha foi:

> (...) fornecer à população conceitos básicos de arqueologia e apresentar uma pequena parcela de trabalho realizado em prol da salvaguarda do patrimônio arqueológico existente na área de implantação dos parques eólicos Bons Ventos, Canoa Quebrada e Enacel. As cartilhas serão distribuídas por pesquisadores da Arqueologia Brasil, que estarão mais uma vez à disposição da população para tirar dúvidas.[145]

No nosso entendimento, o objetivo e o conteúdo da cartilha não são diferentes do material apresentado durante as palestras. Na publicação de trinta páginas (rica em imagens dos sítios arqueológicos da região e imagens dos vestígios resgatados nesses sítios), são abordados os mesmos temas das palestras. Novamente, as pesquisas arqueológicas na área são explicadas em função da instalação do parque eólico na região, porém, ao contrário dos slides, na cartilha não fica explícito que a empresa está cumprindo uma determinação legal, inclusive, na contra capa da publicação, estão presentes apenas os logos da empresa Bons Ventos, da Arqueologia Brasil (do arqueólogo Walter Morales), da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Museu Câmara Cascudo. A sigla Iphan aparece em nota explicando o seu significado, e informando que é o órgão ligado ao Ministério da Cultura responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Antes de ser impresso, o material não foi avaliado pela superintendência do Iphan no Ceará.

Além do fato de não ficar claro na cartilha que todas as ações de preservação realizadas pela equipe de Walter Morales foram uma obrigação da empresa Bons Ventos, as pesquisas realizadas na região ocuparam um espaço pequeno no texto, somente na página 21 que o território de Aracati começa a ser abordado, nesse curto espaço não foi falado sobre a quantidade de sítios resgatados, bem como não foi dada nenhuma informação a respeito dos sítios que continuam nas dunas do local. Também não estão presentes na cartilha a quantidade de peças resgatadas (mais de 40.000), e a informação de que essas peças estão sob a guarda temporária no Museu Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte. Por último, a cartilha comunica que ao final das pesquisas deverá ser entregue ao Iphan, à comunidade e à Bons Ventos um Plano de

[145] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Municipio de Aracati, Ceará - Relatório Final das Atividades de Educação Patrimonial e Plano de Gestão. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Março de 2011.p. 152.

Gestão Arqueológica. Segundo o documento, uma das recomendações mais importantes desse plano:

> (...) é que os vestígios arqueológicos não sejam coletados pelos moradores e /ou turistas. Cada fragmento, por menor que seja, deve ser deixado em seu exato lugar, pois pela sua natureza esse Patrimônio Arqueológico é um recurso não renovável integrado ao ambiente que precisa ser preservado para as gerações futuras.[146]

Se, como vimos, é preciso conhecer para preservar, fico me perguntando se de fato foi possível conhecer e reconhecer esse patrimônio através das palestras e da cartilha apresentada à comunidade.

A segunda publicação realizada pela empresa Arqueologia Brasil foi um livro em formato de literatura de cordel[147] intitulado: *Arqueologia no Ceará em Literatura de Cordel*[148], os autores são Klevisson Viana e Arievaldo Viana, cordelistas conhecidos do público cearense. Assim como a cartilha, não encontrei no processo dados a respeito da tiragem, do público alvo e da distribuição do mesmo, além disso, o cordel também não foi aprovado pela equipe do Iphan/Ce antes de ser publicado e distribuído.

O folheto possui 16 páginas e ilustrações em xilogravuras, foi impresso em dezembro de 2009 e, em forma de versos, trata de vários assuntos como: o que é arqueologia? O que é um arqueólogo? Como foram encontrados os sítios arqueológicos na região? A autorização do Iphan para as pesquisas, quem eram as populações pré-históricas e históricas que produziram esses artefatos? Dentre outros assuntos, fica evidente que a proposta do cordel é informar o público geral a respeito do patrimônio arqueológico da região, através de uma linguagem popular que atinja a maior parte dos moradores da área. Contudo, sérias afirmações comprometem o conteúdo do livreto. Mais uma vez, observamos a ausência da legislação no texto e, portanto, ausência da informação de que a empresa estava cumprindo uma determinação legal ao preservar o patrimônio arqueológico local. Algumas estrofes são emblemáticas:

> Tudo isso aconteceu/ A pedido da Bons Ventos/ Uma empresa responsável/ De profissionais atentos/ Não podiam ignorar/ Tantos acontecimentos.(VIANA;VIANA, 2009, p.4)
>
> Aracati tem a força/ Dessa paisagem bucólica/ Contrastando com o prédio/ E a antena parabólica/ Para crescer necessitamos/ Da boa energia eólica. (VIANA;VIANA, 2009, p.6)

[146] MORALES, Walter; MOI, Flavia Prado. Arqueologia nas Dunas: o passado de Canoa Quebrada e Cumbe – Município de Aracati, Ceará. Arqueologia Brasil, s/d.p.30

[147] Literatura de Cordel é um gênero literário popular, em que histórias orais são contadas através de rimas e impressas em folhetos. Geralmente os poemas vêm acompanhados por ilustrações em xilogravuras que é um tipo de gravura feita na madeira e depois impressa no papel.

[148] O livreto pode ser consultado nos anexos desse trabalho.

> Porém, esta novidade,/ Nada vai prejudicar/ Das riquezas nesse lugar/ Os arqueólogos precisam/ Todo terreno estudar.
> Essas modernas usinas/ Usando a força do vento,/ Que move os maquinários/ Instalados a contento/ Irão gerar energia/ Que traz desenvolvimento. (VIANA;VIANA, 2009, p.8)
> Parabéns a Bons Ventos/ Essa atitude é notória/ Pois a energia eólica/ Representa uma vitória/ Ao mesmo tempo que faz/ O resgate da história.(VIANA;VIANA, 2009, p.16)

É perceptível no texto a exaltação da empresa Bons Ventos, que, segundo o livreto, teria sido a grande responsável pelas pesquisas na área. A energia eólica é colocada como fator de desenvolvimento local, sendo enfatizado que a implantação da usina não deverá causar danos aos sítios arqueológicos. Nesse sentido, é preciso refletir a respeito da maneira como a empresa foi apresentada nessas ações de educação patrimonial. Conforme observa Denise Schann (2007), o empreendedor que paga o programa de educação patrimonial é o mesmo que extingue os sítios arqueológicos, não podemos perder de vista que essas ações preservacionistas estão sendo levadas a cabo por determinações legais, ou seja, por força da lei, e que a maior preocupação do empreendedor é construir seu empreendimento e lucrar o máximo possível com ele. "Caso o educador não assuma uma postura crítica – afinal, a quem serve a arqueologia que se faz aqui? – corre o risco de estar produzindo relatórios e cartilhas para inglês ver" (SCHANN, 2007.p. 125). Desta forma, talvez o cordel tenha melhorado a relação entre a comunidade e a empresa, no entanto, esse não deveria ser um objetivo da publicação, portanto é preciso que o Iphan fiscalize e acompanhe as ações de educação que são executadas pelos projetos de salvamento, pois, sem dúvida, em muitos casos as atividades estão permeadas por conteúdos que não contribuem para o diálogo e empoderamento das populações nativas.

A comunidade do Cumbe também produziu um cordel a respeito da implantação da usina no local. Os versos não foram publicados em papel e nem distribuídos para toda a comunidade como o livreto patrocinado pela empresa Bons Ventos. O cordel do Cumbe foi escrito por João Luis Joventino, o "João do Cume" já citado nesse trabalho, e divulgado no blog *Comunidade Sítio Cumbe*. Tem como título: *A Briga pelos Ventos*, e foi publicado em junho de 2010, ou seja, seis meses depois da publicação do cordel distribuído pela Bons Ventos. O documento, sem dúvida, é uma resposta ao livreto publicado pela empresa. O texto narra a chegada e instalação da usina na região, e, ao contrário do primeiro cordel, em que os conflitos e contradições são deixados de fora, nesse segundo poema o tom é de denúncia.

O cordel *A briga pelos Ventos* começa falando sobre as promessas da empresa: aumento de emprego e renda na região, construção da estrada, melhoria da saúde e da educação, contudo o texto alerta "Até hoje só comemos/ poeira de caminhão."[149] As estrofes lembram os problemas causados pela instalação da usina: poeira, lama, barulho, rachaduras nas casas, escola e igreja, velocidade dos caminhões na estrada, etc.

Conforme o cordel, dentro da comunidade havia discordâncias, nem todos acreditavam que a usina eólica iria ser prejudicial para o Cumbe "Mais tem na comunidade/ A turma da situação/ Que tudo está bom/ O parque vai ser bom/ Para a nossa população." A narrativa continua e dá conta de uma série de acontecimentos, como o fato da Bons Ventos ter contratado uma empresa, a Via de Comunicação, que deveria ir de casa em casa ouvindo as reclamações dos moradores, e que, segundo o texto: "Mais queria enganar/ Toda a população.".[150] As críticas a usina eólica não param por ai, no cordel são abordadas as festas com palhaços, picolé, bolo, sanduiche e refrigerante, organizadas pela Via de Comunicação. Para o autor do texto, essas atividades estavam "Tentando nos comprar/ Esta é a (re) colonização/ Que acabava de chegar."[151]

João do Cumbe fala sobre os danos causados às dunas e aos sítios arqueológicos que, há séculos, estavam no local. Segundo o autor: "As dunas guardam/ Tesouros da nação/ Seus sítios arqueológicos/ Comprovam a civilização/ Que habitou essas áreas/ Primeira da região."*[152]* Para ele, os sítios arqueológicos foram os mais prejudicados e o Iphan "nada fez" para reverter à situação. O autor narra como foi o processo para a pesquisa arqueológica, desde o parecer desfavorável no diagnóstico, até a contratação de novo arqueólogo e autorização do Iphan para a prospecção e resgate. O texto descreve os materiais encontrados nas dunas e chama atenção para a importância desses artefatos. Por fim, o documento apresenta mais uma reivindicação, um último e legítimo desejo da comunidade, que seja construído um museu no Cumbe:

> O Cumbe então se tornaria/ Um grande museu aberto/ Fonte de muitas pesquisas/ Tombado como certo/ Tornando-se pioneiro/ No Ceará de um projeto. Hoje essa situação/ Está difícil de acabar/ Levaram todo o material/ Para fora do Ceará/ Queremos a nossa história/ De volta para o lugar. Queremos um museu/ No Cumbe para guardar/ Todo esse material/ Que está

[149] Literatura de Cordel: A Briga dos Ventos. Disponível no endereço: http://comunidadesitiocumbe.blogspot.com.br/. Acessado em 11/10/12.
[150] Ibid.
[151] Literatura de Cordel: A Briga dos Ventos. Disponível no endereço: http://comunidadesitiocumbe.blogspot.com.br/. Acessado em 11/10/12.
[152] Ibidem.

> fora do Ceará/ É o que deve ser feito/ Para a história não acabar. Bons Ventos e prefeitura/ Chega de nos enrolar/ Construa logo esse museu/ Primeiro do Ceará/ Símbolo da resistência/ Do povo deste lugar. Essa energia "LIMPA"!/ Nós não vamos usar/ Utilizaram nosso dinheiro/ Para nos expulsar/ Das nossas comunidades/ Do litoral do Ceará.[153]

Por meio do cordel produzido por um morador do Cumbe, e de vários outros documentos já citados nesse trabalho, foi possível perceber as contradições e paradoxos durante o processo de instalação da usina no local. O cordel chama atenção para uma série de impactos que não geram apenas impactos físicos, mas produzem transformações no modo de vida dessas populações. Nesse sentido, a arqueologia acaba sendo utilizada por essa população como mais uma bandeira de luta. E essa luta não é somente pela fruição do conhecimento arqueológico produzido na área, mas é também, pela posse de um território litorâneo que está em constante disputa, e que vem sendo amplamente ocupado por empreendimentos variados: resorts, hotéis de luxo, fazendas de camarão, usinas eólicas, etc., e seus moradores, membros de comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e manutenção do seu modo de vida, que são obrigados a sair do seu lugar de origem. Conforme observa Lucio Menezes Ferreira:

> Daí que para esses grupos nativos, a repatriação dos bens culturais é parte integrante dos conflitos pela terra, cidadania e igualdade de direitos. Eles não separam seu interesse na herança cultural e na História de outros elementos de sua vida; desejam o controle de seus acervos arqueológicos como estratégia para a luta por justiça social, autodeterminação e soberania. Trata-se, para eles, de fundar um ponto de vista nativo da História, capaz de limpar a crosta de estereótipos despejadas em suas identidades culturais pelas narrativas coloniais.[154]

Assim, podemos questionar, se o patrimônio arqueológico não estiver a serviço das comunidades do seu entorno, e não for democraticamente compartilhado, para que serve a sua preservação? Deverá ser um bem consumido e apropriado somente por uma elite de cientistas?

O fato é que os 14 sítios que seriam diretamente impactados pelas obras da Usina Eólica da empresa Bons Ventos S/A foram resgatados, que mais de 40.000 peças arqueológicas foram levadas para a guarda temporária no Museu Câmara Cascudo, e que o Programa de Educação Patrimonial não primou pela participação e inclusão da comunidade próxima aos sítios. Nesse sentido, é necessário refletirmos a respeito da

[153] Ibidem.
[154] FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio, Pós-colonialismo e Repatriação Arqueológica. Revista Ponta de Lança, São Cristovão v.1, n.2, abr.-out. 2008.p. 45.

condução desses processos de arqueologia no país, sobre o papel do Iphan e sobre que educação patrimonial que queremos. Vamos continuar admitindo as palestras e cartilhas "para inglês ver"? É necessário refletir sobre mudanças na condução e execução das ações de educação patrimonial, nos processos de arqueologia de salvamento.

No caso específico do Cumbe é o momento de pensarmos em soluções possíveis. Como veremos a seguir, um dos sítios arqueológicos foi impactado e esse acontecimento gerou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que deverá ser firmado entre a usina eólica e o Iphan. Esse documento é uma oportunidade de minimizar e compensar, não apenas os danos causados aos sítios arqueológicos, mas todos os outros impactos ao patrimônio cultural do Cumbe.

3.4. Soluções possíveis: caminhos para a preservação local

> Por fim, cabe a inclusão do instrumento de Educação Patrimonial por meio de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, recurso administrativo utilizado pelos órgãos públicos, sobretudo Ministério Público. Ele pode ser exigido como uma medida compensatória nos casos de licenciamento ambiental, quando o empreendimento de alguns particulares causarem ou puderem causar impacto na região do patrimônio arqueológico. O recurso à Educação Patrimonial como uma das formas de compensação é essencial para que o TAC não seja algo datado, mas traga repercussões positivas para a comunidade (VASCONCELOS, 2009, p.344).

Os impactos causados ao sítio arqueológico Cumbe 03 foram ocasionados pelo cabeamento de fibra ótica no referido assentamento. Conforme os relatos da equipe que monitorava a obra, essa operação não estava prevista no projeto inicial da usina eólica, portanto, não foi possível prever que os danos seriam causados. A inserção dos cabos afetou entre 10 e 15% da área total do sítio, e foi avaliada como impacto de média magnitude. O fato é que o cabeamento: "(...) contribuiu para a perturbação dos vestígios, e, consequentemente para descaracterização de parte das evidências desse sítio unicomponencial cujos vestígios cerâmicos apresentavam características associadas à tradição Tupi."[155]

Esse acontecimento provocou a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que deverá ser assinado em breve entre a empresa Bons Ventos S/A e o

[155] MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado; VIVA, Luiz Augusto. Programa de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel, UEE Canoa Quebrada, Municipio de Aracati, Ceará - Relatório Final de Prospecção e Regate do Patrimônio Arqueológico – Volume I – Tomo II. Arqueologia Brasil, Ilhéus/BA, Fevereiro de 2011.p.542.

Iphan, no momento, o documento está passando por uma análise da Gerência de Patrimônio Natural e Arqueológico (GEPAN) em Brasília.

Conforme chama atenção Larissa Batista Vasconcelos (2009) no texto que abre esse tópico, o TAC é uma oportunidade para por em prática ações de Educação Patrimonial. Essas iniciativas de educação podem e devem ser exigidas como medidas compensatórias, segundo a autora, realizar essas ações faz com que o conhecimento produzido a partir da pesquisa arqueológica na área tenha continuidade. Nesse sentido, a Educação Patrimonial é uma ferramenta importante, na medida em que prepara agentes locais para realizar o trabalho de preservação depois que a equipe de arqueologia finalizar suas atividades.

Na minuta do TAC que será firmado com a usina eólica que impactou um dos sítios dunares, estão listados as medidas que devem ser cumpridas pela empresa em até 30 meses após a assinatura do documento. A empresa se compromete, após a assinatura do documento, a doar o valor de um terreno para que a Associação de Moradores do Cumbe e Canavieira compre o local para a construção de um museu que deverá guardar e expor os materiais resgatados no entorno do Cumbe, além de outros objetos e temas que contam a história do lugar (foram feitas três sugestões de terrenos, indicados pela comunidade e avaliados pela equipe técnica do Iphan); contratar uma equipe multidisciplinar que deverá elaborar e executar o projeto de construção do museu, o programa museográfico, o programa museológico e educativo, conforme o programa prévio de necessidades elaborado pelo Iphan; apresentar e executar Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico dos sítios que não foram resgatados; realizar estudos arqueológicos em pelo menos dois sítios de maior relevância, conforme critérios técnicos do Iphan (essas pesquisas devem incluir a participação dos moradores do Cumbe e ser apoiado por uma instituição universitária reconhecida na área de arqueologia); realizar projeto de sítio escola com no mínimo 5 grupos diferenciados, cada grupo deve realizar pelo menos 3 encontros (os bugueiros deverão ser incluídos); elaborar uma cartilha de acordo com as orientações do Iphan, que deverá ser distribuída ao público das oficinas; por último, o arqueólogo deverá publicar artigo científico em revistas especializadas de arqueologia, história ou geografia.

Por meio do TAC é possível percebemos que algumas questões, como a exigência de elaboração do Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico remanescente, demonstram o quanto o projeto de prospecção e resgate elaborado por Walter Morales foi executado as pressas, sem o devido tempo para

apresentar resultados mais consistentes, pois no TAC estão sendo solicitadas ações que já deveriam ter sido cumpridas pela equipe que realizou a pesquisa.

O TAC, portanto, representa uma nova oportunidade de inclusão da comunidade local no processo de decisão sobre o que, como e para quem preservar. Duas atividades propostas pelo documento reforçam essa possibilidade. A primeira delas é a inclusão dos moradores na pesquisa de pelo menos dois sítios arqueológicos. Essa iniciativa deve proporcionar a formação de futuros guias do museu, ou pessoas que poderão acompanhar e coordenar visitas aos sítios arqueológicos, e ainda organizar palestras e oficinas a respeito daquele patrimônio local. Conforme aponta Larissa Batista Vasconcelos (2009), a apropriação pela população do conhecimento produzido pela pesquisa arqueológica só será possível com ações de educação patrimonial. Em suas palavras:

> Não se trata, todavia, do antigo modelo educacional que transfere informações e acomoda, mas uma educação dialógica, capaz de inserir o homem em seu processo histórico. Um homem que antes era um mero objeto da história e deve passar a ser sujeito, sobretudo, sujeito de sua história, participando ativamente das decisões que podem repercutir em sua vida. (VASCONCELOS, 2009, p.335).

O Iphan também parece rever suas ações através das medidas solicitadas no TAC, pois todos os documentos exigidos pelo termo deverão ser aprovados pelo órgão antes de serem executados. Com essa atitude, será possível evitar, por exemplo, que a cartilha aplicada ao público das oficinas se transforme em veículo de marketing da empresa, ou que a comunidade não esteja incluída no processo de pesquisa dos sítios arqueológicos.

A segunda iniciativa que deve possibilitar a participação da comunidade no processo de preservação dos bens arqueológicos da área será a construção do Museu do Cumbe. É importante salientar que a proposta do museu foi uma reivindicação da comunidade, que, excluída do processo de pesquisa que resgatou os mais de 40.000 artefatos do local, viu na oportunidade de guarda e exposição desses objetos um momento propicio para se apropriar do conhecimento proporcionado pela fruição desses vestígios arqueológicos. Desta forma, compreendemos que assim como os moradores devem participar da pesquisa arqueológica, eles devem também participar ativamente do processo de construção, da proposta museológica e museográfica desse local de guarda. Nesse sentido, abrimos espaço nas nossas entrevistas para questionar o que a comunidade pensa que deve estar no museu.

> (...) o que não tem remédio, remediado está, com relação a instalação do parque né, nós estamos falando aqui da possível valorização do acervo cultural da região, eu acho que a possibilidade de termos um espaço no Cumbe, guardião desse acervo, e que fosse uma referência desses valores no dentro do Cumbe seria uma grande conquista para a comunidade. (...) poderia ser abrangente abrigando as outras atividades culturais e próprias da região, o artesanato, né? Ser um... a manutenção do próprio labirinto na região que tem várias fases, assim esquecidas tratadas com descaso, eu acho que o Cumbe merece um... a sala da labirinteira e não sei se é viável a possibilidade de agregar junto ao museu arqueológico, outras atividades culturais da comunidade, com apresentação de documentos, de relíquias da comunidade, de personalidades, né, diz que a memória do brasileiro é fraca, eu acho que a do Cumbe é fraquíssima.[156] (...) que é mais justo, é que na comunidade, no Cumbe, entendeu, que esse material que se encontra no estado do Rio Grande do Norte retornasse para o Ceará, que isso é nossa história, é... e que fosse construído um espaço na comunidade comunitário, onde a comunidade pudesse gerir, né,,, colocar um pouco da sua história, seu artesanato, a culinária pros visitantes que viessem, então essa é... é... a nossa intenção maior, esse é o nosso projeto. [157] (...) essa sala estando aqui no Cumbe ia trazer muito mais gente pra poder também conhecer né, sem contar com a importância que, eu conversava muito com João quando ele estava aqui, dizendo que essa sala podia ter um espaço também pro material do artesanato também, pra labirinteira, pro material do artesanato, onde eu tenho até as primeiras peças que eu fiz de coco, que eu falei até pro João, "João se conseguissem um espaço assim eu ia doar (...).[158]

Em apenas três depoimentos, compreendemos o quanto a população tem a contribuir, e a importância dessa contribuição, pois, segundo o Termo de Compromisso a ser firmado pelo TAC, a gestão da instituição a ser criada no local será da comunidade, portanto, caso os moradores não tomem parte nesse processo, dificilmente o museu sobreviverá. Com o diálogo entre os habitantes do Cumbe e a equipe de arqueologia e museologia, dentre outros profissionais, será possível construir uma narrativa expositiva para o museu, pensando em exposições que contemplem tanto o passado pré-histórico, quanto o passado mais recente da comunidade, levando em consideração, inclusive, possíveis relações que possam ser feitas entre esses passados.

Importante ressaltar que estamos trabalhando com uma concepção de museu que entende os objetos materiais como geradores de inúmeros problemas. Partilhamos da compreensão que o museu não é o lugar de um passado estanque, mas sim das questões postas pelo presente. As instituições museológicas na atualidade devem estar a serviço da sociedade. Muito mais que um depósito de artefatos, o museu é um centro de conhecimento em que, pesquisa, conservação, catalogação e exposição dos objetos, só fazem sentido se as relações entre objeto, homem e natureza forem consideradas. "O

[156] Entrevista com Zé Correia, cedida à autora em 26 de Março de 2012.
[157] Entrevista com João do Cumbe, cedida à autora em 17 de dezembro de 2011.
[158] Entrevista com Luís Antonio, cedida à autora em 21 de março de 2012.

museu que realiza a integração entre o homem, o meio ambiente e a sociedade, vivencia o sentido pleno do Eco-museu, pois, obrigatoriamente, estará adaptado à região e a serviço da comunidade. O elemento mais importante para estes museus não é o objeto, mas o homem como criador de suas próprias criações." (CHAGAS, 1985, p.188). É essa relação, entre homem, objeto e meio ambiente que dá significado cultural ao objeto no museu, que transforma o objeto em patrimônio, essa interação faz com que o verbo preservar passe a fazer sentido.

Portanto, o TAC do Cumbe pode ser uma solução possível para que a gestão do patrimônio arqueológico seja efetivada, e uma oportunidade de colocar em prática a interfase entre Arqueologia Pública e a nova museologia. Conforme afirma Leiliane P. Lima e Gilberto da Silva Francisco, a arqueologia e a museologia são importantes veículos para a fruição dos conhecimentos arqueológicos para o público (LIMA; FRANCISCO, 2006). O repasse de informações, por si só, não garante a preservação dos bens arqueológicos, o que pode proporcionar essa salvaguarda é a atuação ativa da comunidade, tanto nas fases da pesquisa arqueológica, quanto na definição do que deve estar e como deve ser o museu da comunidade.

Desta forma, os modos de vida que serão aprendidos através desses materiais pré-históricos podem e devem ser relacionados com aquilo que está mais próximo de nós, fazendo com que sejamos capazes de nos conhecer uns com os outros, e assim nos localizarmos no espaço e no tempo. "Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois são construídas relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar" (RAMOS, 2001, p.111). Sem dúvida, a comunidade do Cumbe será beneficiada com essa substância educativa do museu, que deve proporcionar o olhar crítico sobre o passado, mas também o olhar para a situação vivenciada pela população no presente.

Conclusões

> Vale dizer que memória e identidade e herança cultural podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essenciais de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e inter-grupais, e particularmente em conflitos que opõe grupos políticos diversos (TAMANINI; PEIXER, 2007, p.31).

O objetivo central desse trabalhado foi refletir a respeito da atuação dos diferentes grupos (comunidade, empresários, Iphan arqueólogos), que participaram do processo de patrimonialização dos vestígios arqueológicos encontrados nas dunas do Cumbe.

O estudo do caso da usina eólica no Cumbe e suas implicações para a comunidade trouxeram a tona reflexões sobre quem de fato deve gerenciar e se apropriar do patrimônio arqueológico. Além disso, a relação conturbada entre comunidade, arqueólogos, engenheiros e Iphan, revelou o significado político, simbólico, afetivo, dentre outros, da posse do material arqueológico encontrado nas dunas.

Para que isso fosse possível, optamos por percorrer um caminho que evidenciasse as disputas travadas entre os diversos atores em jogo. Assim, a decisão de preservar ou não preservar o patrimônio arqueológico do Cumbe, foi acompanhada por questões como: reafirmar a identidade e memória local, garantir a permanência e usufruto do território e das referências culturais experimentadas nesse território, mas também, envolveu ações de proteção colocadas em prática pelo Iphan, que, através de legislação, impôs determinadas exigências que deveriam ser executadas, afim de que os bens arqueológicos fossem preservados. As disputas e conflitos não param por ai, pois na decisão do que e como preservar ainda estava o interesse de empresários, que foram obrigados a financiar as pesquisas e em virtude disso, atrasaram e encareceram seus projetos para que a preservação fosse efetivada.

O primeiro passo, para compreensão do processo de valoração dos vestígios, foi conhecer a comunidade que vive no entorno dos sítios arqueológicos. Essa escolha partiu do entendimento de que qualquer atividade de preservação do patrimônio cultural deve partir de uma pesquisa, e principalmente de um diálogo com as populações detentoras desse patrimônio a ser preservado. Esperamos que o primeiro capítulo desse

trabalho possa servir de referência a outras atividades, e na definição junto com a comunidade, do que deve ser exposto no Museu do Cumbe.

Em seguida, propuzemos uma reflexão sobre o papel do Iphan no processo de instalação da usina eólica no Cumbe. Constatamos que a instituição federal responsável pela salvaguarda dos bens arqueológicos ainda está despreparada para lidar com os inúmeros empreendimentos potencialmente impactantes do patrimônio arqueológico. Quero dizer com essa afirmação, tomando o caso da usina eólica Bons Ventos como exemplo emblemático, que quase sempre o Iphan é responsável por mediar conflitos, quando sua principal função deveria ser garantir a preservação e a democratização do conhecimento produzido pelas pesquisas de arqueologia de contrato. É preciso refletir, portanto, a quem verdadeiramente o órgão de proteção favorece, neste caso, percebemos claramente que interesses políticos, ligados à execução das obras financiadas pelo PAC, certamente influenciaram nas decisões tomadas pela instituição.

Os impactos causados pela instalação de 67 aerogeradores em um campo de dunas demarcado como Área de Preservação Permanente (APP) evidenciaram a posição da população atingida. Percebemos que os maiores interessados na manutenção ou destruição dos vestígios ficaram de fora das principais decisões durante todo o processo. Não houve participação da comunidade durante as pesquisas no local, e esse fato veio a tona no momento mais crítico da obra, a passagem dos pesados caminhões pela estrada do Cumbe, fez com que a comunidade percebesse o quando precisava compreender e fazer parte desses acontecimentos. Por isso, uma das principais reivindicações passou a ser o retorno dos vestígios ao local de origem, a construção de um museu comunitário, enfim, a posse do que foi negado à população, que, inclusive, foi a primeira a constatar os artefatos nas dunas e a procurar ajuda da instituição responsável para preservar os vestígios.

Durante a escrita desse trabalho, tivemos a oportunidade de acompanhar a rotina da Superintendência do Iphan no Ceará por dois anos. Nesse período, estivemos presentes em várias reuniões em que as questões por que, para que e como preservar foram colocadas por técnicos da instituição, agentes públicos (prefeituras, governo do estado, secretarias, etc), empresários e pelas comunidades locais, detentores diretos dos bens culturais. Percebemos o quanto o campo do patrimônio cultural é permeado por disputas de poderes, a pressão dos grupos que detêm o poder econômico pode ser fortemente sentida, os empresários estão sempre com pressa e têm sempre muito dinheiro a perder. Por outro lado, os técnicos, sempre atolados de trabalho, não

conseguem desempenhar sua função de acordo com as demandas. A falta de diálogo e de parcerias com as instituições congêneres (Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, secretarias e coordenadorias do patrimônio e da cultura), demonstra ainda certo isolamento do órgão. Por fim, as comunidades e populações locais estão sempre lutando pelo direito ao passado e pela reafirmação de sua memória e identidade, fazem manifestações, enviam pedidos de tombamento e registro, solicitam audiências públicas, e demonstram suas insatisfações.

Essa pesquisa não pretende anunciar uma conclusão dogmática a respeito de cada grupo envolvido no processo, ou sobre como deve ser o Museu do Cumbe, ou sobre o papel do Iphan. Entendemos essas análises como um ponto de partida, não só para continuidade do trabalho na comunidade abordada, mas, também, nos próximos processos envolvendo impactos ao patrimônio arqueológico.

Por fim, gostaríamos de terminar essa exposição com alguns depoimentos da comunidade que relatam por que é bom viver no Cumbe:

> O morar no Cumbe eu considero qualidade de vida essa proposta do sossego, da natureza e tudo, de repente o som da sabiá, do pavão, de outras aves cantando, eu acho um presente do cotidiano (...)[159] (...) o lugar onde a gente nasce, a gente considera ser quase como a mãe da gente, nasci e me criei aqui, gosto daqui, uma tranquilidade (...)[160] Aqui eu acho bom morar aqui, por que as coisa aqui é tudo mais fácil, mais fácil, aqui tem o rio pra pescar, tem o mangue pra pegar caranguejo, tem o rio pra nós pegar sururu (...)[161] (...) ai como é, o Cumbe é bom quem bebe água do Cumbe não esquece[162] (...) ainda tem a liberdade, ainda dá pra usufruir ainda do pôr do sol, ali, sobre os olhares, sobre a vigilância das eólica, mas ainda é possível ainda você fazer isso, entendeu?[163] Ah é maravilhoso, você tá vendo o clima? É um clima maravilhoso, tranquilo, e sabe, essa paz é tudo.[164] Essa tranquilidade que a gente tem aqui você não vai encontrar em qualquer canto, eu novo, ainda com 13 anos eu fui pra Brasília morar com uma tia minha lá, ai eu cheguei lá quase que eu piro pra vir embora (...)[165]

Esperamos que a execução do TAC possibilite novas oportunidades de diálogo entre a população e os cientistas que desenvolverão o trabalho, e que o Iphan, como órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural possa fiscalizar as atividades e estreitar suas relações com a comunidade, servindo de canal de escuta, e garantindo o

[159] Entrevista com Zé Correia, cedida à autora em 26 de Março de 2012.
[160] Entrevista com Zé de Chiquim e Mazé, cedida à autora em 22 de março de 2012.
[161] Entrevista com Sônia, cedida a autora em 21de março de 2012
[162] Entrevista com Dna Marineide, cedida à autora em 07 de Fevereiro de 2012.
[163] Entrevista com João do Cumbe, cedida à autora em 17 de dezembro de 2011.
[164] Entrevista com Adriana, cedida a autora em 07 de fevereiro de 2012.
[165] Entrevista com Luís Antonio, cedida à autora em 21 de março de 2012.

pleno exercício da cidadania e o direito a memória, bem como a democratização do conhecimento construído através dos artefatos arqueológicos. Assim, será possível garantir que a tranquilidade, narrada pelos entrevistados e sentida por essa pesquisadora, possa continuar por muitos e muitos anos no Cumbe, mesmo sobre a "vigilância das eólicas", e que o patrimônio arqueológico seja mais um elemento de vinculo ao local de origem.

Fontes

Arquivo do IPHAN

- Processo nº 01496.000200/2007-85 "Sítios Arqueológicos no Cumbe – Aracati-CE
- Processo nº 01496.000300/2007-10 "Projeto de Implantação do Parque Eólico de Canoa Quebrada, Bons Ventos Geradora de Energia S. A. – Aracati-Ce
- Processo nº 01496.00068/2008-92 Vol I, II, III, IV, V e VI "Prospecção e Resgate nas áreas das usinas de energia Eólica UEE Bons Ventos (50MW), UEE Canoa Quebrada (57MW) e UEE Anacel (31,5 MW) – Aracati – CE.
- MINISTERIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Centro Nacional de Arqueologia. Relatório Anual 2011. Brasília, 2011
- MINISTERIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Centro Nacional de Arqueologia. Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico julho de 2010. Brasília, 2010.
- GEOCONSULT CONSULTORIA GEOLOGIA & MEIO AMBIENTE LTDA. Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Parque Eólico Bons Ventos.Canoa Quebrada. Aracati. Dezembro de 2002. Fortaleza 2002

Periódicos

Reportagens publicadas em jornais, revistas, internet e outros veículos de comunicação sobre a construção da usina eólica e os conflitos no Cumbe (maio de 2008 até janeiro de 2011).

- Jornais: Diário do Nordeste, O Povo, O estado
- Sites: Aracati Net, Terramar.
- Blogs: Aracati em foco, Blog do Aracati, Comunidade do Sítio Cumbe.

Entrevistas

1 - Luis Eduardo Barbosa de Moraes – Diretor Presidente da Bons Ventos Geradora de Energia S/S – realizada em 24/02/2012

2 - Verônica Pontes Viana – Arqueóloga – realizada em 24/04/2012

Moradores do Cumbe:

3 - José Correia Calixto Lima (Zé Correia) – funcionário do Museu Jaguaribano-Aracati/CE – realizada em 26/03/2012

4 - José Silvério de Oliveira (Zé de Chiquim) e sua esposa Maria José – operador da CAGECE, extrator de sal – realizada em 22/03/2012.

5 - Sônia – marisqueira – relizada em 21/03/2012.

6 – Maria Rodrigues Pereira (Marineide) – labirinteira – realizada em 07/02/2012.

7 – João Luis Joventino do Nascimento (João do Cumbe) – professor – realizada em 17/12/2011

8 – Adriana Gonzaga de Sousa – comerciante – realizada em 07/02/2012.

9 – Luis Antonio – artesão – realizada em 21/03/2012.

As entrevistas realizadas para esse trabalho podem ser consultadas na íntegra na biblioteca da Superintendência do Iphan no Ceará.

Fonte Iconográfica

Imagem da aquarela retratando os moinhos de vento do Cumbe. Pintada por José dos Reis Carvalho, membro da comissão científica de exploração da província, 1959 – Museu Histórico do Ceará.

Fontes Bibliográficas

ALENCAR, A. G. **Diccionário Geographico Histórico e Descriptivo do Estado do Ceará.** Fortaleza: Typ. Minerva. 1ª ed. 1903.

BEZERRA, A. **A cidade de Aracati. Almanaque Administrativo Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, para o ano de 1902**, confeccionado por João Câmara, v. 8, 1901.

BEZERRA, A. **Algumas origens do Ceará**. Edição Fac-similada. Comemorativa do 1º centenário do Instituto do Ceará – 1887/1987. Ceará, Fortaleza. 1918.

FREIRE-ALEMÃO, F. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1859.** Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2006.

SOUSA, Euzébio de. ALBÚM do Jaguaribe, 1822-1922. **Com u´a noticia geográphica, histórica, econômica e descriptiva dos municípios do Baixo Jaguaribe**: Aracaty Belém: Empresa Graphica Amazonia, 1922.

PINHEIRO, José Gonzaga. **A História do Sítio Cumbe.** Cordel. Comunidade do Sítio Cumbe- Aracati/CE. Maio, 2006.

VIANA, Klévison; VIANA, Arievaldo. Arqueologia no Ceará em Literatura de Cordel. Tupynanquim Editora, Fortaleza, 2009

Bibliografia Consultada

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Atlas de energia elétrica do Brasil: Brasília, 2008

BASTOS. Rossano Lopes. *O Papel da Arqueologia na Inclusão Social*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília: IPHAN, n. 33, jan. 2007.

BAUMAN, Zygmunt, **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BOSI, Ecléa. – **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz – 6ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. p.7-16.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza; Fundação Guimarães Duque, Mossoró, 1982.

CALDARELLI, Solange Bezerra. SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro. *Arqueologia de Contrato no Brasil.* **Revista USP**. São Paulo, nº44, p. 52-73. dezembro/fevereiro 1999-2000.

CANCLINI, Néstor García. *O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Cultural.* In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 23, 1994.

CHAGAS, Mário de Souza. *Um novo (velho) conceito de museu*. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife. V.1.n.2, jul-dez,1985.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: EdUNESP, 2001.

DANTAS, Simone Maria Silva. **Memórias e histórias de Quilombos no Ceará.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza-CE, 2009.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Sob fogo cruzado: arqueologia e patrimônio cultural.* **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, nº 3, 2008.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio, *Pós-colonialismo e Repatriação Arqueológica*. **Revista Ponta de Lança**, São Cristovão v.1, n.2, abr.-out. 2008

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FONSECA. Adler Homero. *A fala de um "antigo"*. In: **Anais da I Oficina de Pesquisa histórica do Iphan/Coordenação-Geral de Pesquisa**, Documentação e Referência. – Rio de Janeiro; Iphan, Copedoc, 2008.

GALVÃO, Roberto. **Aracati : Labirintos de sonho e luz. Fortaleza**: SEBRAE/CE, 2006.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.* In: **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIRÃO, Raimundo. **Os municípios cearenses e seus distritos**. Fortaleza, SUDEC, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ;MinC-IPHAN, 2002.

HALBCWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *O pós-modernismo na cidade: arquitetura e projeto urbano.* In: **Condição pós-moderna.** 15ª Ed. Edições Loyola. São Paulo, 2006, p.69-96.

HOBSBAWM, Eric e RANGER,Terence Ranger. **A invenção das tradições.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diagnóstico da Carnicicultura no Estado do Ceará.** Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO). Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental (DILIQ) e Gerência Executiva do Ceará (GEREX-CE). Vol.I; Vol. II (Mapas). Brasília/DF, 2005.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: **História e memória**; tradução Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas. SP. Editora da UNICAMP, 2003.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias.** Fortaleza: [Stylus Comunicações], 1991

LIMA, Abelardo Costa Lima. **Pequena Corografia do Município de Aracati.** Fortaleza: Tipografia Minerva, 1956.

LIMA, Leiliane P.; FRANCISCO, Gilberto da Silva. *O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem?Uma experiência de Arqueologia Pública em Paranã – TO*. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, nº 1, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. *Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.* In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília: IPHAN, n. 33, jan. 2007.

LUCETTE, Valensi. **Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo.** Tradução de Maria Helena Franco Martins – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MEIRELES. Antonio Jeovah de Andrade. *Impactos Ambientais Promovidos pela Implantação e Operação de Usinas Eólicas em Áreas de Preservação Permanente (App`S) – Os Campos de Dunas Fixas e Móveis da Planície Costeira do Cumbe*, Município de Aracati. Fortaleza 17 de abril de 2008, publicado no site do **Portal do Mar**. Vide:
<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/08/usinasEolicas_impactos__CUMBE2.pdf.> Acessado em 08/06/2012.

MENEZES. Ulpiano Bezerra de. *Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia.* In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. . nº 33. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. 2007.

MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALOO, Haroldo. (Orgs) **Patrimônio: atualizando o debate** - São Paulo : 9a SR/IPHAN, 2006.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império :** práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Historia, Fortaleza-CE, 2010.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Educação Patrimonial no Iphan**. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Diretoria de Formação Profissional. Brasília –DF, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PESSOA, João Alfredo Donas de Sá. **Aracati: Museu Jaguaribano**. Fortaleza: Imp. Universitaria, 1979.

PINTO, Márcia Freire. **Aspectos Etnobiológicos na comunidade do sítio Cumbe as margens do estuário do rio Jaguaribe**. Monografia. Curso de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

QUEIROZ, Luciana de Souza; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; Universidade Federal do Ceara. **Na vida do Cumbe há tanto mangue:** as influências dos impactos socioambientais da carcinicultura no modo de vida de uma comunidade costeira. Fortaleza, 2007. 113f : Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Univerisdade Federal do Ceará.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Museu História e Sociedade de Consumo*. In: **Trajetos.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento

de História da universidade Federal do Ceará. V.1,n.1 (Nov. 2001). Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001.

RATTS, Alecsandro. *A "fábula das três raças" no Vale do Jaguaribe*. In: **Propostas Alternativas:** Vale do Jaguaribe Natureza e Diversidade Cultural – II, nº 7. Fortaleza: IMOPEC, 2000. p.22 –27.

REIS FILHO, N.G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo. Editora USP, 2000.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetórias do IPHAN**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859. Dissertação (Mestrado).** Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

SCHANN. Denise Pahl. *Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do Patrimônio Arqueológico na Amazônia.* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** nº. 33, 2007

SILVA, Fabíola Andrea. *Mito e Arqueologia. A interpretação dos asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu, Pará.* **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, ano 8, n. 18, p. 175-187, dezembro de 2002.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro. *Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da lei nº 3924/61*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n. 33, jan.2007.

TAMANINI, Elizabete; PEIXER, Zilma Isabel. *"Água mole em pedra pura tanto bate até que fura: educação popular e herança cultural no século XXI".* **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, nº2, 2007.

TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araujo. **O trabalho no mangue nas tramas do (des)envolvimento e da (des)ilusão com "esse furação chamado carcinicultura":** conflito socioambiental no Cumbe, Aracati-CE. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza-CE, 2008.

TEIXEIRA, Luana. **Para além da "Pedra e caco": o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios, Alagoas.** Monografia apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural – PEP/Iphan, Maceió. Alagoas, 2011.

TELLES. Mário Pragmácio Ferreira de. *Direitos Culturais e a Proteção Juridica do Patrimônio Arqueológico: Notas sobre a Lei 3934/61*. **Revista Direitos Culturais**, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Direito da URI. V.4, n.6, 2009.

VALENSI, Lucette. **Fábulas da Memória: a batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo.** Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

VASCONCELOS. Larissa Batista. *Educação Patrimonial e a Tutela do Patrimônio Arqueológico.* In: SOARES, Inês Virgínia Prado [et al.] **Arqueologia, direito e democracia** – Erechim, RS: Habilis, 2009.

ANEXOS

Autores: Klévisson Viana – Arievaldo Viana

ARQUEOLOGIA NO CEARÁ

em LITERATURA de CORDEL

Supremo Deus incriado
Que me legou muitos dons
Energize a minha mente
Só com pensamentos bons
E que cada estrofe tenha
Força de mil megatons.

Ventos que sopram das dunas
Com seu bafejo salgado
São testemunhas antigas
Da história de nosso Estado
Guardando sob as areias
Sinais de um grande passado.

Eolo é o deus dos ventos
Conforme a mitologia,
Peço que ele me traga
Talento e sabedoria
Para escrever um cordel
Sobre a arqueologia.

BIBLIOTECA/IPHAN



O que é arqueologia?
Respondo com coerência:
Segundo os livros que li
Trata-se de uma ciência
Que estuda a humanidade,
Desde a raiz à essência.

Sei que seu estudo engloba
Desde o aspecto cultural
Às transformações que passam
O ser humano em geral
Sofrendo a influência a
Cultura Material.

Serve para investigarmos
A vida dos ancestrais
Costumes e tradições
E sabermos muito mais
O que somos, por que somos
Diferentes dos demais.

É chamado de arqueólogo
Quem estuda arqueologia
Seu trabalho é investigar
Tudo que evidencia
Presença humana e costumes
De um povo ou etnia.

Aracati - Ceará
No Cumbe e Canoa Quebrada
Um grupo de arqueólogos
Vem cumprindo essa empreitada
Buscando registrar tudo
De outra época passada.





Deixaram muitos sinais
De sua vasta cultura
Nos artefatos de pedra
De osso ou madeira dura
Perdidos nos areais
Caverna ou maloca escura.

Tudo isso aconteceu
A pedido da Bons Ventos
Uma empresa responsável
De profissionais atentos
Não podiam ignorar
Tantos acontecimentos.

Esse trabalho é importante
Pra memória do lugar
Muitas peças diferentes
Podem eles encontrar
E aos livros de história
Tem muito a acrescentar.

Bem antes dos portugueses
Chegarem à nossa nação
E implantarem à força
Sua colonização
Tribos indígenas viviam
E ocupavam esse chão.

Os Tupis e os Tapuias
Raças de povo valente
No Nordeste brasileiro
Cada um está presente
Eles passaram por todos
Recantos do continente.

Canoa Quebrada e Cumbe
Que preservam seus valores
Vão sediar três usinas
E os aerogeradores
Da energia eólica
Irão mover os motores.

O IPHAN autorizou
Estes empreendimentos,
A construção sobre as dunas
De diversos cata-ventos
Pra geração de energia
Usando a força dos ventos.



Todos devemos zelar
O chão que é depositário
Que conserva as evidências
Desse imenso relicário
Cuidar bem dessa memória
É o que se faz necessário.

É de bem que se estude
Tudo que for encontrado
Pequenas peças que são
Vestígios desse passado
Que contam toda origem
Dos povos do nosso Estado.

Os sítios arqueológicos
Hoje tombados estão
Pelo IPHAN* e são bens
Que pertencem à União,
Preservar a nossa história
É esta a nossa missão.

Aracati tem a força
Dessa paisagem bucólica
Contrastando com o prédio
E a antena parabólica
Pra crescer necessitamos
Da boa energia eólica.

*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Porém, esta novidade,
Nada vai prejudicar
Das riquezas naturais
Que existem nesse lugar
Os arqueólogos precisam
Todo terreno estudar.

Essas modernas usinas
Usando a força do vento,
Que move os maquinários
Instalados a contento
Irão gerar energia
Que traz desenvolvimento.



Mas antes que elas possam
Cumprir a sua missão
A pesquisa arqueológica
Fez a investigação
No terreno escolhido
Visando a preservação.

Tem a pesquisa de campo
Que é feita no local
Depois, em laboratórios
É processada afinal
E o grupo apresentará
O resultado final.

Nos campos arqueológicos
Valores são recolhidos
São objetos arcaicos
Há muito tempo esquecidos
Que após o resgate são
Para o público exibidos.

O arqueólogo com isso
Se inteira das dimensões
Do sítio em que realiza
As suas escavações
Para o resgate da história
Com suas intervenções.



Conchas, pedras, objetos
De cerâmica coletada,
Sejam de pedra polida
Ou mesmo pedra lascada
Atestam a presença humana
Que pode até ser datada.

Tem a cerâmica Papeba
Lisa, fina e modelada
Nos sítios arqueológicos
Ela foi muito encontrada
São as chaves do saber
De uma época passada.

Os povos mais primitivos
Eram nômades caçadores
Que exploravam as reservas
Também como coletores
De ervas, plantas, raízes,
Frutos de vários sabores.

Os povos agricultores
Só depois se fixaram
No litoral cearense
Por longo tempo ocuparam
A foz do Rio Jaguaribe
E suas marcas deixaram.

Muitas peças encontraram
Os arqueólogos ali
E estão examinando
Cada uma de *per si*,
Valores arqueológicos
Dos sítios de Aracati.

Após a sua coleta
Elas são analisadas
Cuidadosamente então
E depois catalogadas
Por isso é que essas peças
Devem ser valorizadas.

O arqueólogo interfere
Mapeando, pesquisando,
Reconstituindo as peças
Desenhando, restaurando,
Registrando a procedência
E também fotografando.

Na cidade de Natal
Muitas foram analisadas.
Estudadas com cuidado
Por pessoas preparadas,
Com o Carbono 14
As mesmas foram datadas.

Porque a cultura indígena
Foi tida como atrasada
Pelo povo português
E aos poucos foi apagada
Porém, com este resgate
Será revalorizada.

No Cumbe, sessenta e cinco
Sítios foram mapeados,
Centenas de objetos
Por ali foram encontrados
Após a restauração
Ficarão catalogados.

Seixos e lascas de quartzo
Machados e raspadores,
Pilões e almofarizes
Cerâmica de várias cores
Testemunham o passado
Desses povos caçadores.



Não tem valor econômico
Porém são bem importantes
É uma forma de voltar
A outros tempos distantes
E refazer a história
Dos antigos habitantes.

Há mais de 12 mil anos
O Brasil foi habitado
Num sítio do Piauí
O nosso vizinho estado
Surgiu a presença humana
Em tempo mais retardado.

Talvez quarenta mil anos,
Surgiram os povos dali
Antepassados remotos
Dos índios de Aracati
Talvez tenham ligações
Com os nômades do Piauí.

Com tais especulações
E as descobertas recentes
Monta-se um quebra-cabeças
Deveras muito atraente
Que recompõe com certeza
Origens de nossa gente.

Esses povos primitivos
Não conheciam a escrita
Alguns moravam em caverna
Já outros em palafita
Mas deixaram em algumas pedras
Muita gravura bonita.

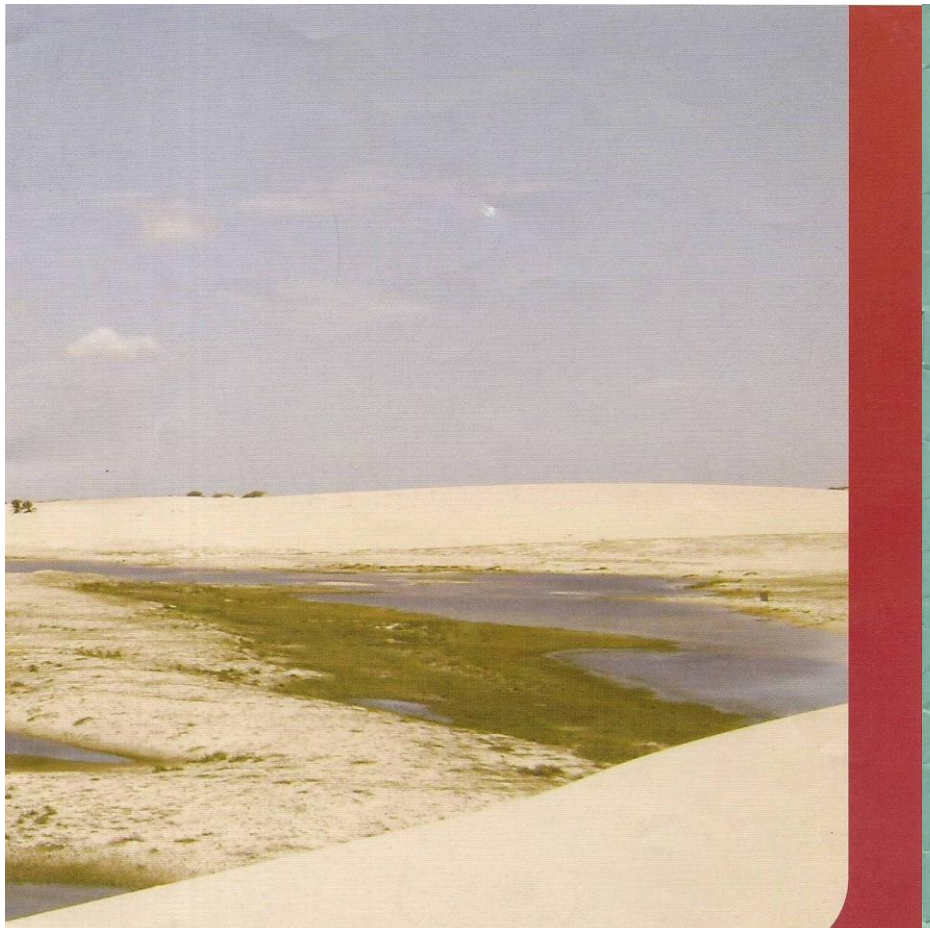
De modo que a Ciência
Aos poucos vai desnudando
Os segredos do passado
Com paciência estudando
E às gerações futuras
Vai aos poucos revelando.

No Ceará a pesquisa
Arqueológica é recente
Porém, a perspectiva,
É por demais atraente
Aracati apresenta
Um quadro bem convincente.

Depois de 1.500
Com as colonizações
A mata atlântica cedeu
Seu lugar às plantações
Depois as dunas cobriram
As antigas construções.

Muita história que encanta
Professor e estudante,
Sobre sítios soterrados,
Casas e assim por diante
Vem a Ciência e revela
Uma história fascinante.





Arqueologia nas Dunas

o passado de Canoa Quebrada e Cumbe
município de Aracati, Ceará

introdução

Em Canoa Quebrada e Cumbe, distritos pertencentes ao município de Aracati, estado do Ceará, estão sendo instaladas três usinas de energia eólica (UEE) pela empresa Bons Ventos Geradora de Energia: a UEE Bons Ventos, que por meio de 24 aerogeradores deverá gerar 50 MW de energia; a UEE Canoa Quebrada, que com 28 aerogeradores deverá gerar 57 MW, e a UEE Enacel, que deverá gerar 31,5 MW de energia utilizando 15 aerogeradores.

Devido à instalação desses novos empreendimentos, investigações arqueológicas de diagnóstico foram autorizadas na área pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no final de 2007 e, desde esta primeira fase, seguiram-se as fases de prospecção, resgate e acompanhamento arqueológico das obras ao longo dos anos de 2008 e 2009. Os resultados dessas pesquisas foram muito importantes para a arqueologia brasileira como um todo e, em especial, para a arqueologia do Ceará, pois têm permitido aos pesquisadores conhecer melhor uma região brasileira ainda pouco estudada. Como se verá adiante, essas investigações ampliaram o conhecimento sobre a ocupação humana do estado do Ceará no passado.



Sítio Arqueológico Cumbe 22

O QUE É ARQUEOLOGIA?

O cinema popularizou a imagem do arqueólogo e da Arqueologia com o personagem Indiana Jones, um arqueólogo que se envolvia em diversas aventuras enquanto buscava tesouros, templos e cidades perdidas. A aura de misticismo e aventura que envolve o arqueólogo por vezes leva as pessoas a terem uma impressão errônea sobre os objetivos da profissão e sua forma de atuação.

Arqueologia é a ciência que estuda as origens da humanidade e as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas ao longo do tempo por meio da Cultura Material

É verdade que muitas vezes o arqueólogo viaja por regiões distantes e até inóspitas, que sua pesquisa pode ocorrer em templos e cidades abandonadas há muito tempo e até que possa encontrar tesouros valiosíssimos. Mas o que move esse pesquisador é a vontade de entender como se processaram as transformações das sociedades humanas ao longo do tempo. Para tanto, ele analisa os vestígios materiais, restos de tudo aquilo que foi utilizado ou transformado pelo homem em um dado momento do passado.

Esses vestígios materiais são diversificados e o local onde são encontrados é denominado sítio arqueológico. Existem pelo mundo sítios arqueológicos que foram descobertos, escavados, estudados e, hoje, viraram atração turística: no Peru, a cidade Inca de Machu Picchu; na Itália, as cidades de Pompéia e Herculano, soterradas pelas lavas do vulcão. Vesúvio; no Egito, as pirâmides que serviram de túmulos aos faraós.

Sítios arqueológicos são os locais onde são encontrados vestígios de atividades humanas do passado.







Vestígios arqueológicos no sítio Canoa Quebrada 07



Sítio Cumbe 01

No Brasil, os sítios arqueológicos encontrados são menos monumentais, mas igualmente importantes para entender a nossa história. A maior parte dos vestígios pré-coloniais encontrados em terras brasileiras é constituída por pedras lascadas (também chamadas de "líticos") ou polidas, gravuras ou pinturas gravadas nas paredes das cavernas e fragmentos de recipientes cerâmicos. Embora seja um acontecimento raro, uma gama maior de elementos pode se preservar em áreas mais secas, geralmente locais abrigados. Entre esses elementos estão sepultamentos humanos, artefatos em madeira ou ossos de animais, fragmentos de tecidos e objetos confeccionados em palha, como sandálias, esteiras e adornos.

Sítios pré-coloniais ou pré-históricos são aqueles em que os vestígios identificados são o resultado das atividades dos povos que habitavam essas terras antes da chegada do europeu, o que significa dizer que são de um momento anterior à conquista portuguesa. Os sítios históricos são posteriores a essa época, formados depois do ano de 1500.

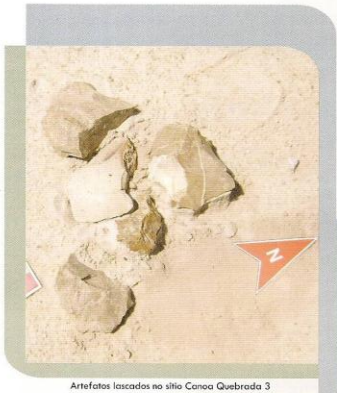
Alguns dos vestígios pré-coloniais encontrados no Brasil são muito antigos – pelo menos 12.000 anos - estando entre os mais antigos da América, o que insere o país nas discussões sobre a rota de povoamento do continente. Estudos realizados no Boqueirão da Pedra Furada (PI) oferecem evidências de uma antigüidade de ocupação ainda mais antiga, de até 40.000 anos.

Para o período histórico, os materiais são mais diversificados e estão quase sempre associados às antigas fazendas onde são encontrados desde pequenos objetos – confeccionados em cerâmica, louça, faiança ou vidro – até casas, edificadas em taipa ou adobe e pedra. Outros vestígios têm história mais conhecida e foram igualmente pesquisados pela Arqueologia, que ampliou o conhecimento preexistente sobre alguns fatos da história do país: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila, na praia do Forte (BA), uma das primeiras sesmarias ocupadas no Brasil; Palmares (AL), um grande quilombo que teria reunido mais de 20.000 pessoas, e o arraial de Canudos (BA), palco de uma sangrenta guerra civil.

Todos esses vestígios são bens da União, parte do patrimônio do povo brasileiro. Esse patrimônio é protegido por lei e deve ser devidamente preservado para as gerações futuras. Cabe ao arqueólogo recuperá-lo, contar (ou recontar) sua história e transmiti-la à população.

SAIBA MAIS

Na esfera federal, o órgão responsável pela proteção do patrimônio arqueológico é o **IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC). Ancorado pelos instrumentos legais pertinentes, uma das atribuições do órgão é autorizar (ou não) a realização de pesquisas e estudos arqueológicos em todo o território nacional. Essa autorização é publicada no Diário Oficial da União.



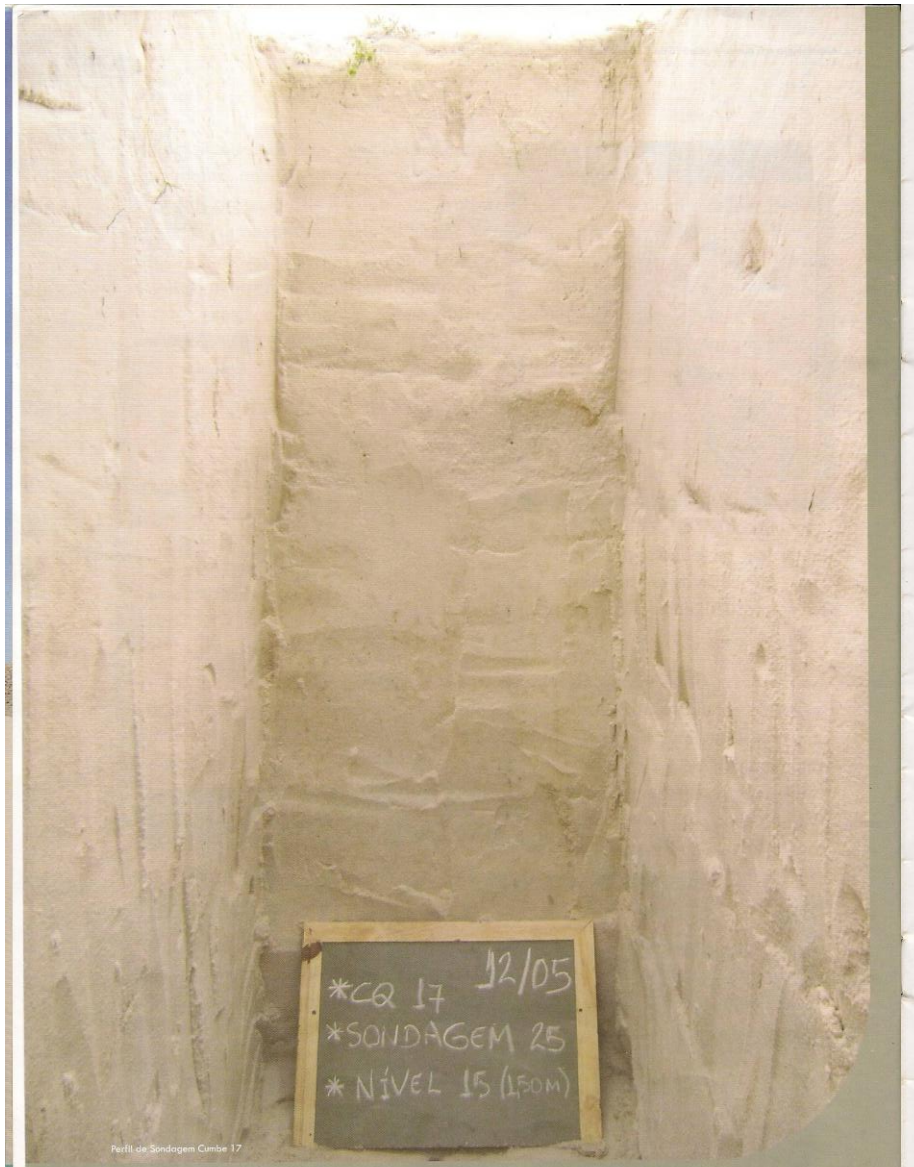
Artefatos lascados no sítio Canoa Quebrada 3



Fragmentos cerâmicos em de origem Tupiguarani



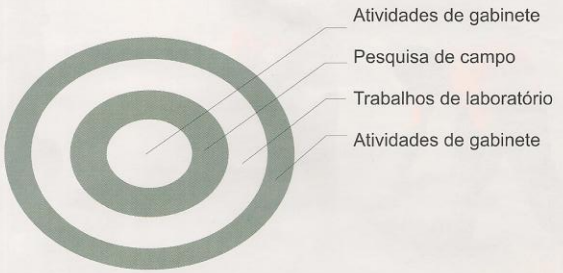
Remontagem de peça em campo



Perfil de Sondagem Cumbe 17

COMO SÃO REALIZADAS AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS?

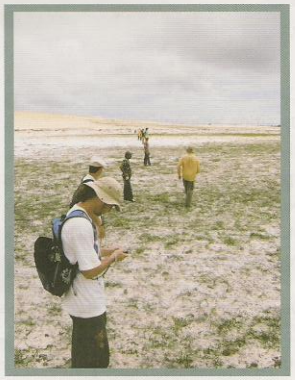
As pesquisas arqueológicas, necessariamente, envolvem quatro etapas de trabalho:



As atividades de gabinete são aquelas em que os arqueólogos se debruçam sobre livros e mapas em busca das informações necessárias ao início das pesquisas. A pesquisa de campo é a fase em que o arqueólogo vai até a área de pesquisa, munido das informações coletadas em gabinete. A pesquisa de campo pode estar direcionada para a procura por sítios arqueológicos em determinada área (prospecção) ou ao trabalho nos sítios arqueológicos (escavação), também conhecida no jargão arqueológico como fase de resgate ou salvamento (quando associadas a estudos de licenciamento ambiental).

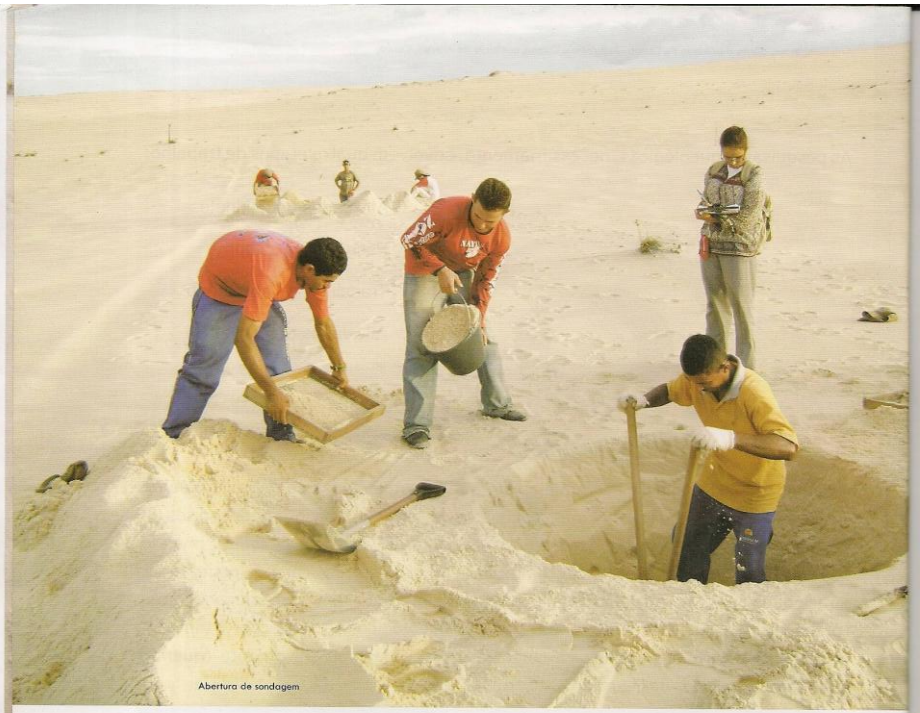
SAIBA MAIS

Existem diferentes métodos para realizar **prospecções** em busca de sítios arqueológicos. A escolha por um ou mais destes métodos é direcionada pelo conhecimento prévio do arqueólogo sobre os métodos existentes, o ambiente a ser estudado e o contexto arqueológico regional. Existem diferentes métodos para realizar **prospecções** em busca de sítios arqueológicos. A escolha por um ou mais destes métodos é direcionada pelo conhecimento prévio do arqueólogo sobre os métodos existentes, o ambiente a ser estudado e o contexto arqueológico regional.



Prospecção arqueológica intensiva

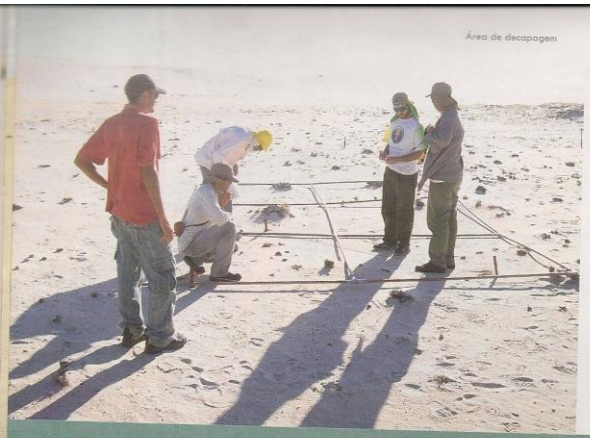
Os tipos, dimensões e profundidades das intervenções realizadas durante as escavações dos sítios arqueológicos dependem da orientação teórico-metodológica da pesquisa (baseada na hipótese de pesquisa construída ou nas respostas procuradas pelo pesquisador) e das características dos sítios escavados



Abertura de sondagem

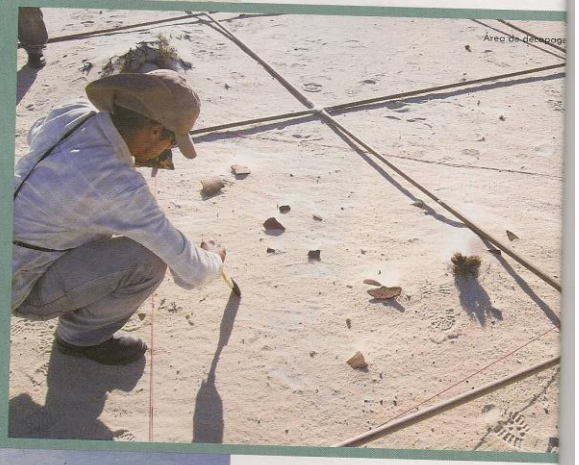
Os sítios arqueológicos que apresentam vestígios unicamente em superfície são alvos de coletas georreferenciadas de superfície, quando as peças são coletadas após o registro de suas exatas localizações nas áreas dos sítios. Essas coletas podem ser realizadas através do quadriculamento da superfície do sítio ou utilizando-se um aparelho com GPS (Sigla em inglês, que significa Sistema de Posicionamento Global).

Os sítios enterrados sofrerão, necessariamente, maior quantidade de intervenções. Como não é possível visualizar toda a área do assentamento, os arqueólogos terão que recorrer a diferentes técnicas e métodos de pesquisa para realizar as escavações (abertura de sondagens, trincheiras, perfis etc).

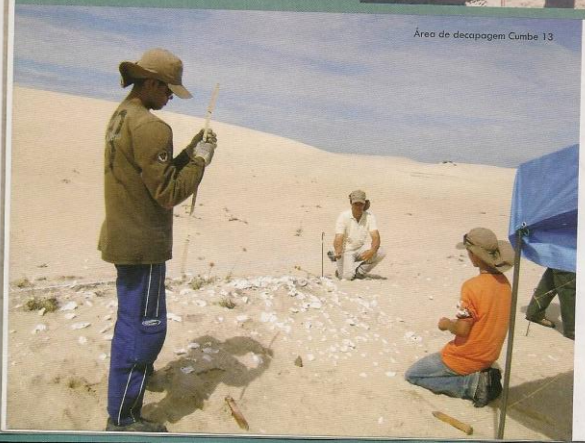


Área de decapagem

Uma das imagens mais conhecidas pela população é aquela do arqueólogo ajoelhado no chão com um pincel na mão em intervenção denominada **decapagem**. É durante a decapagem que o arqueólogo utiliza, em geral, uma espécie de colher de pedreiro e um pincel para evidenciar, aos poucos e sem deslocar, o material enterrado.

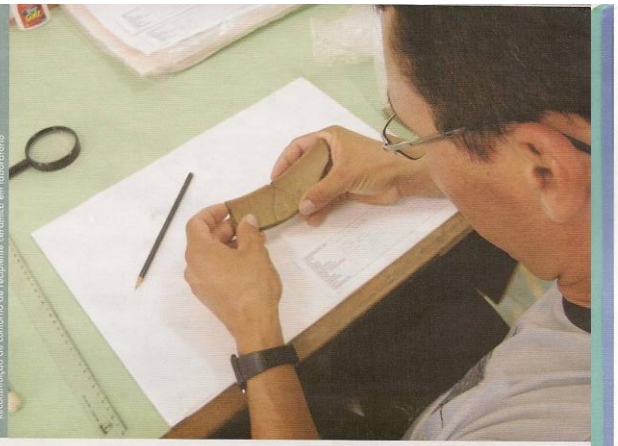


Área de decapagem



Área de decapagem Cumbe 13

O método de datação mais conhecido é o do carbono 14 (C^{14}). Trata-se de uma análise físico-química que permite saber a data de restos orgânicos como o carvão vegetal, a madeira ou o osso. A **datação por C^{14}** é ainda um dos métodos mais utilizados devido à confiabilidade dos resultados e menor custo, quando comparado às técnicas mais recentes.



Reconstituição de contorno de recipiente cerâmico em laboratório

Ao término da pesquisa de campo têm início as atividades de laboratório. O primeiro procedimento realizado em laboratório é a lavagem do material coletado nos sítios arqueológicos – basicamente aquele de natureza cerâmica, lítica (pedra lascada), óssea e malacológica (restos de conchas, ostras etc.). Esses vestígios são então deixados para secar, sempre sem perder as referências registradas durante a sua coleta no sítio. Segue a fase de tombamento das peças e, na seqüência a análise de suas características individuais. Quando possível, os fragmentos cerâmicos são reconstituídos.

O material que foi coletado com o objetivo de ser utilizado para datar o sítio estudado – madeira, carvão, osso, concha ou cerâmica, por exemplo – é cuidadosamente separado e enviado para laboratórios no exterior que vão fornecer ao arqueólogo a data em que foram utilizados. Depois do trabalho de laboratório volta ao de gabinete onde os dados serão analisados e descritos.

O tombamento das peças em laboratório é realizado para que todos os vestígios coletados sejam registradas com números e letras que indiquem as procedências das mesmas. Uma vez registradas, essas peças passam a pertencer a uma coleção arqueológica. O registro é utilizado também posteriormente, quando os pesquisadores precisam identificar as peças que estão analisando, restaurando, reconstituindo, desenhando ou fotografando.



Análise e caracterização das peças



Vestígios de lascamento no sítio Caetés Quebrada 07

O QUE A ARQUEOLOGIA NOS ENSINOU SOBRE OS POVOS QUE OCUPAVAM AS TERRAS BRASILEIRAS ANTES DA CHEGADA DOS EUROPEUS?

As pesquisas arqueológicas demonstraram que os primeiros grupos humanos chegaram há pelo menos 12.000 anos às terras que hoje compreendem o Brasil. Viviam da pesca, da caça e da coleta de moluscos, frutos, plantas e raízes, sendo por isso chamados de caçadores e coletores.

Como esse modo de vida exigia uma busca constante por novos territórios, pois os recursos das áreas podiam se esgotar rapidamente, os povos caçadores e coletores formavam pequenos grupos nômades, ou seja, grupos que se estabeleciam provisoriamente em determinados locais. Esses grupos eram compostos por poucas famílias, pois um grande número de pessoas dificultaria a obtenção de comida para todos.

Dominavam o fogo. Lascavam alguns tipos de pedra para elaborar instrumentos e trabalhavam o couro, a madeira, os ossos e a palha. Com esses recursos provenientes da natureza confeccionavam os produtos que necessitavam para sobreviver, como arcos e flechas, lanças, anzóis, abrigos...

Com o tempo os grupos de caçadores e coletores que perambulavam pelo nosso território mantiveram muitas características semelhantes às dos grupos de caçadores e coletores mais antigos, mas começaram a cultivar algumas plantas. Com o desenvolvimento da agricultura os grupos humanos deixaram de depender exclusivamente da caça, da pesca e da coleta.

Por volta de 2.500 anos atrás, os grupos de caçadores, coletores e cultivadores começam a dar lugar aos chamados agricultores ceramistas. Esses povos agricultores formavam grupos maiores, que chegavam a centenas de pessoas, possuíam aldeias com diversas casas e cultivavam roças de milho, mandioca, tabaco, abóbora, algodão, abacaxi, feijão etc. em suas proximidades. Permaneciam em certo local por tempo relativamente longo, sendo por isso chamados de sociedades sedentárias.

As **sociedades sedentárias** seriam aquelas em que a população tem um assentamento fixo. São assim denominadas por oposição às **nômades**, que constituem apenas acampamentos provisórios durante seus deslocamentos.

Trabalhavam materiais como pedra, osso, madeira, argila e palha. Sabiam lascar e polir as pedras para usar como ferramentas. Ao polirem as pedras transformavam-nas em lâminas de machados, mãos-de-pilão, pilões e almofarizes. Os machados serviam para a derrubada da mata e as mãos-de-pilão para moer e triturar sementes. Conheciam a técnica da confecção da cerâmica e com os recipientes faziam potes para cozinhar e guardar alimentos. E em alguns casos, utilizavam os potes maiores para enterrar os mortos, recebendo o nome, nesse caso, de urnas funerárias.

Alguns desses povos ceramistas agricultores tiveram contato com os europeus que por aqui chegaram no século XV, quando tem início a chamada ocupação histórica no Brasil.



Fragmento de peça do século XIX importado da Inglaterra, Barra do Aracati 1

O QUE ACONTECEU COM ESSES POVOS QUANDO OS EUROPEUS CHEGARAM?

As primeiras expedições lideradas pelos colonizadores das novas terras visavam à exploração da madeira e a busca por metais preciosos, a escravização e a catequização das populações indígenas.

Com o avanço e conquista desses territórios de ocupação tradicional indígena pelas frentes de expansão portuguesa, os povos indígenas acabaram se tornando aliados ou inimigos dos conquistadores e envolvidos em uma série de guerras, de acordo com os interesses da Coroa, da Igreja ou dos colonos. Pouco a pouco esses povos foram sendo esmagados, empurrados para o sertão ou incorporados à sociedade que estava em formação.

Os diversos grupos indígenas que constituíam esses povos foram agrupados, nesses primeiros tempos de colonização européia em duas grandes classificações estanques que não davam conta da diversidade cultural existente: os Tapuias e os Tupis. Os **inimigos** eram conhecidos como **Tapuias**, povos que não aceitaram a dominação e lutaram quase até o extermínio de suas populações. Os outros, quando aliados, eram denominados **Tupis** e que acabaram se integrando à sociedade colonial em formação.

No Nordeste do Brasil, a intensidade e a antiguidade do processo colonizador presenciou ações de dominação que tiveram características etnocidas e genocidas contra os povos nativos. Enquanto em outras regiões brasileiras foi possível a alguns povos permanecer isolados, seguindo cada vez para o interior para fugir do avanço dos recém-chegados europeus, na região nordeste brasileira, a maior parte dos povos indígenas perdeu a língua nativa, a identidade e até a própria existência.

SAIBA MAIS

O **etnocídio** é caracterizado quando um povo perde a sua cultura – língua, rituais, crenças e costumes etc. O **genocídio** é o extermínio físico (assassinato) de todo um povo. Ao contrário do genocídio, etnocídio pode não ser intencional.



EXISTEM PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO ESTADO DO CEARÁ?

Até pouco tempo atrás o estado do Ceará era praticamente desconhecido sob o ponto de vista da Arqueologia. Nos últimos anos, em função de pesquisas desenvolvidas pelas universidades locais e diversos estudos de impacto ambiental para a implantação de empreendimentos de infra-estrutura no estado, o número de pesquisas na região aumentou significativamente, trazendo luz a até então pouco conhecida história pré-colonial Cearense.

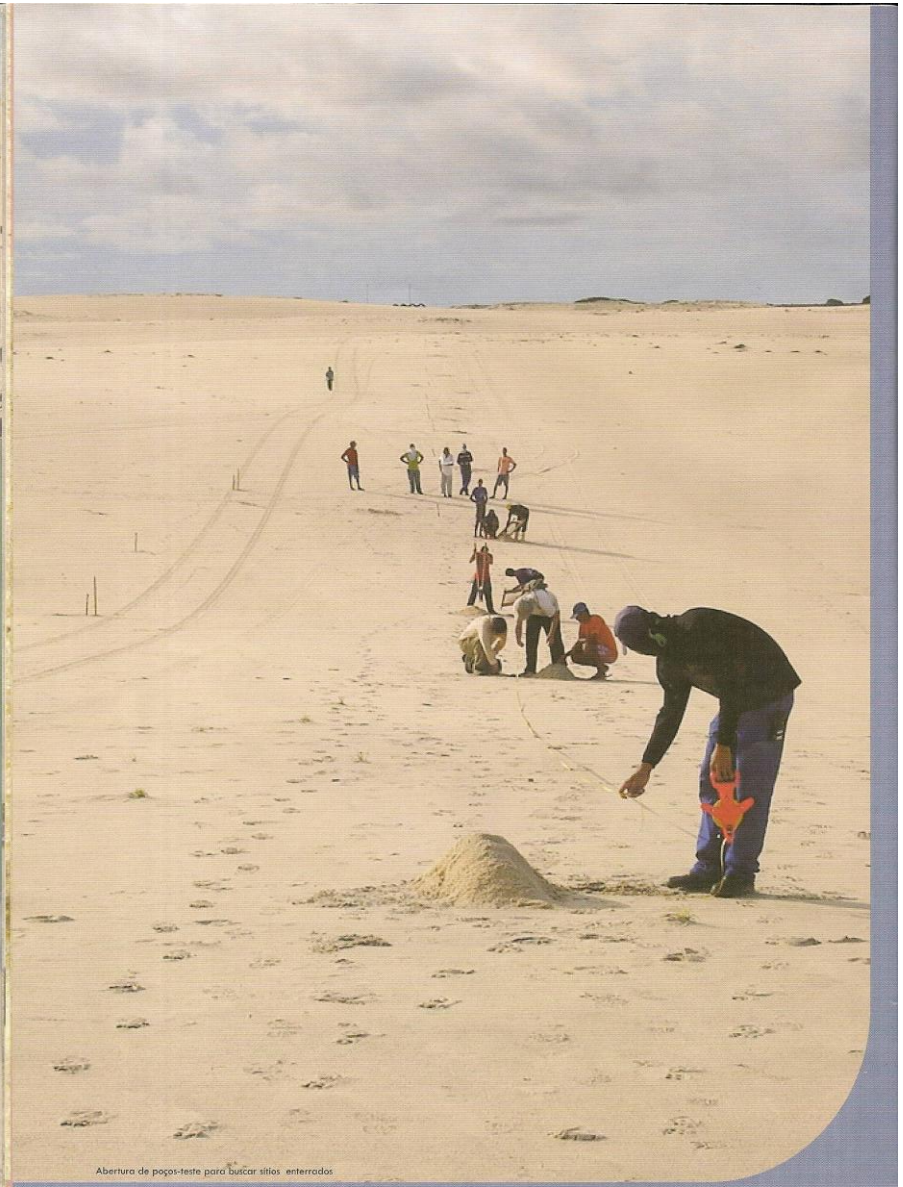
Apenas nos últimos anos foram identificados dezenas de sítios arqueológicos no estado, sobretudo em seu litoral. Muitas dessas pesquisas, por ainda estarem em desenvolvimento, não tiveram seus dados divulgados, mas sem dúvida trarão novas informações sobre os processos de ocupação humana que ocorreram na área hoje delimitada como estado do Ceará.

Sabe-se, contudo, que o litoral foi ocupado por grupos de caçadores e coletores e também por grupos de ceramistas agricultores. Os grupos de caçadores e coletores que ocuparam o estado ainda são pouco conhecidos. A presença de grupos ceramistas foi mais estudada, destacando-se as ocupações denominadas pelos arqueólogos como Papeba e Tupiguarani. No interior do estado destaca-se a existência de sítios com pinturas rupestres.

Os Tupiguarani. Grupos indígenas que habitavam territórios de floresta tropical, de clima quente e chuvoso, morando em aldeias abertas na mata. Sua alimentação se baseava no cultivo de milho, mandioca, batata-doce e tabaco, além da caça e pesca. Conheciam a cerâmica e com ela confeccionavam grande variedade de vasilhas usadas para armazenar água ou alimentos e cozinhar. As vasilhas eram utilizadas no dia-a-dia ou nas festividades e rituais. Muitas dessas peças eram pintadas ou decoradas com incisões de motivos geométricos finamente trabalhados. Os vasos maiores podiam ser usados para enterrar os mortos – sendo então chamados pelos arqueólogos de urnas funerárias. Essa população ocupou uma grande extensão do atual território nacional, inclusive o Ceará.

SAIBA MAIS

Fase Papeba. A cerâmica denominada pelos arqueólogos de Papeba é mais antiga do que a cerâmica da Tradição Tupiguarani. As paredes dos recipientes são finas, alisadas e algumas delas com a aplicação de uma camada de pintura vermelha conhecida como engobo. Pequenos apêndices, que serviam para deixarem os potes suspensos, também podem ser encontrados em algumas peças. Vestígios com essas características são encontrados no litoral Ceará e no Rio Grande do Norte e estão sempre associados aos locais de moradia, no caso, as aldeias.



Abertura de poços-teste para buscar sítios enterrados

O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ARACATI TAMBÉM FOI PESQUISADO POR ARQUEÓLOGOS?

O território do município de Aracati é uma das áreas que têm sido pesquisadas arqueologicamente. Dentre as mais importantes pesquisas realizadas em Aracati estão as investigações arqueológicas realizadas em função da implantação dos parques eólicos – UEE Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel – que estão sendo implantados no entorno dos distritos de Canoa Quebrada e Cumbe.

As atividades de diagnóstico e prospecção desenvolvidas na área de implantação dos parques eólicos Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel resultaram na identificação de 65 sítios arqueológicos e demonstraram que a ocupação humana na área teve início no período pré-colonial.

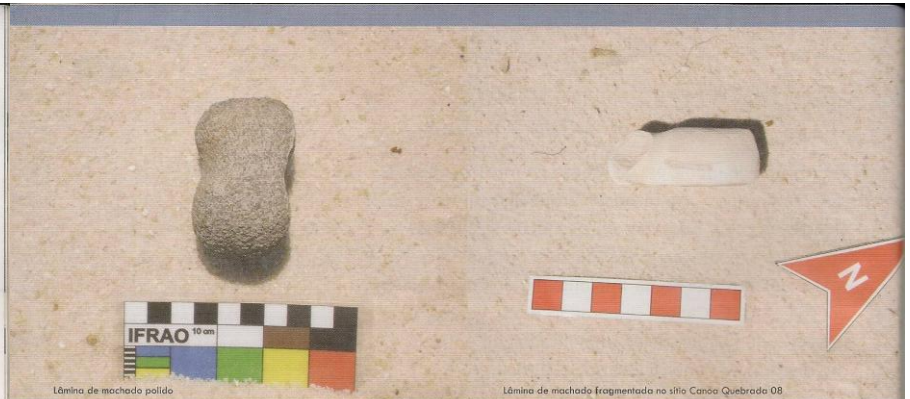
A implantação desses parques eólicos possibilitou aos arqueólogos investigar sistemática e intensivamente as proximidades da foz do rio Jaguaribe e nos distritos de Canoa Quebrada e Cumbe. Esses estudos, ainda em andamento, revelaram que a área foi significativamente ocupada por populações humanas no passado, transformando-a em uma importante área arqueológica dentro do estado.

Os trabalhos realizados em cada um dos assentamentos, isto é, nos sítios arqueológicos, revelaram que os povos que ocuparam a área se serviam da riqueza dos recursos do mar, das matas, do rio Jaguaribe e dos mangues para a captação de alimentos para sua subsistência.

Não sabemos ao certo quando as primeiras populações se estabeleceram na área. Sabemos apenas que eram sociedades nômades que tinham como principal atividade econômica a caça, pesca e a coleta. Viviam em pequenos grupos e, dentre os instrumentos que utilizavam, apenas aqueles elaborados com a tecnologia da pedra lascada resistiram ao tempo e chegaram até os nossos dias. Esses povos, por motivos ainda desconhecidos - talvez pressionados por outras populações ou por conta do esgotamento dos recursos alimentares - abandonaram a região.

SAIBA MAIS

Os povos caçadores e coletores que habitaram a área de da foz do rio Jaguaribe possuíam uma indústria lítica (pedra lascada) de tecnologia simples apresentando artefatos feitos sobre seixos ou lascas de quartzo, sílex e outras matérias-primas. Entre esses, identificamos uma grande variedade de formas, com destaque para os seixos lascados e os raspadores



Lâmina de machado polido

Lâmina de machado fragmentada no sítio Canoa Quebrada 08

Após a saída dessas populações nômades, outros povos ocuparam a área: grupos sedentários que praticavam a agricultura e confeccionavam uma cerâmica denominada pelos arqueólogos como "Papeba". Em suas aldeias viviam dezenas de pessoas que cultivavam extensas roças nas cercanias. No dia a dia confeccionavam/utilizavam, dentro e fora das suas cabanas panelas de barro, objetos de pedra lascada, polida e peças em madeira, osso e fibra. As pedras (na forma de seixos), e a argila (barro) eram coletadas nas margens do Jaguaribe e levadas para a aldeia onde seriam trabalhadas por hábeis mãos. Dos seixos sairiam ferramentas como lâminas de machado polido , raspadores, almofarizes , mãos-de-pilão e socadores que seriam utilizadas no corte da mata, no trabalho com a madeira ou o preparo de alimentos. Os raspadores e lascas mais finas, sempre tendo como suporte a pedra lascada, serviam para limpar o couro dos animais abatidos ou para retirar as escamas dos peixes do mar e dos rios. Com os almorarizes, as mãos-de-pilão e socadores de pedra moíam e trituravam frutas, raízes e sementes. Em posse da argila, erguiam potes de barro de variadas formas e tamanhos que eram queimados em fogueiras a céu aberto.



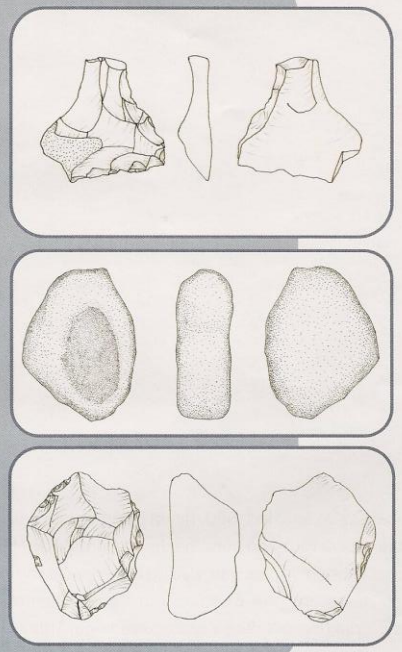
Adornos em pedra polida encontrados nas dunas de Aracati

Exemplo de artefato intensamente lascado

O tempo foi passando e novas levas humanas ocuparam territórios dos grupos associados aos ceramistas Papeba, não se sabe de forma pacífica ou não. Os povos Tupiguarani substituíram os Papeba na área. Também domesticavam as plantas, cultivando a mandioca doce, a brava, a batata doce, o milho, algodão, amendoim, feijão e o tabaco. Lascavam e poliam a pedra e sabiam confeccionar potes e tigelas de barro. Só que suas vasilhas cerâmicas tinham maior sofisticação estética e seus recipientes tinham formas diferenciadas e podiam ter complexos desenhos geométricos aplicados sob uma base pintada de branco ou vermelho. Acredita-se que os mais belos e refinados potes se destinavam às festividades enquanto aqueles mais simples, com paredes apenas alisadas, tinham a função de preparar e servir alimentos nas refeições cotidianas. Sua chegada ao litoral nordestino ocorreu por volta do ano 1.000 da era cristã.

A área de implantação dos parques eólicos Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel foi ocupada por grupos de **ceramistas agricultores** conhecidos arqueologicamente como **Fase Papeba e Tradição Tupiguarani**. Fragmentos cerâmicos pertencentes a essas duas indústrias arqueológicas foram identificados na maioria dos assentamentos da área.

Desenhos de Daniel Bertrand



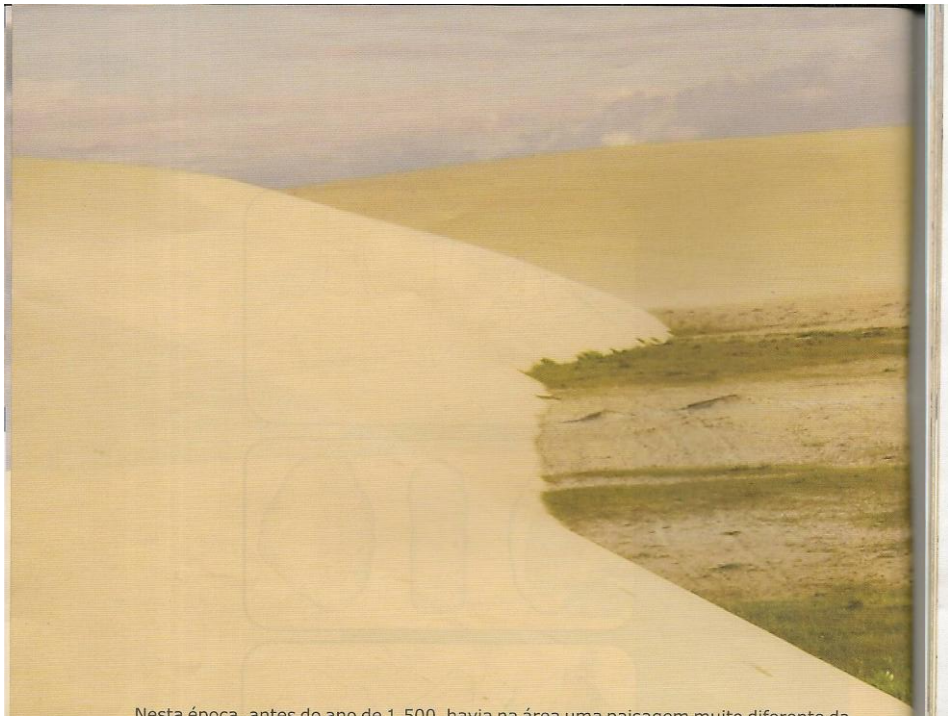
Desenho de artefato lascado

Desenho de artefato polido - almofariz

Desenho de artefato Lascado 3

SAIBA MAIS

Por meio da análise de simples fragmentos de potes de barro, de pratos e garrafas, pedras lascadas, polidas e moedas enferrujadas e suas localizações nos sítios arqueológicos, as pesquisas desenvolvidas na área de implantação das Usinas de Energia Eólica Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel estão revelando parte de uma história inédita do Ceará - e da própria ocupação do nosso território nacional. Ecos de um passado escondido pela pátina do tempo – e por camadas de areia – os objetos identificados, apesar de pouco vistosos e sem valor monetário, nos contam sobre pessoas e povos que não tiveram como escrever sobre suas próprias histórias.



Nesta época, antes do ano de 1.500, havia na área uma paisagem muito diferente da atual. O ambiente era formado por uma densa floresta de Mata Atlântica com trechos de mangue que cobriam largas parcelas do terreno. Os campos de dunas móveis que hoje tanto se destacam não existiam em Canoa Quebrada e no Cumbe - eram recobertos por uma floresta densa entrecortada por trilhas e caminhos que ligavam uma aldeia à outra e o acesso para aqueles que buscavam chegar ao rio Jaguaribe ou ao mar. O ambiente era rico em recursos – animais, frutos, obtenção de madeiras, fibras e penas dos pássaros - que seriam utilizados na alimentação cotidiana, confecção das cabanas e instrumentos em madeira: arcos, flechas, esteio para as cabanas, bancos, fibras para os telhados, pilões, colares e cocares etc.

Com o início da colonização européia na área, após 1.500, a densa vegetação começa a ser derrubada para dar espaço às plantações, favorecendo o avanço das dunas sobre os cultivos, moradias, currais, engenhos e casas de farinha implantadas pelos colonizadores. Como resultado, as pesquisas arqueológicas revelaram vestígios arqueológicos associados ao final do século XIX que foram cobertos pelo avanço das dunas na margem direita do rio Jaguaribe. O continuado avanço das dunas sobre locais antes ocupados por populações humanas é uma característica ambiental da área desde então.



Louças e faianças do século XIX Sítio Barra do Aracati 1



Fragmento de metal encontrado nas pesquisas



Cachimbos do século XIX, sítio Barra do Aracati 1

SAIBA MAIS

As evidências arqueológicas associadas ao período histórico na área de implantação dos parques eólicos foram caracterizados como restos da tralha doméstica cotidiana: botões de roupas, cachimbos, pentes, fragmentos de garrafas, xícaras e pratos, além de algumas moedas, de uma população que vivia em pequenas casas erguidas com adobe, telhados de barro e pisos de lajota.



Louças e faianças do século XIX Sítio Barra do Aracati 1



Fragmento de metal encontrado nas pesquisas



Cachimbos do século XIX, sítio Barra do Aracati 1

SAIBA MAIS

As evidências arqueológicas associadas ao período histórico na área de implantação dos parques eólicos foram caracterizados como restos da tralha doméstica cotidiana: botões de roupas, cachimbos, pentes, fragmentos de garrafas, xícaras e pratos, além de algumas moedas, de uma população que vivia em pequenas casas erguidas com adobe, telhados de barro e pisos de lajota.



Botões coletados no sítio Barra do Aracati 1

Ao término das pesquisas os coordenadores do projeto vão entregar ao IPHAN, comunidade e a empresa Bons Ventos um Plano de Gestão Arqueológica com sugestões sobre como o patrimônio arqueológico existente na área dos parques eólicos deve ser tratado. Um ponto importante desse Plano é que os vestígios dos sítios arqueológicos não sejam coletados pelos moradores e/ou turistas. Cada fragmento, por menor que seja, deve ser deixado em seu exato lugar, pois pela sua natureza este Patrimônio Arqueológico é um recurso não renovável integrado ao ambiente que precisa ser preservado para as gerações futuras. Esse Patrimônio é herança de toda a humanidade e dos diversos grupos humanos, e não de indivíduos ou de nações ("Carta de Lausanne" - 1990).

Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos, UEE Enacel e UEE Canoa Quebrada, município de Aracati, Ceará

Autorização de pesquisa:
Portaria IPHAN número 11 de 25 de março de 2008, Processo 01496.000068/2008-97 publicado no Diário Oficial da União em 26 de março de 2008.

Arqueólogos responsáveis:
Prof. Dr. Walter Fagundes Morales, Profa. Ms. Flávia Prado Moi e Ms. Luiz Augusto Viva.

Guarda provisória do acervo:
Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (MCC/UFRN) http://www.mcc.ufrn.br

Elaboração da cartilha: Prof. Dr. Walter Fagundes Morales e Profa. Ms. Flávia Prado Moi

Consultor regional: Prof. Esp. Luiz Dutra de Sousa Neto.

Projeto Gráfico: Sheylla Tomás

Capa: Imagem - Sítio Cumbe 01

Crédito das imagens:
Jonathan Caino, Glauco Fabbri, Daniel Bertrand, Kristian Bertrand, Avelar Araújo, Abrahão Sanderson e Rafael Brandi.

Fortaleza, Ceará
2009

bons ventos
ARQUEOLOGIA BRASIL
MUSEU CÂMARA CASCUDO
UFRN
CIÊNCIA E CULTURA